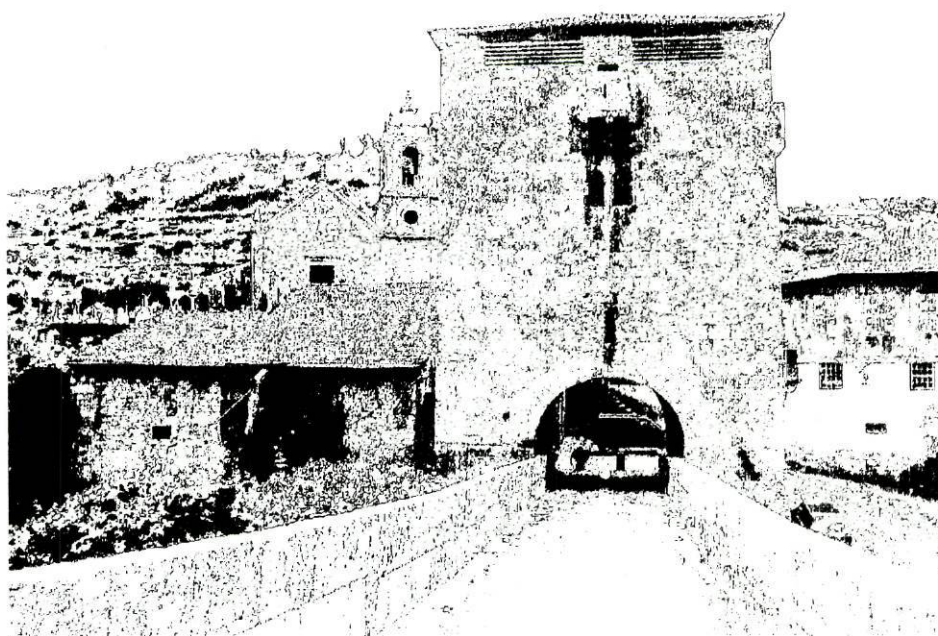


João Pedro Figueira de Almeida Urbano de Mendonça

“ESTRUTURAS SÓCIO - ECONÓMICAS E PLANEAMENTO TERRITORIAL, NUM CONCELHO DO DOURO SUL: TAROUCA”

Perspectivas de desenvolvimento local



Porto

1998

João Pedro Figueira de Almeida Urbano de Mendonça

**“ESTRUTURAS SÓCIO-ECONÓMICAS
E PLANEAMENTO TERRITORIAL, NUM
CONCELHO DO DOURO SUL: TAROUCA”**

Perspectivas de desenvolvimento local

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 58112
EX. 2
Data 06 / 10 / 19 98

Dissertação de Mestrado em Geografia:
“Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território”
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
sob a orientação do
Professor Doutor José Alberto Vieira Rio Fernandes

(ao abrigo da resolução 21/SC/SG/94, publicada em
Diário da República, II Série, n.º 200, de 30/08/94)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

043M

M4952

ex. 2

1998

19981118

FLUP-BIBLIOTECA (<)



600025

Na capa: Ponte medieval de Ucanha, com a sua torre.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças à preciosa colaboração de algumas pessoas. Em primeiro lugar tenho de referir como foi importante, durante o processo de desenvolvimento desta investigação, contar com o cuidado acompanhamento e perspicaz orientação do Professor Doutor José Alberto Fernandes, não só nos aspectos técnicos, mas também pela compreensão e paciência demonstradas.

Uma palavra de apreço à Professora Doutora Rosa Fernanda da Silva em agradecimento pelo estímulo que várias vezes me dirigiu e ao Doutor Helder Marques expresso a minha gratidão, pelos valiosas sugestões, em especial na área do desenvolvimento rural.

Não poderei também esquecer a colaboração prestada "no terreno" pelo Eng.º Américo Santos, técnico superior da Câmara de Tarouca, assim como aos vários funcionários da sua Divisão e outros elementos dessa Câmara. A minha gratidão a todos os que colaboraram no inquérito, aos empresários, responsáveis das associações e do poder local e regional. Enfim, aos que de algum modo contribuíram para que este trabalho pudesse ser concluído, mas que, pelo seu elevado número, me é impossível enumerar, o meu muito obrigado.

O reconhecimento estende-se também aos meus colegas de mestrado que de uma forma ou de outra me ajudaram, assim como à família e amigos, pelos sacrifícios a que muitas vezes foram obrigados.

Os meus sinceros agradecimentos.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1 - O OBJECTO

As transformações que têm ocorrido no espaço rural, de âmbito económico, social, cultural e político, exigem a definição de novas metodologias de análise, com vista à identificação dos problemas que afectam as diferentes classes sociais e por consequência permitem que o planeamento lhes dê resposta. Vários autores referem o seu papel nas modificações dos modos de vida da população rural, alterando a forma como vivem a sua condição de «inferioridade» material e simbólica¹ e assumindo assim um papel preponderante no desenvolvimento.

Foram várias as influências, que ao longo da primeira parte curricular do Curso de Mestrado, levaram à selecção da temática do desenvolvimento local. Em várias disciplinas foi dado especial relevo ao próprio conceito de desenvolvimento e os investigadores e técnicos que abordaram estes temas fizeram realçar os aspectos práticos dos seus trabalhos, relacionando a componente teórica com a actividade do planeamento.

Marcante foi também a leitura de um artigo, onde se afirmava nomeadamente que «(...) *pele menos na nossa civilização ocidental poucos exemplos houve de cidades-oásis, capazes de salvaguardar a sua prosperidade no meio do esgotamento envolvente. O futuro de Portugal está claramente ligado ao do Porto e de Lisboa; mas Lisboa e Porto não terão futuro num país desertificado*» (GUICHARD 1995, pp. 39-40).

¹- Relativamente ao espaço rural português, entre outros, (ALMEIDA et al., 1992; CAVACO e RAMOS, 1994; LOURENÇO, 1991), no caso do Reino Unido salienta-se as perspectivas de FLYNN et al. (1993) e CLOKE et al. (1994).

Do conjunto da bibliografia consultada, a temática relativa às iniciativas locais de desenvolvimento apresenta um leque de escalas muito vasto, de aplicação em áreas tão distintas como as tipicamente urbanas, como é o caso de Alfama (COSTA e RIBEIRO, 1990, pp. 37-42), as de feição periurbana em transição, tal como Oliveira do Douro (RODRIGUES e STOER, 1993), ou referentes a aglomerados urbanos de pequena dimensão, como é o caso da vila de Almeida (ALMEIDA et al., 1994). Apesar da diversidade territorial, estes autores centraram a temática do desenvolvimento na capacidade de mobilização da população; partiam sempre da iniciativa local, da sua capacidade de intervenção, sublinhando que é a partir das pessoas que se vai completando o processo. Com isso esperava-se promover um mecanismo integrado de desenvolvimento social, no qual se incluem as variáveis económicas e sócio-culturais. Parte-se sempre do princípio de que todos os cidadãos têm direito a uma boa qualidade de vida, independentemente do seu local de residência² e que o processo de desenvolvimento deve contar com a sua participação³.

Havia então que encontrar para a análise empírica um território que correspondesse às seguintes condições: não estivesse incluído nas áreas economicamente mais prósperas e no qual ocorressem alterações sócio-económicas que em parte resultassem da mobilização e desempenho de associações locais.

O Município de Tarouca foi o escolhido. Trata-se de um exemplo de uma área rural, onde o património histórico, construído e cultural, apesar de pouco aproveitado em termos turísticos, constitui para a população motivo de orgulho, por manifestar ainda assim potencialidades que podem ser valorizadas pela

²- Princípio este consignado no Artigo 65º da Constituição da República Portuguesa.

³- O Decreto Lei 384/87 incentiva as autarquias a estabelecer protocolos de actuação com associações locais.

acção das associações de âmbito cultural e inclusivamente contar com a iniciativa de jovens, preocupados com a preservação desses valores.

Profundamente marcado pela migração interna e externa, de longa e curta duração, Tarouca apresenta hoje algum dinamismo em termos económicos, distinguindo-se também pelo facto de ter tido um aumento da população residente no último decénio intercensitário, ao contrário do que se passou nos concelhos vizinhos, também pertencentes à região duriense, mesmo se se considerarem os que incluem as cidades de pequena e média dimensão⁴.

Outro aspecto que importa sublinhar é o crescente peso da intervenção autárquica, não só no domínio do planeamento territorial em sentido estrito⁵, como também nos factores de cariz imaterial, que são os que, neste caso, mais nos interessam.

A questão central neste trabalho é, portanto, procurar saber que tipo de estratégias de desenvolvimento endógeno poderão ser encetadas por um concelho como o de Tarouca e de que forma, ao mesmo tempo, poderá aproveitar as sinergias resultantes das centralidades da cidade vizinha.

Se a opção pela análise empírica a nível local tem inegáveis virtualidades comporta também alguns riscos. Os estudos ao nível da microescala são vulgarmente criticados por não serem susceptíveis de generalização, uma vez que consideram a realidade social de forma isolada. As transformações que ocorrem numa comunidade nem sempre são transponíveis para a sociedade em geral, não tendo o presente trabalho a pretensão de o fazer. São no entanto, tal como Joe Little refere: «*At their best, community studies provide an invaluable source of information concerning the operation of social and economic processes at the local scale*» (LITTLE, 1984, p. 15).

⁴- Por exemplo Lamego, diminuiu 4,3%; Régua, 3,8%.

⁵- Materializada pela regulamentação do Plano Director Municipal, aprovado em princípios de 95, e desde essa data, pela implementação de várias outras figuras de plano que orientam o desenvolvimento do concelho (Plano de Urbanização da Vila de Tarouca e Planos de Pormenor).

O outro aspecto a ter em conta é o não perder de vista, quando se pretende promover o desenvolvimento, articular realidades espaciais de níveis variados. O município de Tarouca constitui um território tributário da cidade de Lamego, motivo pelo qual este estudo interliga três níveis de actuação - o local, através das iniciativas locais de desenvolvimento, o regional, no quadro do Douro Sul e o nacional/internacional, pela acção dos organismos estatais e não estatais, cujas políticas interferem no concelho, apesar de às vezes não ser fácil destrinçar esses pontos de ligação e mútua dependência.

O presente trabalho pretende, com humildade, contribuir para a melhor compreensão das dinâmicas de vária ordem que incidem sobre o território e, porventura, indicar algumas linhas de intervenção ou aspectos a repensar nas estratégias que animam as acções em curso.

2 - FINALIDADES

A primeira parte deste trabalho que compreende os capítulos I e II é composta pela apresentação crítica das teorias e respectivo corpo de conceitos à volta da problemática do desenvolvimento, segundo duas vertentes: a conceptual e a que descreve as actuais práticas do planeamento territorial. Começamos pela descrição das diferentes concepções de desenvolvimento, desde a vigente a partir do pós-Guerra, essencialmente centrada no crescimento económico, até às mais recentes teorias do desenvolvimento participado e sustentável, dando-se particular ênfase à abordagem da questão do desenvolvimento rural, já que o quadro empírico é o de um concelho de características predominantemente rurais. Relativamente à segunda vertente, e como estamos perante uma realidade concelhia, iremos incluir na análise o papel das instituições do planeamento, na promoção do desenvolvimento, quer se trate do nível municipal, regional, nacional ou mesmo supranacional.

No caso concreto do concelho de Tarouca, começa-se pelo diagnóstico das transformações sócio-económicas locais, relacionando-as com as raízes históricas e culturais que as condicionam e com a recente mobilidade populacional. Como resultado desse diagnóstico, sublinham-se também medidas que razoavelmente possam contribuir para a utilização mais eficiente dos recursos naturais e humanos, endógenos ou exógenos. As metodologias utilizadas nestes dois últimos processos, o de diagnóstico e o de formulação de estratégias de desenvolvimento para o concelho, serão baseadas em concepções que foram vulgarizadas pela prática do planeamento e da gestão estratégica.

Para a caracterização sócio-económica do concelho, recorreu-se, além das diversas fontes estatísticas habitualmente utilizadas, a um inquérito de elaboração própria (Anexo 1), do qual se extraíram informações como a idade, estado civil, profissão, mobilidade ao longo do ciclo de vida e grau de

satisfação face à vivência no concelho. Paralelamente, realizaram-se uma série de entrevistas aos principais agentes sócio-económicos da região, por forma a procurar entender quais as suas perspectivas em termos de desenvolvimento concelhio. Foram também reutilizados dois inquéritos elaborados pela Associação de Juventude do Concelho de Tarouca, dirigidos a 300 emigrantes e a 300 jovens do concelho, com a preocupação de recolher informação mais específica sobre a situação actual e as expectativas futuras de desenvolvimento desta unidade territorial. Outro aspecto consignado foi o das mudanças provocadas pela emigração na comunidade local, no que genericamente diz respeito às alterações dos modos de vida.

Num outro registo, e uma vez que se reconheceu a importância da acção de diversas associações locais, com objectivos culturais e recreativos e de outras, vocacionadas para o desenvolvimento das respectivas freguesias, serão identificadas formas de articulação futura, com vista à obtenção de resultados mais positivos.

Tentaremos também estabelecer uma visão crítica relativamente ao papel dos diversos níveis do planeamento e à forma como têm mobilizado os recursos. Entre outros aspectos, serão questionadas as opções pela concentração de iniciativas na sede de concelho, assim como à maior ou menor importância dada à preservação ambiental e ao problema da distribuição dos equipamentos sociais.

Após esta fase que se pode considerar como exploratória para o processo de formulação de uma estratégia de desenvolvimento rural, há que sintetizar os dados recolhidos. Em termos gerais seguiu-se de perto o modelo das Estruturas de Provisão de BROMLEY (1990, pp. 109-142), já que parece ser o mais apto

para aproximar a interpretação das dinâmicas internas e externas⁶.

⁶- Pressupõe-se que cada processo de desenvolvimento é autónomo e possui um sistema de provisão específico, o que obriga ao estudo dos actores e acções, por meio de entrevistas, à avaliação dos níveis globais da actividade económica e das actuais e futuras configurações das políticas locais.

3 - SUPORTES METODOLÓGICOS E FONTES

Como é normal em qualquer trabalho de investigação, começou-se pela escolha de bibliografia pertinente. Para tal, recorreu-se à Biblioteca Pública Municipal do Porto, à Biblioteca Municipal de Lamego, ao Centro de Documentação da Comissão de Coordenação da Região Norte, à Biblioteca da Câmara Municipal de Tarouca e à Delegação Norte do Instituto Nacional de Estatística. Para além dos locais já referidos, utilizou-se o Instituto de Geografia e a Biblioteca Central da Faculdade de Letras do Porto, os Centros de Estudos Geográficos das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa, a Biblioteca da Universidade de Reading, no Reino Unido, a Biblioteca da Universidade Complutense de Madrid e a Biblioteca da Faculdade de Letras de Bordéus.

As fontes bibliográficas, relacionadas exclusivamente com o concelho de Tarouca, são escassas, a não ser no campo da História e da Etnografia⁷.

Para a compreensão das grandes linhas da Geografia Física regional utilizou-se o trabalho de A. Brum FERREIRA (1978).

Do repertório estatístico disponível foram seleccionados indicadores referentes à evolução demográfica, estrutura etária, índices de população activa, distribuição da população por grupos da C.A.E. (Classificação das Actividades Económicas), habilitações literárias da população e características da habitação. Esta recolha, complementada por alguma informação do R.A.C. (Recenseamento Agrícola do Continente) de 1979 e do R.G.A. (Recenseamento Geral Agrícola) de 1989, do Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional da Zona Agrária da Beira Douro e Távora e da base de dados BELEM do I.N.E.

⁷ - Nomeadamente as obras de A. FERNANDES (1990, 1995) e de José Leite de Vasconcelos. Data de 1934 uma monografia do concelho de Tarouca, da autoria do Padre Vasco Moreira, da qual também se extraiu alguma informação (MOREIRA, 1934).

(Instituto nacional de Estatística), de 1993, relativa ao comércio, serviços e indústria, permitiu a caracterização da população e das actividades económicas do concelho.

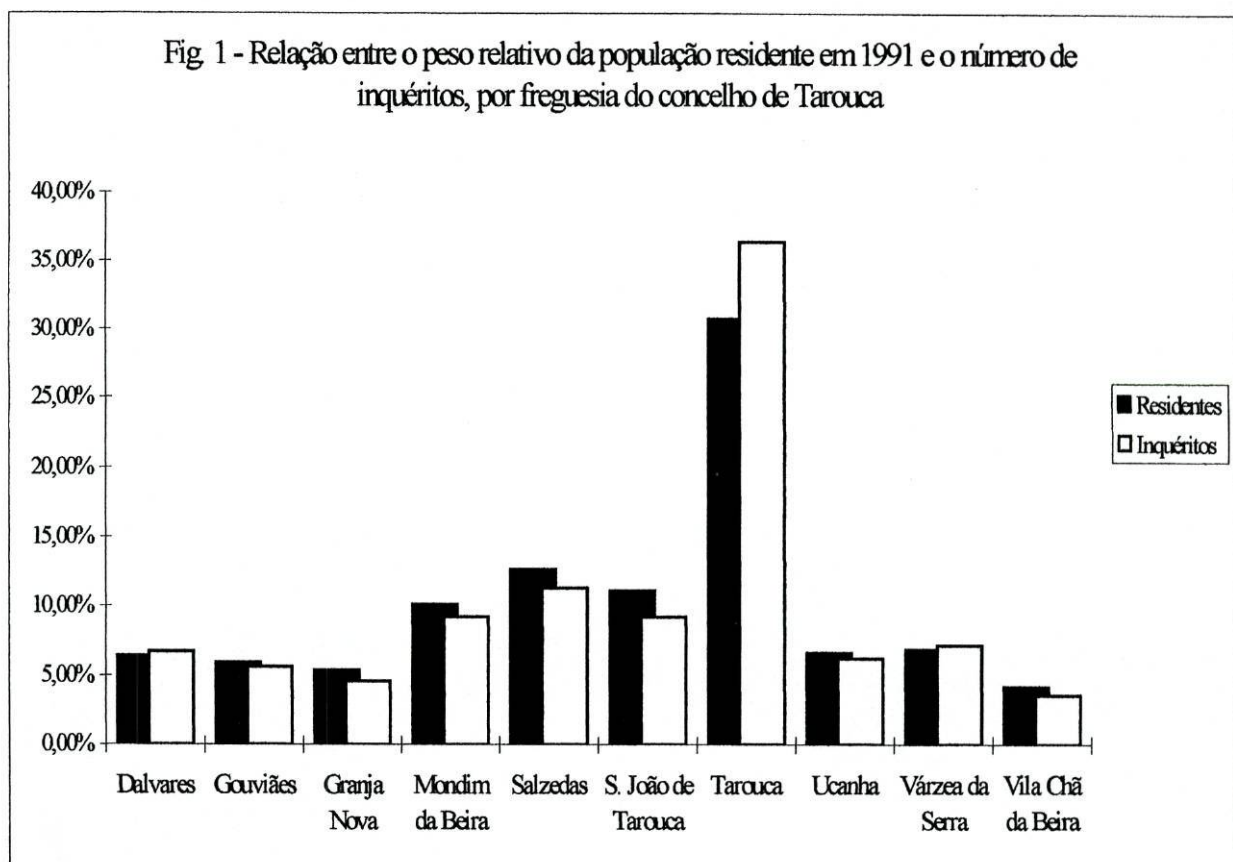
Para obter outro tipo de informação sobre a demografia e modos de vida da população, com um detalhe que a estatística oficial não contempla, partiu-se para a aplicação do inquérito por questionário, já referido anteriormente, o qual foi complementado pela observação directa, procurando-se abarcar as diferentes realidades espaciais do concelho, através da selecção de lugares pertencentes a todas as freguesias. Este tipo de procedimento torna-se moroso se não se fizer um trabalho prévio, tendo-se por isso realizado encontros preparatórios com informantes privilegiados que abriram caminho ao posterior contacto com os residentes. Isto foi especialmente necessário nas pequenas aldeias e desta forma foram raros os casos de recusa à resposta.

Pelo facto de se tratar de inquéritos de administração indirecta nos quais o inquiridor lê as questões e ele próprio regista as respostas, foi possível, em alguns casos, tomar a forma de entrevista, quando a alguns inquiridos (informantes privilegiados) foram solicitados esclarecimentos complementares sobre as questões abertas.

A técnica de amostragem que se utilizou consistiu na sondagem areolar, uma vez que foram seleccionadas habitações por área geográfica correspondente às 10 freguesias do concelho, seguido duma amostragem não probabilística intencional em cada uma delas. (Fig. 1)

Dos 241 inquéritos realizados foram anulados aleatoriamente 46, por forma a estabelecer uma aproximação à correspondência entre o número de inquéritos por freguesia e a respectiva dimensão demográfica. Como o objectivo deste inquérito foi o de complementar os dados da caracterização demográfica, principalmente ao nível da origem dos residentes, mobilidade e ocupação profissional, julgou-se suficiente o universo de 195 inquéritos, os

quais se reportam a 634 residentes, de um total de cerca de 9579 (valor dos Censos de 1991), para além de incluir dados de 380 ausentes (Anexo 2).



Fontes: Inquérito de elaboração própria, Agosto de 1996 e Censos 91 (I.N.E.).

Além do inquérito propriamente dito, realizaram-se entrevistas a membros das instituições políticas, sociais e económicas locais que permitiram obter várias opiniões acerca das perspectivas de desenvolvimento do concelho de Tarouca a médio e a longo prazo, julgando-se suficiente o número de 35 entrevistas, dada a diversidade de entidades contactadas⁸.

⁸- Contactaram-se o Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Tarouca, os Serviços de Obras da Câmara Municipal de Lamego e Tarouca, o Gabinete de Apoio Técnico da Região de Turismo do Douro Sul, em Lamego, os Departamentos da Extensão da Zona Agrária do Ministério da Agricultura, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em Vila Real, a Cooperativa Agrícola do Vale do Varosa, a Caixa de Crédito Agrícola

Mútuo de Tarouca, algumas das Juntas de Freguesia e Paróquias do concelho de Tarouca e o Rádio Clube de Lamego. Foram também informantes privilegiados, elementos que fazem parte da Associação de Juventude do Concelho de Tarouca, alguns membros e presidentes das Associações Culturais e Recreativas e de Desenvolvimento Local, assim como alguns industriais, comerciantes, agricultores, profissionais liberais e professores que exercem actividade no concelho.

CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO RURAL

1 - A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento teve desde sempre implícita a procura de melhores condições de vida para o Homem, embora os meios para o atingir tenham variado ao longo do tempo. Este conceito caracteriza-se por ser complexo, de difícil definição e medição e ser relativo, já que tem variado ao longo da história e depende do contexto espacial em causa. Cada época e cada sociedade têm o seu próprio conceito de desenvolvimento e por isso as ciências sociais devem explicitá-lo e formulá-lo com a maior precisão possível, apesar de nunca o poderem fazer de forma completa.

Desde Adam Smith, na segunda metade do século XVIII, que os economistas passaram a designar as modificações económicas e sociais por "crescimento económico", apesar de defenderem diferentes vias para o atingir. Também em 1911, Shumpeter aplicou pela primeira vez a expressão "desenvolvimento económico", mas só após a década de 70 se passou a diferenciar os aspectos quantitativos de evolução da riqueza (aos quais se associou a palavra "crescimento") dos aspectos qualitativos de distribuição equitativa e continuada no tempo (desenvolvimento)⁹.

Nas décadas de 50 e 60, desenvolvimento era sinónimo de crescimento económico rápido, assente principalmente na produção industrial, embora em

⁹- Tal diferenciação condicionou a definição de diferentes critérios de medição do grau de desenvolvimento, desde essa altura até aos nossos dias. Por exemplo, actualmente o Banco Mundial estabelece duas tabelas de classificação dos países, uma segundo o seu P.N.B. (Produto Nacional Bruto) per capita e outra segundo o seu índice de desenvolvimento humano, através de indicadores relacionados com a qualidade de vida da população. Considera-se mais válida a segunda porque um país pode ter um valor de P.N.B. per capita elevado mas a riqueza estar muito desigualmente distribuída.

Portugal (e em muitos outros países) a industrialização não fosse acompanhada (pelo menos numa primeira fase) por processos de valorização da mão-de-obra e progressos tecnológicos muito evidentes, pelo que esse investimento não se traduziu num nível esperado de desenvolvimento. Num período de prosperidade e de afirmação do estado providência, defendia-se um modelo de desenvolvimento baseado na acção do poder central, que promovia a concentração urbana das actividades e dos investimentos. Surgem as concepções de desenvolvimento polarizado e de difusão do desenvolvimento. Primeiro havia que proceder à concentração de indústrias em pólos, mais tarde, devido às inovações tecnológicas e quando já não existissem economias de escala, por causa da excessiva concentração, pensava-se que as indústrias seriam obrigadas a deslocar-se para outras áreas, difundindo assim o desenvolvimento. O papel principal era dado às forças de mercado, mas as políticas regionais incidiam sobretudo ao nível das infra-estruturas que regiam a localização das actividades produtivas. Até aos anos 70 as concepções teóricas e políticas ainda assentavam na ideia de que o desenvolvimento passava pela industrialização e terciarização concentrada nas grandes cidades e que as restantes áreas, principalmente as rurais não tinham tantas possibilidades de manter o emprego e gerar maior riqueza. O insucesso destas políticas resultou da dificuldade de equilibrar a difusão do desenvolvimento, uma vez que as forças de mercado privilegiavam os centros de maior importância e os que já anteriormente teriam algum dinamismo, o que agravou as desigualdades territoriais¹⁰.

Nos anos 70 surgem as primeiras críticas às concepções económicas, a que não é alheia a crise petrolífera de 73. Tentam-se outros meios para atingir o desenvolvimento, através da valorização dos recursos endógenos, articulando

¹⁰- MAILLAT (1997, pp. 13-30) apresenta uma síntese dos princípios que têm regido as políticas regionais desde o pós-Guerra.

as preocupações produtivas, com aspectos sociais, culturais e ecológicos, por forma a beneficiar os grupos mais desfavorecidos da população. Surgem preocupações com os problemas ambientais, especialmente os que afectam as áreas rurais, atendendo à procura desses espaços por residentes urbanos que tentam encontrar oportunidades de lazer, uma melhor qualidade de vida e até mesmo adquirir aí uma segunda residência. Também se salientou o perigo do consumo exagerado dos recursos naturais por parte da Humanidade. O relatório do Clube de Roma "Os Limites do Crescimento", os movimentos sociais resultantes do Maio de 68 e a conferência de Estocolmo de 1972, onde pela primeira vez se chama a atenção para a necessidade de se integrar a preocupação ambiental no processo de desenvolvimento, tudo aponta para um repensar dos métodos e políticas seguidos até então.

Após a II Guerra Mundial surgiram os primeiros organismos mundiais vocacionados para a protecção ecológica e que procuravam integrar nas preocupações políticas dos diversos Estados, mas é somente em 1972 que as Nações Unidas organizam, em Estocolmo, a I Conferência Mundial, cuja principal virtude resultou na definição dos princípios do ecodesenvolvimento (utilizar de forma o mais harmoniosa possível os recursos naturais e os recursos humanos à escala local).

Anteriormente, em meados dos anos 50, tinham sido introduzidos, os princípios do ecodesenvolvimento de Strong ("self-reliance", satisfação das necessidades fundamentais da população e a necessidade delas estarem em harmonia com a natureza), e a ideia de que no decurso do processo de desenvolvimento deveria deixar de ocorrer conflito entre o ser humano e o entorno natural. Dever-se-ia promover a equidade económica e o equilíbrio ambiental, factores estes imprescindíveis para a própria harmonia social.

O desenvolvimento não pressupunha, todavia, uma paragem no crescimento económico e/ou um retrocesso na obtenção do lucro. Por meio da

utilização dos conhecimentos técnico-científicos, obter-se-ia o sucesso económico, adaptando-o, no entanto, às questões ecológicas e sociais. Pretendia-se explorar racionalmente os recursos não renováveis, conservar a capacidade regenerativa dos recursos renováveis e reduzir os impactes negativos da actividade industrial.

No entanto, surgem também perspectivas mais radicais que defendem a paragem dos processos de industrialização (crescimento zero) que apesar de possíveis sob o ponto de vista teórico, não são levadas à prática, até porque inviabilizam o progresso, especialmente nos países mais pobres.

Na década de 80 introduz-se o conceito de “sustentabilidade”, passando-se a atender às necessidades futuras, para além das necessidades mais imediatas. O uso das tecnologias passará a contribuir para a optimização do consumo dos recursos e da evolução do potencial produtivo dos ecossistemas, já não numa óptica de mercado, mas tornando compatíveis critérios de eficiência com a manutenção da biodiversidade natural. Privilegia-se a reciclagem, a substituição por produtos mais duráveis e a consciencialização das comunidades humanas para a preservação do interesse comum.

Outro marco importante na consciencialização mundial, face a esta problemática, resultou do Relatório Brundtland “O Nosso Futuro Comum”, em 1987, que instituiu um novo tipo de estratégia do desenvolvimento, preocupada com a delapidação dos recursos por parte dos países do Sul, instigados pelo modelo de desenvolvimento industrial e pelas exigências materiais dos países do Norte. Evidencia-se a necessidade de gerir os recursos, por forma a que o bem-estar das gerações futuras seja garantido, o que vem a constituir o princípio básico da Teoria do Desenvolvimento Sustentável.

A II Conferência Mundial só teve lugar vinte anos após a de Estocolmo, tendo-se realizado no Rio de Janeiro, em 1992. Dela ressaltou a enorme clivagem entre os países do Norte e do Sul, com muitas das resoluções a não

serem assinadas por diversos países. As organizações não governamentais tiveram, no entanto, um papel muito importante, pois voltaram a sublinhar a necessidade de defender o ecodesenvolvimento e diminuir a diferença entre ricos e pobres.

Para além da vertente ecológica, passa a ser também importante, ainda nos anos 90, a animação cultural, cabendo a várias organizações não governamentais o papel de divulgar, junto da população, esquemas que fomentem a participação das mesmas no desenvolvimento sustentável. Substituem-se as anteriores ideias do conservantismo radical, que combate o processo de industrialização, por esquemas alternativos que promovem a consciência ambiental junto das populações e obrigam as empresas a optar por tecnologias alternativas, ditas "limpas".

Os anos 90 colocam um desafio em relação ao desenvolvimento: articular realidade espaciais e dinâmicas sócio-económicas diversificadas. Por um lado, pretende-se reforçar a capacidade económica dos meios, independentemente do seu grau de desenvolvimento, por outro, actuar na óptica da cooperação entre o local, o regional, o nacional e o internacional (apesar de se defender que se mantenham e mesmo se reforcem os mecanismos de competitividade).

Várias são as condicionantes à definição de políticas e instrumentos de planeamento que podem contribuir para atingir esses objectivos, devendo procurar-se que cada realidade espacial se afirme pelas sua especificidade, ou seja, adquira uma condição de centralidade, sendo isto válido mesmo para pequenos aglomerados de áreas rurais. Como o desenvolvimento é resultado da capacidade de iniciativa local, é função do planeamento não se substituir a essa capacidade, mas promovê-la. Tudo isto implica que se faça uma gestão eficaz, flexível e exigente, centrada em sectores estratégicos como a educação e a formação profissional e se permita a abertura a novas áreas de actividade, se

fomente a mudança e a criatividade e ao mesmo tempo, se protejam aspectos tradicionais. Importa sobretudo promover os recursos endógenos, sem se prescindir de preocupações de desenvolvimento sustentável nem de, ao mesmo tempo, se apelar ao contributo exógeno, o que tem como consequência evitar apostar numa só actividade (a exemplo do turismo) ou num só produto regional.

Todavia, é necessário que a área possua um dinamismo mínimo e/ou de um grau de relacionamento com uma área mais dinâmica, por exemplo estabelecendo uma rede de cooperação com centros urbanos vizinhos. Nesta óptica, pretende-se que estes últimos funcionem como "âncoras" para o seu desenvolvimento¹¹.

Neste contexto, saber que tipo de estratégias poderão ser encetadas por um concelho como o de Tarouca para conseguir aproveitar as sinergias resultantes das "centralidades" da cidade vizinha de Lamego (ela própria dependente de estratégias de concorrência e complementaridade com as cidades da Régua e Vila Real, sem esquecer a Área Metropolitana do Porto), poderá contribuir, como se disse já, para o desencadear de efeitos multiplicadores do desenvolvimento, rendibilizando os investimentos e favorecendo a participação da população local que se pretende fixar.

Julgamos que o ideal seria uma óptica de complementaridade entre os concelhos da região duriense; Vila Real, Régua e Lamego, dada a proximidade física que será conseguida aquando da construção do IP3, poderão assumir o vector económico. Tarouca e Lamego, pelo seu património histórico podem assumir um papel de divulgação cultural, transformando-se nos pólos turísticos, em consonância com o aproveitamento já realizado em todo o vale do Douro,

¹¹- Vejam-se, para a importância das redes urbanas nas políticas regionais, entre outros, GASPAR (1993, pp. 415-421) e FERRÃO (1997, pp. 31-51).

que no entanto, apesar de fazer parte de roteiros turísticos da região, ainda se limita a um turismo quase só “de passagem”.

2 – A ESPECIFICIDADE DO DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1 - CONCEITOS E PRÁTICAS

O conceito de desenvolvimento aplicado às áreas rurais assumiu particular importância nos princípios da década de 70, em resultado da criação de vários planos de actuação, promovidos pelo Banco Mundial e Nações Unidas, especialmente vocacionados para as populações rurais do denominado "Terceiro Mundo" (HARRISS, 1982, p. 15). Vivia-se numa fase em que o planeamento procurava reduzir as desigualdades sociais que se tinham agudizado em resultado das anteriores políticas sectoriais e nacionais.

Nos anos 80 ocorre uma alteração dos objectivos dessas políticas, uma vez que se alarga o seu âmbito para além da reestruturação agrícola dos territórios onde são implementados. Torna-se importante a visão pluridisciplinar que envolva concepções sociais e políticas, em interacção recíproca com os processos de crescimento económico, em vez da simples regulação desse mesmo crescimento económico. Tal como já anteriormente se tinha referido, o conceito de desenvolvimento deve ser entendido como um processo no qual se incluem as mudanças económicas, tecnológicas, demográficas, ambientais e culturais. Neste contexto, e tendo por base a tipologia definida por Harriss, é possível identificar três tipos de concepções que influenciam o planeamento nas áreas rurais:

i- As que procuram relacionar as várias variáveis em presença: factores naturais, factores humanos, internos ou externos, denominada "sistémica global";

ii- As dos modelos de "decisão-acção", que estudam o papel dos indivíduos nos processos de mudança económica, social e cultural;

iii- As "estruturalistas históricas" que relacionam os processos históricos com os indivíduos e o papel destes últimos na transformação da sociedade. Distingue-se da anterior concepção, principalmente, pelo facto de privilegiar o papel social do indivíduo e não o considerar apenas isoladamente. (HARRISS, 1982, pp. 18–23).

O conceito de desenvolvimento rural não se limita ao desenvolvimento agrícola, sendo a agricultura considerada apenas como mais uma das actividades económicas que existem no espaço rural. As metodologias e os objectivos variam com o espaço sobre o qual se pretende actuar e dentro do mesmo país, conforme as regiões. O factor tempo também condiciona as formas de actuação. Resultante desta contingência, vários autores defendem a não existência de uma única concepção de desenvolvimento rural.

Já anteriormente se fez referência a que no pós-Guerra, a concepção de desenvolvimento era sobreponível à de crescimento económico, ainda que seguindo diferentes correntes de pensamento. Alguns autores preconizavam como motor desse desenvolvimento a influência da agricultura e das indústrias extractivas, sendo estas duas actividades as principais fontes de exportação de matérias-primas, no caso dos países em vias de desenvolvimento. Ao sector agrícola cabia apenas um papel secundário, sendo a indústria o sector responsável pelo crescimento económico, mesmo tendo em conta que num mesmo país podiam coexistir um sector tradicional de agricultura de subsistência e um sector moderno baseado nas indústrias extractivas, nas indústrias transformadoras e na agricultura de plantação. Cabia à indústria, pelo efeito de concentração/difusão, o papel de fomentar o crescimento económico¹².

¹² - Princípios estes, defendidos por Lewis, citado em DELGADO (1994, pp.16-18).

Nos anos 70 de novo a agricultura passa a ter papel importante nos programas de desenvolvimento. São criados os programas de desenvolvimento rural integrado, tentando reajustar as estruturas de produção e posse da terra, cabendo aos agricultores maior participação nos sistemas de decisão local, tal como era defendido pelas concepções que criticavam a dependência tecnológica e económica dos países mais pobres em relação aos mais ricos. Surgiram no entanto problemas de índole administrativa e técnica nos programas de desenvolvimento comunitário. No final da década surge ainda a concepção de codesenvolvimento que tenta integrar princípios económicos, sociais e ecológicos, sendo definido como um desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente, isto é, explorar os recursos renováveis ou não renováveis de forma óptima (HARRISS, 1982, pp. 37-49).

Nos anos 80 o crescimento volta ao primeiro plano, falando-se numa contra-revolução neoclássica, já que se sugere de novo a industrialização voltada para as exportações, só que desta vez mesmo no seio dos países em vias de desenvolvimento, o que a diferencia da estratégia da substituição das importações. Ao invés de se fechar a economia advoga-se a liberalização do comércio internacional, seguindo as regras da livre concorrência. Como exemplos de modelos económicos a seguir, são apontados nesta fase os casos dos denominados "tigres asiáticos", cujo sucesso tecnológico passa a competir com os países ocidentais mais avançados. Há no entanto alguns autores que defendem o progresso tecnológico na agricultura, apontando esta actividade como sector basilar para a resolução do problema alimentar (DELGADO, 1994, pp. 37-45).

Nos anos 90 a tónica é colocada no conceito de sustentabilidade, de difícil definição, já que pode abarcar aspectos que vão desde considerações éticas a biológicas, passando por considerações económicas, sociais e

antropológicas. A tomada de decisões deve ter em conta a economia e o ambiente, segundo uma visão a longo prazo. No Conselho das Nações Unidas de 1989, define-se o desenvolvimento sustentável como promotor da conservação da base de recursos, orientando a mudança tecnológica e institucional nesse sentido, de tal maneira que assegure a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras.

2.2 - OS ESTUDOS SOBRE O RURAL

Há três grandes tipos de abordagens do conceito de rural: a sócio-cultural, mais próxima dos estudos antropológicos e sociológicos, a económica, ligada às actividades e a ecológica. No nosso trabalho, iremos referenciar, à luz da interpretação geográfica, as principais modificações que têm ocorrido na nossa área de estudo, relativamente a estes três tipos de abordagens, recorrendo às diferentes perspectivas dos campos da Geografia Cultural e Económica, que se dedicam ao estudo da população rural, das suas actividades e modos de vida.

Relativamente ao primeiro tipo de abordagem, as principais conclusões apontam para a distinção dos modos de vida das populações que habitam as áreas rurais, relativamente às urbanas, apesar de cada vez mais se assemelharem. Pela segunda conclui-se que as actividades que existem no espaço rural, são cada vez mais diferenciadas, assumindo a agricultura uma importância decrescente e que, apesar de haver uma maior diferenciação de actividades e de fontes de rendimento familiar¹³, os níveis de comodidade e os

¹³ - Veja-se por exemplo o interesse pelo estudo das modificações sociais e funcionais no espaço rural (Rosa SILVA, 1981; LOURENÇO, 1991; JESUS, 1992; João FERNANDES, 1996). Referem-se exemplos de estudos realizados em duas décadas e sobre as

níveis salariais, em média, continuam a ser menores do que os das cidades. As hipóteses de emprego, sobretudo para os mais jovens, são também menores. O terceiro tipo de abordagem das áreas rurais, transmite a ideia de um espaço rural enquanto refúgio, face ao modo de vida urbano (pouco “salutar” e gerador de problemas sociais e de índole ambiental) para além de constituir uma fonte de recursos naturais que é necessário preservar da "invasão" e consumo desmesurado.

Por forma a manter a vitalidade cultural e a qualidade ambiental das áreas rurais, passou a considerar-se como fulcral o papel a desempenhar pelos seus habitantes, sob diferentes formas de participação na definição dos planos de desenvolvimento a aplicar nas suas áreas de residência¹⁴.

Vários autores falam na variedade de situações que ocorrem nas áreas rurais e na implicação que esta acarreta em termos de discurso científico (BONNAMOUR, 1993). A geografia rural aponta para a necessidade de contextualizar no tempo e no espaço as modificações que estão a ocorrer nas áreas rurais, inferindo as tendências globais que apontam para a complementaridade cada vez mais nítida entre espaço rural e espaço urbano, principalmente ao nível da globalização dos modos de vida, dos valores e dos tipos de relações sociais. Aplica mais a expressão de *estudos sobre as paisagens/territórios* do que *estudos sobre as áreas rurais*, destacando a plurifuncionalidade e grau de integração em termos de relações sociais e de rede urbana regional. Para BONNAMOUR (1993) quando se faz um estudo de uma região rural a grande escala tem de se medir o grau de relacionamento da

transformações operadas em actividades tão distintas como a agricultura, indústria, comércio e serviços.

¹⁴- Este princípio tem sido defendido especialmente em França, pela influência de um organismo estatal, DATAR (Délégation à l'Amenagement du Territoire et à l'Action Régionale), por meio da criação de uma política de intervenção territorial e defensora do importante papel da agricultura e dos agricultores no equilíbrio social e ecológico,

rede urbana local com a rede regional e mesmo nacional, os fluxos de trocas comerciais e de serviços e conhecer o quadro legislativo que interfere na definição das políticas que incidem sobre o território¹⁵. Esta decisão, quanto à transposição de escalas é normalmente ditada pelo instrumento mais utilizado pelo geógrafo, a observação. O factor tempo também não pode ser descurado, tal como já foi referido anteriormente, quando se falou não só do enquadramento espacial, como do temporal.

Não nos é possível, nem é esse o objectivo, fazer um levantamento exaustivo dos trabalhos que foram realizados nos últimos anos e que têm por objecto o espaço rural. No entanto, tendo em vista uma melhor compreensão das dinâmicas em curso, pretende-se traçar em termos muito gerais as principais linhas orientadoras dos trabalhos de investigação sobre esta temática.

Alguns estudos tradicionais assentavam em comunidades de aldeias isoladas, subsistindo essa abordagem no âmbito da Antropologia, ou de uma Geografia de inspiração monográfica.

Outros, mais recentes, sem se preocuparem com todos os aspectos da vida da comunidade, como o faziam os estudos comportamentais tradicionais, verificam a influência de factores externos aos processos que ocorrem na comunidade local e em que medida eles interferem nos sistemas sociais da aldeia¹⁶.

Um grande número de trabalhos da Geografia Rural preocupou-se também com a análise de problemas individuais por tópicos, de que são exemplos “a habitação rural” ou “a educação nas áreas rurais”.

principalmente em áreas mais afectadas pela excessiva concentração fundiária, ou em risco de desertificação humana (KAYSER et al., 1994).

¹⁵- Na análise geográfica é não só importante a decisão da escala de análise, como é também pertinente a necessidade de a articular com outras escalas.

¹⁶- Entre outras abordagens, alguns centram o seu interesse nas dinâmicas introduzidas através da vinda dos migrantes para a área rural, tal como Newby, citado por LITTLE

Uma outra abordagem foi desenvolvida por Fraser Harrison citado em CLOKE et al. (1994, pp. 43-75)¹⁷, que marca o estudo do rural pela associação que faz às ideias de moralidade, ecologia, prazer, beleza e estado de espírito. Defende o direito do observador a contemplar a paisagem e a intervir no planeamento da área onde vive, sustentando a ideia de um planeamento participado e daí a designação de *paisagem comum*. Desta forma pensa também poder conseguir-se uma gestão mais ecológica dos recursos, assim como tornar possível uma mais justa distribuição da riqueza pelos proprietários agrícolas.

Apesar da crescente destruição dos valores ambientais dos campos e de uma certa alienação vivida pelos habitantes rurais, o movimento do Common Ground defende que é nele que continuam a vigorar os valores do natural e da estética (qual refugio moral da sociedade contemporânea) e apesar de recusar cair em “romantismo”, procuram destacar os sentimentos que são observáveis e que ocorrem no contacto com os espaços rurais. Desta forma, Harrison torna-se também herdeiro da tradição descritiva do rural, ao apontar aspectos relacionados com a moralidade e espiritualidade: «*is my belief that we, as a species, have an indispensable need of an intimate and harmonious relationship with nature, and that if we are deprived of that relationship we will be quite unable to achieve the level of personal and communal well – being...*»¹⁸

Claro que se pode criticar uma certa visão nostálgica, mas a esta crítica o autor contrapõe que «*a society which is addicted to nostalgic longings for a lost*

(1984), identificou, por exemplo, alguns dos conflitos que se geram em resultado da perda do sentido comunitário e da mudança dos modos de vida.

¹⁷- Responsável pela criação, em 1983, de um organismo de reabilitação do espaço rural inglês “Common Ground”.

¹⁸- Harrison cit. in CLOKE et al. (1994, p. 50).

and largely invented countryside is probably sick, but a society which feels no longing for its countryside is sicker still.»¹⁹

Aponta-se também para o facto do conceito de local estar de novo a ganhar importância, depois de há cerca de 50 anos para cá ter perdido alguma especificidade, quase não se distinguindo do regional. Defende ainda que, hoje em dia, ressurgem os valores da concepção pessoal e da familiaridade e o que torna o lugar distinto é o pormenor, não apenas sob o ponto de vista visual. Por exemplo, ao promover-se os produtos locais combate-se a uniformização e a estandardização, isto claro sem cair no exagero de se apoiar uma particularidade que não leve ao progresso.

Há novas perspectivas face à mudança, não se centram apenas na tradição e contra a modernidade (podem estar até muito abertas à modernização), todavia sustentam que se deve procurar manter e reforçar, actualizando, o único, o distintivo e o “personalizador”.

Nessa linha, muito se produziu recentemente, pois, actualmente, o que caracteriza os estudos sobre os espaços rurais é a aceitação de diversas narrativas e discursos relativamente ao rural, à sua realidade social e cultural.

¹⁹- Idem.

3 - AS MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO RURAL E A NECESSIDADE DE NOVAS POLÍTICAS

3.1 – AS DIFERENTES FORMAS DE ABORDAR AS DINÂMICAS ACTUAIS

Após meados dos anos 80, o eixo do debate sobre as transformações nas áreas rurais passou dos temas da competitividade agrícola e do abandono da agricultura, para o realce da diversificação de estratégias e de oportunidades, o que implica políticas específicas e integradoras, se, por exemplo, se quiserem preservar certos aspectos ambientais que estão em risco, devido ao abandono da agricultura.

Anteriormente, os discursos científicos dominantes privilegiavam o estudo do uso agrícola do solo e as relações ambientais (visão funcional), pois, as mudanças no espaço rural eram vistas sobretudo como parte integrante da sociedade global, com perda da componente camponesa tradicional. Paralelamente verificou-se uma significativa reestruturação da actividade agrícola, que se traduziu na diminuição da percentagem de activos ocupados na agricultura, com o desenvolvimento da mecanização e a introdução de adubos químicos e pesticidas, tendo em vista o aumento da produtividade²⁰.

As áreas rurais estão a sofrer a pressão (competitividade) dos processos de globalização e standardização, havendo quem relacione essas alterações com as diferentes fases por que passou o desenvolvimento económico em geral, após a II Grande Guerra:

²⁰- As orientações recentes da Política Agrícola Comum são sintetizadas por JAZRA BANDARRA (1995, pp. 133-155).

A alteração da escala temporal e espacial pelos novos meios de comunicação e transporte, o que origina novas formas de organização da vida social e económica (não tão dependentes das fronteiras e territórios) e uma cada vez maior utilização dos espaços rurais como espaços de recreação, o que implica proceder a adaptações que tornem possível o seu aproveitamento para essa finalidade.

Conclui-se mesmo que, apesar da especificidade rural, muitos dos problemas que afectam essas áreas, não diferem em muito dos que ocorrem na sociedade em geral: pobreza, desemprego, discriminação social, carência de habitações e degradação destas, isolamento dos idosos, e falta de oportunidades para os jovens.

Por outro lado, apesar de existirem uma série de tendências comuns a todas as áreas rurais europeias, como a diminuição da população activa que se dedica à agricultura, o menor peso dessa actividade no P.N.B. da generalidade dos países e a diminuição da superfície agrária, o que mais caracteriza as áreas rurais europeias é a diversidade.

Assim, a percentagem de população empregada no sector primário era, em 1994, menor que 5% na maior parte dos países da união Europeia, entre 5 e 10%, na Espanha e na Itália, 10% em Portugal e Irlanda e 20%, na Grécia. A dimensão média das explorações agrícolas, no Reino Unido era de 70 ha, de 35 ha na Dinamarca, 15 ha em Espanha e 5 ha, em Portugal, Grécia e Itália. O rendimento é mais elevado nos Países Baixos e mais baixo na Irlanda, Portugal, Espanha e Reino Unido (LÁZARO ARAUJO, 1995, p. 242).

Para além destas características, verifica-se que mais de 80% dos financiamentos comunitários se concentra em 20% das explorações agrícolas e que estas são as mais rentáveis, de maior dimensão e melhor dotadas tecnologicamente (LÁZARO ARAUJO, 1995, p. 243).

É verdade que o espaço rural está a passar por uma intensa transformação, mas esta não tem de ser necessariamente negativa e irreversível, pois se vislumbram uma série de mudanças de carácter positivo.

Está a ocorrer um aumento da produtividade e este não resulta apenas da diminuição da população que se dedica a esta actividade. Há, de facto, uma redução da superfície agrícola mas ela é acompanhada de um redimensionamento de algumas das explorações existentes e esse redimensionamento, torna-as mais rentáveis. Por outro lado, o comércio agrícola integrou-se nos circuitos mundiais, o que exige uma maior preocupação pela qualidade dos produtos, tanto mais que, muitas vezes, esta integração é acompanhada por uma indústria e serviços que seguem os parâmetros de exigência internacional.

As modificações apontadas anteriormente, apesar de inscritas num processo global, obrigaram a uma reestruturação na forma de as interpretar, por parte das ciências sociais. Deixou de ser possível conceber um só espaço rural, pelo que este passa a ser entendido como incluindo diferentes realidades sociais e culturais, tal como o espaço mais amplo onde se insere. O espaço social rural é visto cada vez mais distanciado do espaço rural funcional e geográfico, uma vez que se até agora eram dominantes os fluxos centrífugos do rural para o urbano, hoje em dia começa a verificar-se um fluxo de sentido contrário, se não definitivo, pelo menos temporário²¹.

Tudo isto faz com que esteja a verificar-se uma gradual aproximação do nível de vida dos habitantes rurais à dos urbanos, o que também resulta da mais intensa diversificação das actividades no espaço rural, mas a agricultura é hoje

²¹- Nos países do Norte da Europa é cada vez mais frequente a recuperação de antigas casas rurais, por forma a servir de habitação permanente a intelectuais, a reformados ou constituírem sedes de empresas baseadas nas telecomunicações. Destacam-se os protótipos das "televillages" no Reino Unido, e das residências que aproveitam energias alternativas em

aceite como um elemento primordial para a manutenção dos recursos naturais e humanos²².

Espaço rural, ordenamento rural e investigação sobre o rural, são interdependentes. Se, depois da II Guerra Mundial, o ordenamento rural perdeu individualidade relativamente ao urbano, hoje volta a ganhar importância. Muitos dos críticos dos “ruralistas” apontam para a falta de oportunidades do espaço rural, mas esta visão parece ultrapassada, pois não dá a devida importância aos problemas cada vez mais graves que afectam as áreas urbanas. Têm inclusivamente surgido novas opções de vida, por exemplo os defensores de uma “ruralidade escolhida” (KAYSER et al, 1994).

Em resultado disso, passa a ser difícil conciliar o carácter cada vez mais urbano do rural, com a manutenção de formas e experiências genuínas. É uma visão dita pós-moderna e, mais precisamente, pós-estruturalista, que sustenta a necessidade de interpretações cada vez mais complexas, nas quais o significado de “rural” passa a assumir diferentes formas, até se tornar objecto e sujeito de novas concepções, estratégias e significações²³.

Por essa razão, o ordenamento do espaço rural tende a ultrapassar as tradicionais formas de actuação sectorial e passar a considerar modelos integradores, nos quais o território assume o objecto de actuação primordial. Concilia-se a planificação física, reguladora e protectora, com a planificação sócio-económica, já que se tem a intenção de proceder à gestão sustentada dos recursos numa altura em que são muito fortes as pressões sobre o território.

Oxfordshire. Em Portugal, já é comum a compra, por parte de alguns cidadãos, de segundas residências no espaço rural.

²²- Para além da função primária, produtiva, aponta-se a importância qualitativa dessa actividade, na medida em que garante a conservação do meio natural.

²³- Daí o já se ter referido anteriormente, a existência de uma pluralidade de discursos e formas de interpretar as transformações que estão a ocorrer nos espaços rurais, por parte das ciências sociais.

As políticas de ordenamento territorial dirigidas aos espaços rurais procuram, então, fundamentalmente, melhorar a dotação de equipamentos, por forma a elevar os níveis de comodidade das populações que aí habitam, intervir na procura da diversificação das actividades, mais do que na reestruturação apenas da actividade agrícola com finalidades produtivas; melhorar a qualidade ambiental o que inclui a adopção de medidas de protecção da natureza, evitando-se o abandono dos solos, o seu esgotamento, ou a desertificação populacional; promover uma actuação ao nível local, segundo uma visão integral do território e conciliando o social com o económico.

GUTIÉRREZ (1995, p. 103) resume os princípios teóricos que devem orientar as actuais concepções de desenvolvimento local aplicado às áreas rurais em três parâmetros básicos:

- a) a necessidade de uma dimensão integral da acção sobre o território, apercebendo-se da sua identidade;
- b) o reforço da participação da própria população;
- c) incrementar a autonomia pessoal e colectiva ao nível micro-territorial e ao mesmo tempo relacionar-se com a estrutura externa de média e pequena escala, promovendo a competição entre territórios e as possíveis estratégias de complementaridade.

Os métodos de actuação mais vulgarmente utilizados deverão incluir acordos e parcerias entre diversos níveis administrativos, entre instituições públicas e privadas, empresas e cidadãos e ter em conta o princípio da sustentabilidade, não como um modelo de desenvolvimento alternativo mas antes complementar, não apenas ligado à preservação dos recursos naturais mas também humanos, o que implica a criação de novos empregos (passa a falar-se, não apenas em sustentabilidade ecológica, mas também económica).

Os planos territoriais procuram, portanto, atingir objectivos não só macro-económicos, como também sociais, e promover a modernização

tecnológica e a diversificação produtiva, ou seja, não têm apenas uma dimensão económica mas também uma dimensão cultural, política e social, assente em novas formas de participação cívica, para além da vertente ambiental.

A experiência tem demonstrado que é difícil conciliar este princípio de sustentabilidade, com o de coesão territorial e com o bom funcionamento da economia, cada vez mais livre da iniciativa e interferência do Estado, já que dependente das forças de mercado. Também é consensual que não existem soluções uniformes, dada a grande heterogeneidade de espaços rurais e grande diversidade de agentes envolvidos, sendo precisamente essa diversidade a causadora de muitos dos conflitos nas formas de participação entre o público e o privado. Existe ainda um outro tipo de problemas: certas áreas rurais encontram-se fragilizadas, em termos de recursos materiais, naturais ou humanos, para, por si só, poderem levar a cabo um processo de desenvolvimento, mesmo que induzido. Por essa razão, nos países em que o desenvolvimento rural tem sido mais estudado, criaram-se estruturas de nível nacional e regional que apoiam, em termos teóricos e técnicos, as iniciativas. Outra hipótese, que poderá ser complementar, é a da associação de municípios. O desenvolvimento rural é então entendido de acordo com a evolução de toda a economia e incluir uma perspectiva local, ou melhor, entre locais, se pretendermos que seja feito de forma equilibrada, a nível nacional e mesmo internacional.

Para RAMOS e ROMERO (1995, p. 56), uma concepção de desenvolvimento rural deve ter em conta as condicionantes internas mas também estabelecer formas de conexão com os sistemas sobre os quais assenta a actividade económica a nível, quer nacional, quer internacional²⁴. Estes

²⁴ - As empresas sediadas no espaço rural que pretendem inserir-se no sistema económico mundial, terão de ser competitivas a nível local mas também reger-se pelos parâmetros internacionais. Assim, o planeamento nas áreas rurais interliga-se frequentemente com a

autores consideram diversos factores negativos e positivos, quer a nível endógeno, quer a nível exógeno.

Em síntese, designam por dificuldades endógenas, o baixo nível de formação da população; a escassa diversificação económica e empresarial e uma certa dependência face às ajudas externas; as acessibilidades difíceis pela escassa rede de transportes, telecomunicações e energia, e o déficit de serviços públicos ligados à saúde e à educação. Por potencialidades endógenas, consideram a diversidade de recursos; a natureza e a cultura preservadas; a disponibilidade de mão-de-obra e a de população jovem, quando existe.

Na ameaça exógena consideram a competição dos mercados internacionais; o sistema de incentivos da P.A.C. (Política Agrícola Comum), fomentadores do abandono; as exigências doutros países da comunidade internacional no sentido da redução das subvenções aos preços; o facto da União Europeia privilegiar a concentração das actividades económicas nas áreas que já são mais desenvolvidas e a pressão urbanística sobre o espaço rural. Como oportunidades exógenas importa considerar a existência de uma nova política europeia de desenvolvimento rural e uma crescente consciência ambiental; capital para investir nas áreas rurais, capital este consignado nos esquemas de financiamento da política da União Europeia; a recente tendência de valorização e crescimento demográfico e económico das cidades de pequena e média dimensão; o reforço do poder local²⁵; por último, o facto da política da União Europeia, tentar promover uma diversidade de actuações nas áreas rurais, atendendo à multiplicidade de tipologias.

As políticas, atendendo a essa diversidade, passaram a ter uma incidência territorial, apoiando-se na diversificação e complementaridade das actividades,

afirmação dos seus centros urbanos, numa lógica de rede, fomentando a competitividade entre as regiões, dentro ou fora do país.

²⁵- Em Portugal, a previsível constituição do poder regional poderá também alterar as orientações seguidas até ao presente.

precisamente para conseguir manter a sua população, sobretudo a que se dedica à agricultura. Por essa razão iremos ver seguidamente como é que tem evoluído a política comunitária, não só a que se refere a essa actividade como a que se preocupa com o desenvolvimento das áreas rurais, numa perspectiva mais alargada.

3.2 - EVOLUÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM E DAS POLÍTICAS REGIONAIS COMUNITÁRIAS PARA AS ÁREAS RURAIS

Durante a década de 60, a P.A.C. baseava-se essencialmente na regulação dos preços e dos mercados e na protecção face às importações de países terceiros. Uma vez que também se pretendia a auto-suficiência em termos de produção agrícola, promoveram-se políticas de incremento da produção.

Durante os anos 70 verificou-se que estas medidas estavam a tornar-se insustentáveis, quer em termos orçamentais, quer por levar a um aumento de excedentes. Aposta-se, então, na modernização tecnológica e na formação profissional dos agricultores, desfavorecendo a pequena agricultura e incentivando as grandes explorações e promovendo a reforma antecipada de muitos agricultores idosos²⁶.

No princípio dos anos 80 assiste-se à criação de medidas que favorecem as associações de agricultores, concedendo-se ajudas a novas formas de

²⁶- A medida das reformas antecipadas tem sido complementado por mecanismos que impulsionam a reestruturação fundiária e a viabilização económica das explorações (Regulamento CEE n.º 1079/92).

comercialização e transformação de produtos agrícolas, medidas estas que foram implementadas em Portugal, após a integração na União Europeia.

Em meados dos anos 80, após a integração dos países ibéricos, as instâncias comunitárias, face à acentuada diferença entre as áreas rurais do norte e centro da Europa, em comparação com os países do sul, criam os Planos Integrados Mediterrânicos, com vista à reestruturação dos vários sectores, não apenas os produtivos, mas também os da formação profissional e da melhoria das infra-estruturas²⁷.

No entanto, o principal marco que estabelece uma mudança na filosofia das políticas rurais da Comunidade foi o relatório da Comissão "O Futuro do Mundo Rural" que define três tipos de áreas rurais, passando a ter-se em conta as suas diferenças em termos territoriais:

- 1- Áreas que sofrem a pressão da urbanização, normalmente na periferia das cidades, o que põe em risco o equilíbrio ambiental, necessitando então, não só medidas de ordenamento territorial, como também de protecção ambiental;
- 2- Áreas em decadência em termos sociais e que exigem medidas essencialmente de carácter sócio-económico, precisando de ver diversificadas as suas actividades;
- 3- Áreas marginais que estão em risco de desertificação, por envelhecimento da população e nas quais é necessário promover um mínimo de dinamismo, com a preocupação de preservar o meio ambiente e o património cultural. Ajudar as pequenas e médias empresas locais e fomentar o turismo podem ser exemplos de medidas de revitalização²⁸.

²⁷- Portugal, em virtude de ter sido integrado apenas em 1986, só veio a beneficiar de uma forma mais substancial deste tipo de ajudas, após a definição do Regulamento (CEE) n.º 2052/88, ao ver incluído todo o território nacional nas regiões cujo Produto Interno Bruto é inferior a 75% da média comunitária.

²⁸- Neste documento também se defendia a abordagem local e a aplicação dos fundos estruturais às áreas rurais, principalmente nas áreas de objectivo 1, 5a e 5b. A política

No âmbito da política agrícola, o crescimento dos excedentes e a consequente baixa do financiamento levou à redução do proteccionismo e à substituição das subvenções aos preços por medidas que limitassem os gastos e impondo quotas de produção. Passou a promover-se a extensão produtiva e a ter em conta os impactes ambientais, quer resultantes do abandono dos terrenos, quer do excesso de produção.

A diversificação das actividades exige uma nova política que se pode denominar de rural para além de agrícola, uma vez que as iniciativas de desenvolvimento rural deixaram de ser sectoriais e passaram a ser horizontais, incluindo todas as actividades económicas, a criação de emprego, as preocupações ambientais e também territoriais. A cada situação regional e local exige-se que os governos nacionais, também eles, co-financiadores, assumam a responsabilização face aos resultados a obter e coordenem os diversos níveis de actuação²⁹.

Em 1991 surgem dois relatórios do Comissário Macsharey, o primeiro apontando os defeitos da P.A.C. e o segundo propondo novas medidas para os

comunitária, através dos fundos estruturais, procura equilibrar as regiões, por meio de 5 objectivos prioritários :

Objectivo 1 - Promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões com atraso de desenvolvimento;

Objectivo 2 - Reconverter as regiões, regiões fronteiriças ou partes de regiões (incluindo as zonas de emprego e as aglomerações urbanas) gravemente afectadas pelo declínio industrial;

Objectivo 3 - Lutar contra o desemprego de longa duração;

Objectivo 4 - Facilitar a inserção profissional dos jovens;

Objectivo 5a- Acelerar a adaptação das estruturas agrícolas;

Objectivo 5b- Promover o desenvolvimento das estruturas agrícolas.

Todo o território nacional português foi enquadrado dentro do objectivo 1, com vista à criação de infra-estruturas (transportes, comunicações, energia, água) incentivos à investigação, à formação profissional e apoio às pequenas empresas. Comissão Europeia (1988)

²⁹ - Até essa fase, a política regional europeia baseava-se na definição de áreas prioritárias de intervenção, quase sempre no âmbito do programa FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento e Equilíbrio Regional), não tendo, no entanto, uma concepção territorial

evitar. O primeiro inclui a referência ao facto da política seguida até então originar que a produção seja maior do que a procura, de favorecer a intensificação, de promover o abandono de terras baldias e de ajudar sobretudo as grandes explorações, esquecendo a agricultura de minifúndio, sem atender convenientemente às grandes diferenças que existem em termos sociais e na estrutura fundiária, entre os vários países da Europa. Concluiu também que existem elevados gastos, sem que o rendimento dos agricultores seja compensado.

Em alternativa o relatório propõe as seguintes medidas que deverão ser aplicadas aquando de uma nova reforma da P.A.C.:

- Tentar manter a população rural, dando-lhe melhores oportunidades de vida;

- Associar a função produtiva do agricultor à protecção do meio ambiente, havendo inclusivamente alguns países, como a França, que canalizam verbas para a compensação monetária dos agricultores que se dedicarem à preservação da actividade agrícola em áreas frágeis em termos ambientais, por exemplo, em risco de desertificação ou erosão;

- Diversificar as actividades económicas nas áreas rurais;

- Controlar os excedentes e os gastos;

- Apostar na qualidade dos produtos e não na quantidade, já que certas áreas do globo conseguem competir com os produtos europeus no mercado internacional;

- Manter, no entanto, os mecanismos de protecção do mercado comunitário, tentando não incidir as medidas em compensações face aos preços praticados, mas sim aplicando algumas dessas verbas em ajudas à modernização da agricultura, por forma a torná-la mais competitiva;

muito pormenorizada. Veja-se, a este propósito, os vários documentos da Comissão das Comunidades Europeias "O Dossier da Europa".

- Atender à diversidade de estruturas agrárias europeias, criando políticas específicas para cada uma (RAMOS e ROMERO, 1995, 79 – 80).

Nos anos 90, a Comissão Europeia apercebeu-se de que a política que tinha seguido desde 1962, quando pela primeira vez se elaborou uma Política Agrícola Comum, estava a esquecer os primeiros objectivos definidos pelo Tratado de Roma, principalmente o da defesa da pequena agricultura europeia.

Tem-se estado a competir com a agricultura de outras áreas do globo, à custa da defesa da agricultura mais produtiva, esquecendo as condições de vida dos pequenos agricultores. Mesmo quando começaram a surgir várias medidas que visavam a modernização da actividade agrícola, como a formação profissional dos agricultores, nos anos 70, pretendia-se fundamentalmente aumentar a eficácia produtiva das explorações. Só muito recentemente, após a Reforma dos Fundos Estruturais, é que surgiram as primeiras iniciativas para ajudar as áreas agrícolas com condições e limitações específicas sob o ponto de vista produtivo, ou seja, se incluíram as preocupações de equilíbrio territorial e ecológico, para além dos objectivos económicos. Surgiram assim os já referidos Programas Integrados Mediterrânicos, assim como os Programas de Desenvolvimento Regional e o Plano Director de Ordenamento da Comunidade.

Na realidade, se os objectivos da reforma da P.A.C. de finais dos anos 80 já incluíam a diminuição da produção, principalmente dos produtos excedentes e por razões económicas se tentou reduzir os encargos com o armazenamento e com os preços de intervenção, continuou a incidir-se a maior parte da ajuda nas maiores explorações europeias. Mesmo incluindo perspectivas territoriais, que por exemplo têm em conta o isolamento de certas áreas de montanha ou onde se verificam graves desertificações humanas, as medidas propostas, apesar de

tentarem diversificar as actividades e revitalizar o meio social, muitas vezes pretendem apenas torná-las meras "reservas" turísticas³⁰.

Para além disso, muitas das actuais medidas propõem soluções contraditórias relativamente ao apoio às áreas mais desfavorecidas, principalmente dos países da bacia do Mediterrâneo. Veja-se, por exemplo, as compensações que visam a florestação de solos cultiváveis, quando se sabe que serão geradores de problemas de erosão, para além de sujeitos aos incêndios e por isso lesivos para a qualidade ambiental.

Certos produtos hortícolas, a vinha e as frutas, por coincidência ou não produtos base da agricultura portuguesa, são também penalizados pela introdução de compensações ao abandono das terras ou à redução das produções³¹. Mesmo a solução de diversificar a actividade dentro da exploração, muito em voga na actualidade, pode funcionar apenas como uma ilusão, pois em vez de incentivar o agricultor a modernizar a sua exploração e a dos circuitos de comercialização onde se insere, pretende quase sempre canalizar essa nova função do agricultor para actividades relacionadas com a prática do turismo, que muitas vezes não gera riqueza no local.

A título de exemplo, veja-se que no período de 1989 a 1993, altura da vigência do I Quadro Comunitário de Apoio em Portugal, a maior parte do investimento do plano de desenvolvimento regional foi para a indústria e para as infra-estruturas e que a agricultura e o desenvolvimento rural foram os que receberam menor percentagem.

³⁰- Uma das críticas mais frequentes ao programa LEADER (Ligação entre Actividades de Desenvolvimento da Economia Rural) resulta do facto de privilegiar o aproveitamento turístico das regiões sobre as quais incide, sem que frequentemente seja acompanhado por uma efectiva modernização das estruturas produtivas.

³¹- O facto de Portugal estar inserido na União Europeia, cuja lógica de competitividade interna e externa assenta em sistemas de ajudas directas que privilegiam certos produtos, origina que algumas produções e áreas do país sejam compensadas em detrimento de outras.

A distribuição dos gastos totais do sector público em Portugal, tendo em conta a ajuda comunitária para as regiões “objectivo 1” (na vigência do 1º Q. C. A.) foi de 27,3% para as infra-estruturas, 30,5% para a indústria e ajuda ao investimento, 14,5% para o fundo social, 15,8% para vários programas regionais e 11,9% para a agricultura e desenvolvimento rural³².

Actualmente a P.A.C. absorve cerca de 50% dos recursos financeiros da União Europeia. Podem-se portanto canalizar alguns dos recursos que anteriormente estavam dedicados à produtividade agrícola para as medidas que favoreçam a coesão económica e social³³.

Os pagamentos de indemnizações compensatórias tenderão a diminuir, havendo que investir mais na inovação, mesmo que seja em países onde a agricultura não é geralmente competitiva, pelo facto da produtividade ser reduzida, como é o caso de Portugal. Existem, porém, alternativas, ainda que se não possam implementar rapidamente, até porque tal exigiria uma transformação cultural profunda, nomeadamente no que diz respeito à adaptação às regras de funcionamento dos mercados e às exigentes condições impostas pelos mesmos: calibragem de produtos, condições sanitárias, condições de transformação, tempo de entrega, marketing, estudos de mercado, análises de preços, eficiência da utilização dos factores produtivos e introdução de técnicas que optimizem os custos de produção, etc.³⁴. Por outro lado, a agricultura também tem de continuar a desempenhar o papel de protectora da

³²- Segundo o Relatório da Comissão, cit. in HAZAK (1994, p. 228).

³³- O já referido combate aos excedentes agrícolas tem condicionado as condições de ajuda aos investimentos, privilegiando-se o incentivo à modernização técnica e aos jovens agricultores. A Portugal foram reforçados os financiamentos, apesar de a partir de 1993 as verbas terem diminuído substancialmente, em virtude das actuais políticas de restrição de gastos no âmbito da P.A.C. (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1996). Ver também em Anexo, quadros 9, 10 e 11.

³⁴- Aspectos estes que exigem um esforço de adaptação cultural, por parte dos agricultores que pretendam ser competitivos no mercado comunitário.

natureza, ou ser simplesmente uma agricultura recreativa, o que implica que nem em todas as áreas se possa proceder a uma transformação.

Todo este processo exige a actuação concertada entre o Estado (central e descentralizado) e os mecanismos de controlo do comércio comunitário e do mercado global. No caso português, há que repensar as implicações da política monetária da União Europeia e a influência da actual política fiscal e de segurança social, muitas vezes alvos de críticas justas por parte dos agricultores.

Outro problema tem a ver com a procura de soluções que contribuam para a redução das externalidades ambientais negativas provocadas pela actividade agrícola e por outras actividades existentes no espaço rural. As actuais concepções defendem que mediante medições e parâmetros rigorosos, as empresas que mais poluem sejam obrigadas a contribuir para as medidas de combate à poluição, como por exemplo a florestação, a descontaminação dos cursos de água, a construção de aterros, de centrais de incineração e de tratamento de águas, construção de bio-refinarias de empresas agro-químicas e de produtos biodegradáveis, de reciclagem, etc..

3.3 - AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS E DE DESENVOLVIMENTO RURAL EM PORTUGAL

É indiscutível que a definição de uma política para as áreas rurais em Portugal está condicionada pelas exigências comunitárias e, por outro lado, apesar da U.E. ter criado mecanismos eficazes de protecção, face à influência dos mercados internacionais de fora da U.E., são evidentes as disparidades entre a agricultura portuguesa e a agricultura do centro da Europa.

O facto das políticas serem definidas globalmente para todo o espaço comunitário, mesmo que incluam preocupações de equilíbrio territorial, muitas vezes não atendem às características específicas de certas regiões portuguesas. Daí os protestos de alguns sectores da produção agrícola e de algumas regiões³⁵.

É sabido que a responsabilidade do desenvolvimento deverá ser assumida pelas instituições regionais e locais, o que está de acordo com as actuais concepções de desenvolvimento local e com os próprios mecanismos que servem para o fomentar e financiar, por exemplo o programa LEADER da Comunidade Europeia³⁶.

O actual programa LEADER II inova no aspecto do intercâmbio de experiências entre as iniciativas levadas a cabo nos vários países da Comunidade Europeia.

³⁵- Por essa razão, é necessário que em Portugal se continuem a definir estratégias de desenvolvimento rural, baseadas na especificidade da nossa estrutura agrária e da nossa economia nacional ou mesmo regional, sem necessitarmos de estar sempre dependentes da iniciativa Comunitária ou dos esquemas de ajuda técnica e financeira que nos coloca à disposição.

³⁶- O programa dá autonomia a organismos regionais e locais para a gestão dos fundos.

No caso de Espanha, as iniciativas são vocacionadas para as áreas sujeitas aos planos de desenvolvimento regional ou a planos de desenvolvimento rural ao nível da NUT III - província, desde que exista uma associação local, com representação social e capaz de liderar um processo de desenvolvimento local. Seguindo a estrutura de financiamento do programa LEADER, os recursos são principalmente dirigidos à promoção do turismo, apesar de também actuarem ao nível da agricultura, tentando fomentar o cultivo de produtos não excedentes e estimulando os agricultores à realização de actividades complementares de natureza não agrária.

Os projectos de intervenção contam com a participação técnica e financeira do Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação, para além da das Regiões Autónomas, das Comunidades Provinciais e Municípios, pela acção da própria população, tentando, no caso das áreas objectivo 1 e 5b, criar um espaço rural onde se assegure a modernização da agricultura, a revalorização da floresta, dar novos usos aos recursos naturais e culturais, criar emprego e estimular a formação profissional, a instalação de novas actividades, etc. Para além dos grupos de desenvolvimento local provinciais, têm-se apoiado comarcas, associações de municípios, mas principalmente municípios (FERNANDEZ, 1994, pp. 287 - 309).

3.4 - O ESPAÇO RURAL PORTUGUÊS: DINÂMICAS RECENTES

Desde a década de 60 que se tem assistido ao agravamento do fenómeno da litoralização da população e do emprego, à estagnação ou mesmo declínio da população residente nas áreas de dominância rural, à diminuição da população agrícola. O crescimento natural é reduzido ou mesmo negativo e o envelhecimento da população acentua-se. Por outro lado assiste-se a uma crescente participação das mulheres na vida activa. O nível de escolaridade continua baixo e a taxa de abandono escolar continua elevada, comparativamente com os países do norte da Europa.

O progressivo abandono das áreas mais deprimidas tem-se acelerado e o factor demográfico é também, em si, condicionante de todo um processo de desqualificação. O espaço rural, tal como já tinha ocorrido noutras épocas, deveria continuar a desempenhar o papel de reserva de espaço físico e económico.

Parte da população que retornou ao país de origem procura a urbanidade difundida pelos média, os serviços de natureza urbana, um nível de comodidade mínimo, muitas vezes inexistente na sua aldeia de origem. Não é de estranhar que a difusão dos valores e estilos de vida urbanos exerça atracção sobre os que regressam e os que desde sempre ocuparam essas áreas mais periféricas, discutindo-se mesmo se o progresso das vias de comunicação e a democratização do ensino não agudizarão o êxodo ao invés de retrai-lo, como seria desejável. Isso leva a que alguns autores apontem, não tanto para uma desestruturação económica e social, mas mais para o perigo de uma degradação das condições naturais e da perda de "identidade" de grandes extensões do

território português (GUICHARD, 1995, p. 39). Recentemente verifica-se também um acentuar do peso da população idosa relativamente à população activa, o que contribui para a degradação do património natural, edificado e cultural de extensas áreas do país, num «(...) *acréscimo das assimetrias, que são próprias dum processo de urbanização/concentração das populações e da polarização do processo de desenvolvimento*» (Ministério do Planeamento e Administração do Território cit. in CAVACO e RAMOS, 1994, p. 115).

O processo de industrialização português processou-se tardiamente em relação a outros países, privilegiou um número limitado de pólos e não foi acompanhado por um processo correspondente de modernização e de qualificação da mão-de-obra. A reduzida preparação dos operários e o baixo nível médio cultural da população, assim como a baixa produtividade, fizeram com que proliferassem empresas que apostam em salários reduzidos, o que também coloca dificuldades macro-económicas.

Após os anos 60 verificou-se um progressivo abandono do espaço rural, atingindo-se perigosamente os níveis mínimos de reprodução social, havendo freguesias onde alguns lugares estão mesmo a desaparecer³⁷.

Nos anos 80 reforça-se a consciencialização face ao problema do êxodo rural e começam a notar-se as consequências da crise de desemprego com o declínio de algumas áreas industrializadas, tal como a região do Vale do Ave em que as dificuldades são em parte colmatadas pela economia subterrânea e pela pluriactividade. Mesmo assim o sector agrícola continua a ter, comparativamente com a média comunitária, um peso relativo excessivo em termos de mão-de-obra empregue, o que nos tem sido desfavorável.

As transformações, principalmente após a integração europeia, cujos reflexos se fizeram sentir a partir de 1988, consistiram essencialmente no

³⁷- Veja-se o estudo de CAVACO e RAMOS (1994).

reforço da mecanização agrícola, na introdução de capitais, só que de forma bastante desigual. É sabido que os mecanismos de financiamento comunitários privilegiam as explorações de grande dimensão, em detrimento da pequena agricultura familiar, predominante no Norte e em grande parte do Centro de Portugal. Na indústria e comércio, os investimentos fora dos grandes centros urbanos, deparam com dificuldades nos acessos e na falta de mão-de-obra qualificada, estando quase sempre ligados a pequenas e médias empresas.

A aplicação da P.A.C. em Portugal, permitiu introduzir numerosas medidas estruturais com vista à redução das áreas agrícolas, a par do estabelecimento de quotas de produção para alguns produtos, cuja implementação tem sido criticada por não ter impedido a degradação ambiental e contribuir para o abandono de extensas áreas do interior. Não se julgue que esse facto se deve a uma ausência de programas de apoio e atribuição de subsídios, mas antes ao quadro definido pela P.A.C. e à falta de iniciativa dos possíveis interessados, ao mesmo tempo que se verifica uma perda de protagonismo dos agricultores na sociedade em geral.

A integração europeia actuou nas áreas rurais através de dois grandes tipos de políticas, a P.A.C. e a política regional, até 1988, de uma forma indirecta e mais eficazmente após a reforma dos fundos estruturais, definindo objectivos específicos, até porque só a partir dessa altura é que estes passam a estar consignados na política comunitária para o desenvolvimento rural.

Existe uma quase ausência de figuras de plano de âmbito regional que coordenem os P.D.M.'s (Planos Directores Municipais) ou então quando elas existem tiveram aplicação subsequente, e por isso, às vezes, entraram em contradição com os próprios P.D.M.'s. A falta de instâncias e planos regionais também limitou muito a aplicação de fundos e programas comunitários, pois a maior parte dos municípios do interior não têm capacidade técnica ou financeira para concorrer sozinhos a estes esquemas de financiamento. Este

tipo de actuação também resulta da falta de tradição no associativismo municipal, predominando o individualismo e as formas de afirmação pessoal, por parte de alguns autarcas.

O ordenamento territorial deve, como vimos anteriormente, integrar a planificação económica, social e física, através de uma abordagem pluridisciplinar, assumindo um papel no desenvolvimento a longo prazo de cada unidade territorial e incluir objectivos sociais que permitam atingir a melhoria da qualidade de vida das populações. Ao contribuir para a organização espacial, definindo a forma de distribuição das actividades humanas, deverá também promover a integração delas com o que se passa nas unidades territoriais vizinhas. Só que em Portugal não existem mecanismos específicos de ordenamento para as áreas rurais, aplicando-se instrumentos que foram concebidos sobretudo para as áreas urbanas. Esta lacuna acaba por se repercutir, não só na forma como se distribuem as infra-estruturas, a indústria ou o crescimento das edificações mas também na eficácia para se solucionar os problemas ligados à actividade agrícola, todos estes elementos passíveis de gerar problemas de índole social³⁸.

Contudo, a visão global, a “média”, esconde as diferenças, já que se mantêm indivíduos e famílias no espaço rural, cujos indicadores relativos às condições de habitação, de acesso às infra-estruturas básicas, à prestação de

³⁸ - Algo que, por exemplo, não se passa em Espanha onde dois organismos do Ministério da Agricultura têm competência específica para a definição de linhas de orientação nestes âmbitos- o IRYDA- Instituto para a Reforma e Desenvolvimento Agrário e o ICONA - Instituto para a Conservação da Natureza. Entre outras, fazem levantamentos das transformações económicas e sociais que afectam as áreas rurais, procedem ao ordenamento das explorações agrárias e à reestruturação da ajuda técnica, estabelecem planos de melhoramento para as comarcas deprimidas e fomentam novas formas de associativismo na fase da produção, transformação e comercialização.

cuidados de saúde, à educação e ao mercado de emprego, são significativamente limitados³⁹.

No inquérito que tivemos oportunidade de efectuar verificou-se que os grupos dos agricultores de baixos rendimentos e o dos idosos pensionistas, se caracterizam, quanto ao modo de vida, pela restrição, sendo a estratégia de vida a da sobrevivência quotidiana, tratando-se muitas vezes de uma pobreza encoberta, podendo em casos mais graves falar-se mesmo em destituição⁴⁰. Em alguns dos lugares das freguesias de Gouviães, Granja Nova, S. João de Tarouca, Ucanha, Várzea da Serra e Vila Chã da Beira, as pessoas referiram-nos nas entrevistas que era muito raro comprar roupa; “normalmente são os meus filhos que me dão.” Quanto à alimentação: “Comer carne só de vez em quando, é mais couves e batatas, aquilo que se vai retirando do campo.” Outros rematavam mesmo: “Isto é para nos ajudar? Se o senhor nos pudesse dar uma esmolinha!”

Em Portugal todas estas dinâmicas ainda estão pouco estudadas ao nível do espaço rural, não se sabe pormenorizadamente qual a importância relativa de cada uma, quer ao nível nacional, quer regional, quer mesmo, local. São poucas as visões de conjunto, inclusive o estudo do contributo da emigração e mais recentemente da imigração. Ao nível regional e local ainda são em menor

³⁹- Uma vez que a economia portuguesa ainda se caracteriza por fraca dotação em infra-estruturas económicas, não é de estranhar possuir uma estrutura produtiva relativamente pouco desenvolvida. Todavia, segundo diversos autores, Portugal assume uma condição de semi-periferia no contexto europeu, pois se o sistema de regulação económica ainda apresenta lacunas, principalmente ao nível da produção industrial, ao nível da reprodução social, as sociedades como a portuguesa «garantem a satisfação relativamente adequada de amplos sectores da população (...) à luz dos modelos de consumo dominantes.» Boaventura Sousa Santos cit. in REIS (1992, p. 45).

Essa vitalidade resulta de uma panóplia de mecanismos formais e informais nos quais podemos incluir as remessas dos emigrantes, a flexibilidade produtiva das pequenas empresas, o trabalho familiar, o trabalho ilegal, a pluriactividade, o trabalho doméstico não remunerado, etc. Veja-se também a síntese do que ALMEIDA et al (1992) designou por “domínios de vulnerabilidade” e categorias sociais mais sujeitas a desigualdades.

⁴⁰- Ainda segundo a classificação proposta por ALMEIDA et al (1992).

número os estudos em pormenor. O nível de análise pressupõe a detecção de múltiplos factores sociais devendo estes ser entendidos em função de espaços e tempos específicos.

Algumas condicionantes espaciais genéricas têm interferido nas áreas rurais mais periféricas, tais como o isolamento, as carências ao nível dos equipamentos e a ausência de instrumentos de planeamento específicos, em maior ou menor grau, consoante os países e locais. Destacam-se também carências nas redes de comunicação e transportes. A grande dispersão da propriedade, o abandono de partes da superfície agrícola útil e a ocupação desta por actividades nem agrícolas nem florestais, a degradação ambiental, a reduzida preparação técnica da mão-de-obra e o baixo índice cultural da população são também apontados genericamente como limitações das áreas rurais. No caso de Portugal acrescentar-se-á ainda o facto de não existirem políticas concretas de desenvolvimento rural integrado e o sistema administrativo apresentar limitações técnicas e estruturais. Países como a Itália, França, Reino Unido, Alemanha e Áustria possuem uma larga tradição de políticas específicas para as áreas rurais. Em Espanha, só a partir da década de 80 se implementou este tipo de medidas. Em Portugal verifica-se a ausência de uma política nacional para as áreas rurais que coordene também a ocupação do espaço nestas áreas. Muitos autores referem a ausência de uma lei dos solos que complemente a actuação da lei geral das edificações. É reconhecido que o quadro legal relativo à reserva agrícola e à reserva ecológica tem virtudes mas não existe uma coordenação entre municípios na definição dessas áreas.

Mas nem todas as dinâmicas são regressivas já que em algumas áreas rurais está a ocorrer, uma certa renovação social, ou pelo menos urbanística⁴¹, principalmente as que se situam na proximidade de cidades de pequena e média dimensão (mesmo não se tratando de espaços periurbanos).

Nas áreas onde a dinâmica demográfica foi positiva, assiste-se a transformações de ordem cultural, causadas pela transferência dos padrões de vida urbanos para as áreas rurais. Paralelamente, surgiram, ainda que pontualmente, formas de resistência e de reanimação de tradições, manifestações efémeras como cortejos, festas tradicionais, representações históricas e religiosas, exemplos de um não querer perder uma ligação ao passado genuíno. As actuais concepções teóricas, influenciadas pela sociologia e etnografia contemporâneas, apresentam estas transformações segundo um modelo de elevada complexidade, pois são múltiplas as dinâmicas e as suas causas. Para além da elevada mobilidade social dos que residem no espaço rural, a vinda de ex-residentes urbanos, de uma forma definitiva, ou só em fins-de-semana e época de férias (os que têm segunda residência no espaço rural), e a deslocação dos emigrantes em gozo de férias ou que retornam definitivamente, provoca modificações sociais, culturais e económicas.

Parece assim provável a manutenção, ou mesmo reforço do número de residentes, sem que no entanto se possa falar de um processo semelhante ao que recentemente ocorreu no Reino Unido. Além disso no nosso país, não se trata de uma renovação rural integral, ao nível dos sistemas produtivos, culturais e sociais, mas tão somente de transformações urbanísticas, com algumas repercussões nas actividades exercidas pelos residentes. Os "encraves" de ruralidade situam-se nos pequenos aglomerados onde o declínio é irreversível⁴².

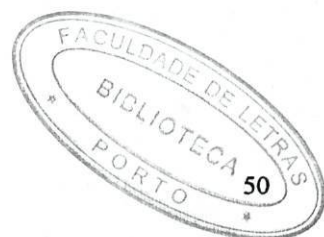
Partindo de outro tipo de parâmetros, podem identificar-se mutações ao nível das classes etárias mais jovens que são obrigados a sair da sua aldeia e a permanecer no meio urbano, durante o tempo em que prosseguem os estudos,

⁴¹- Processo este a decorrer em Tarouca.

⁴²- Apesar de existirem novas formas de resistência, principalmente as resultantes da animação provocada pelo facto de residentes urbanos procurarem, aí, localização para a sua segunda residência.

acabando, muitas vezes, por aí se fixar no exercício de uma actividade. Entram também em causa, variáveis como a idade, o sexo, a profissão e a pertença a grupos minoritários.

Não é raro que pequenas vilas sofram um processo de urbanização que chega a ser considerável, atendendo à sua pequena dimensão. Por vezes este fenómeno chega ao ponto de certos aglomerados, sede de concelho, passarem a apresentar já algumas desvantagens da modernização. Tal é também a situação de Tarouca, o que exige, por parte do poder local, instrumentos de ordenamento e formas de actuação inovadoras, para impedir esses desequilíbrios. É certo que estas modificações trouxeram consigo uma elevação da qualidade de vida, não só da vila como de todos os aglomerados do seu entorno, acabando com algumas situações de subdotação infra-estrutural e formas de isolamento o que atenua algumas situações de exclusão social nas pequenas aldeias.



4 – DAS NOVAS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL ÀS NOVAS FORMAS DE PLANEAMENTO

4.1 – A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ÁREAS RURAIS

As medidas estratégicas a aplicar nas áreas desfavorecidas ao nível micro, passam também pela formulação de uma política educativa e cultural que em última análise pretende o desenvolvimento sustentável, sob o ponto de vista técnico, social, cultural e também político. Se estas ideias partem de uma perspectiva de desenvolvimento local, não se exclui uma abordagem do local em função de escalas mais alargadas, atendendo a que não deve seguir o mero localismo. A sociedade actual, baseada na globalização da informação e na abertura económica e extensão dos mercados ao nível mundial, não o permite. Por outro lado os planos de desenvolvimento local que seguem a orientação estratégica incluem normalmente uma abordagem global.

Na figura 2 apresenta-se um esquema que sintetiza alguns dos princípios aplicados na preparação de uma estratégia de desenvolvimento local, em áreas rurais, assim como uma forma de os articular⁴³.

⁴³ BELTRAN (1995, pp. 483-494) identifica uma série de orientações consignadas no programa LEADER que incluem alguns dos princípios referidos no esquema da figura 2:

- 1- Definir os objectivos
- 2- Recompilar a bibliografia e a documentação
- 3- Estudar outros casos a nível internacional
- 4- Entrevistar em profundidade os líderes locais
- 5- Entrevistar informantes privilegiados
- 6- Organizar grupos de discussão
- 7- Ponderar as necessidades básicas da população
- 8- Identificar e avaliar os recursos, condicionantes, restrições, estrangulamentos, potencialidades e pontos fortes

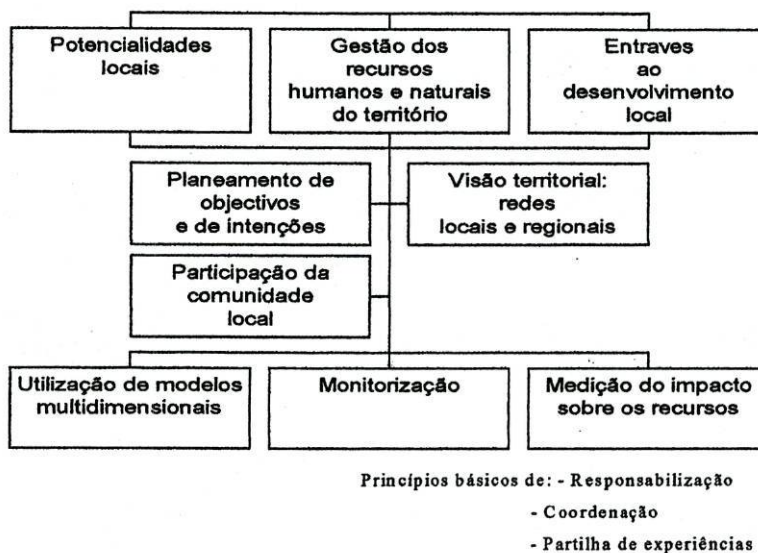


Figura 2 – A preparação de uma estratégia de desenvolvimento rural.

O processo implica uma adequada organização de responsáveis e técnicos e a criação de uma série de instrumentos e estruturas para a promoção e gestão do plano.

9- Analisar as normas em vigor

10- Recolher os possíveis incentivos oficiais, procedendo a alianças com municípios vizinhos, já que individualmente a capacidade de negociação é limitada

11- Estudar a incidência local dos planos de desenvolvimento regional e nacional

12- Elaborar o plano

13- Ensaiai modelos de simulação dinâmica, segundo uma análise prospectiva e proceder a uma avaliação da viabilidade

14- Estabelecer um consenso com os responsáveis locais e criar redes de parceria horizontais (no próprio território) e verticais (entre instituições a várias escalas)

15- Realizar uma campanha de informação interna e externa com marketing da imagem local

16- Avaliar permanentemente o processo de desenvolvimento e a execução do plano, procedendo a reajustes.

Em Portugal já são vários os exemplos bem sucedidos de aplicação do programa LEADER, sendo de destacar o envolvimento de ADL's (Associações para o Desenvolvimento Local), quase sempre em consonância com os municípios. A componente

4.2 - A INTERVENÇÃO LOCAL

Após a II Guerra Mundial e até aos anos 70, na Europa, o planeamento baseou-se em políticas dirigistas, sectoriais e de cariz centralizador, de forma a evitar uma então muito criticada anarquia no processo de localização dos investimentos. Viviam-se tempos de prosperidade económica, o que permitia a concessão por parte do Estado de vultuosos apoios financeiros, tornando-se este o principal mentor das políticas sociais e da construção de equipamentos colectivos⁴⁴.

A partir de meados da década de 70 o Estado Central, progressivamente, diminui a sua influência ao nível do planeamento, já que a crise produtiva motivada pelo choque petrolífero de 1973, vem limitar os recursos, avolumando-se as críticas aos resultados do planeamento que vinha sendo feito.

No entanto, foram vários os antecedentes que influenciaram a actual perspectiva de desenvolvimento local. Sem pretendermos ser exaustivos, apontaremos algumas das principais linhas de orientação que regeram a evolução do conceito.

Já no século XIX existiam, em Inglaterra e Estados Unidos da América, movimentos de voluntariado, normalmente ligados a instituições religiosas, que se ocupavam da assistência social e médica e cujos objectivos se prendiam com o que se designava na altura por desenvolvimento comunitário. Percebe-se pela própria expressão "comunitário" que, apesar de muitas vezes serem organizações com uma estrutura nacional, incidiam a sua acção ao nível local, tentando colmatar as deficiências existentes nos meios mais desfavorecidos, quer das cidades, quer dos pequenos aglomerados rurais (NASON, 1923).

de articulação territorial e de cooperação entre municípios está normalmente presente (caso da experiência na região do Barroso - Gerês),

⁴⁴- Fase de afirmação do "Estado-Providência".

Em Portugal, nesse século, também surgem várias associações humanitárias e recreativas, que a par das já antigas misericórdias, vêm desempenhar um importante papel de formação, ensino e apoio às populações.

A I e II Guerras Mundiais, sobretudo esta última, vieram reforçar a importância do voluntariado e da acção local no esforço de guerra, principalmente na fase de reconstrução. São de salientar, de novo, os movimentos de desenvolvimento comunitário na Inglaterra e Estados Unidos da América e a sua transposição para a Índia na fase de descolonização.

Nos anos 50, um organismo das Nações Unidas ocupa-se dos problemas económicos e sociais dos países da América Latina – C.E.P.A.L. (Comissão Económica para a América Latina), baseando-se em trabalhos de autores como Samir Amin e Cardoso⁴⁵, críticos do modelo económico capitalista e defensores da participação das comunidades locais na definição dos planos de desenvolvimento dos seus países, evitando assim a transposição e aplicação de modelos trazidos do estrangeiro, muitas vezes totalmente desenquadrados da realidade concreta desses países. Nesta década em países como a França e a Itália são consignados nas suas Constituições da República, princípios para o reforço do poder local, assim como se generaliza pela Europa o movimento associativo por meio das cooperativas de produção.

Nos anos 70, defendia-se que era preciso incidir não só sobre a economia local, como também sobre a política administrativa e sobre a vertente cultural. Pelo facto de incluir todas estas variáveis, o desenvolvimento de base local assemelha-se a outros tipos de experiências e formulações teóricas, como por exemplo as do desenvolvimento agropolitano de Friedmann e Douglas que tentam integrar o desenvolvimento rural e o urbano, por meio da acção das comunidades locais, ao pretender satisfazer as suas necessidades, mas de forma

⁴⁵ - Para uma resenha histórica das concepções do desenvolvimento, aplicadas aos países em vias de desenvolvimento, veja-se NUNES (1989).

independente da economia nacional. No entanto, o sucesso deste tipo de iniciativas viu-se algo limitado por necessitar de grandes investimentos, impossíveis de suportar pelos países em vias de desenvolvimento.

Em Portugal assiste-se ao reforço do municipalismo e, dado que o processo de industrialização tinha sido tardio, começam a multiplicar-se os exemplos de descentralização industrial de base local, principalmente em cidades de média e pequena dimensão. Por outro lado, é dada maior autonomia ao poder local para a promoção do próprio desenvolvimento (LOPES, 1990, p. 32).

No caso português, o processo de transição para o regime democrático permitiu a aplicação duma outra perspectiva do planeamento, apelando-se mais à iniciativa local, mediante o reforço da administração municipal e de outros agentes de desenvolvimento local e regional.

Os princípios consignados na Constituição da República de 1976 e vários quadros legislativos e medidas subsequentes⁴⁶, estabelecem uma série de atribuições e o regime de autonomia financeira, necessários à sua consecução, criando as condições para que o poder local se assumisse como o principal mentor do desenvolvimento, numa perspectiva de valorização do endógeno e do território.

A partir do início dos anos 80, com a regulamentação dos Planos Directores Municipais, como principal instrumento de ordenamento do território, parecia que as autarquias iriam poder assumir o papel de maior autonomia que reivindicavam. No entanto, esta autonomia não chega a concretizar-se: os planos tendem a transformar-se em meros regulamentos administrativos, dependentes da aprovação de vários níveis do poder político. Por outro lado, às câmaras são exigidas funções que muitas vezes não podem ser executadas por falta de recursos financeiros e/ou humanos. RODRIGUES e

STOER (1993, p. 34) sintetizam aquilo que muitas vezes ocorre, tendo em atenção as prioridades prevalectentes (sobretudo em espaços predominantemente rurais): «(...) *as principais acções camarárias não visaram tanto as orientações de desenvolvimento sócio-económico, como as questões das infra-estruturas básicas relativamente aos equipamentos urbanos, saneamento básico, rede viária e habitação social (...) A gestão municipal tem sido forçada à resolução dos problemas imediatos, com que é confrontada, mais do que o investimento no domínio sócio-cultural, na dinamização de recreio e lazer*⁴⁷.»

O facto de só se atender a novas exigências depois de serem atingidos os objectivos mínimos poderá explicar um certo atraso na efectiva mudança das concepções de planeamento em Portugal, especialmente nos concelhos do interior menos dotados em termos de equipamentos colectivos e em recursos financeiros necessários para superar essas carências.

Na realidade, em Portugal, subsistem diferentes lógicas de gestão, por parte dos executivos municipais, de acordo com a envolvente económica e sócio-cultural de cada uma. Existem as que devido à falta de recursos financeiros e atraso de desenvolvimento, continuam a actuar de uma forma isolada, relativamente à participação dos outros actores sociais, só dando resposta a problemas imediatos. Outras há que já enveredaram por um planeamento estratégico que apela à participação e à abertura cultural, com formas de cooperação e “partenariado” a nível local, regional, ou mesmo de âmbito mais vasto, tendo no entanto sempre como pano de fundo, um processo de identificação com o local.

⁴⁶ - Nomeadamente os Decretos Lei n.º 208/82 e n.º 77/84.

⁴⁷ - A maior parte das autarquias ainda não atingiram a autonomia que lhes permita ir além da satisfação das necessidades básicas das populações.

No caso do município de Tarouca, apesar de se lidar com diversas realidades espaciais, existem áreas cujas carências são notórias em termos de infra-estruturação e que exigem uma atitude de união de esforços⁴⁸.

Já anteriormente se focou que mais do que a articulação entre concelhos vizinhos, é essencial o seu relacionamento em termos de orientação estratégica com o eixo Vila Real - Régua - Lamego, no quadro do espaço Duriense, para que certos limiares mínimos e conseqüente capacidade de mobilização de recursos, possam ser atingidos. Segundo esta óptica, deve promover-se a coordenação das propostas, a poupança de recursos e a valorização das sinergias. Entre outras, destacam-se as opções estratégicas que incidem sobre a reabilitação do património arquitectónico, a valorização das condições naturais, ambientais e paisagísticas, a criação de novas dinâmicas empresariais e a valorização do património cultural e etnográfico, também com vista ao aproveitamento turístico⁴⁹.

O planeamento explicita as opções políticas de fundo, não apenas de âmbito económico, mas também social, cultural e ambiental. Tem um papel de referência, não assumindo a "clássica" postura de inflexibilidade, principalmente se se tratar de medidas de âmbito económico, o que tanto é válido para a própria gestão interna da autarquia, como para os processos de relacionamento desta com os organismos de gestão superior e com os interesses privados, individuais ou colectivos. Como ideal, para François ASCHER (1991, p. 115) *«Il s`agit de promouvoir un urbanisme stratégique et décisionnel qui articule (...) les capacités créatives des initiatives privées et les moyens régulateurs des pouvoirs publiques.»*

⁴⁸ - Se por um lado é premente uma gestão do dia-a-dia que responda às exigências do desenvolvimento endógeno, é também desejável que a actuação enverede por uma articulação com um desenvolvimento exógeno de escala regional.

⁴⁹ - Estes aspectos serão desenvolvidos na 2ª parte do trabalho.

Discute-se uma revisão da Lei da Autonomia e Finanças Locais, com o objectivo de reforçar ainda mais o papel dos municípios, já que se lhes reconheceu a maior importância na gestão do território, tanto maior quanto ainda não se concretizou a definição de uma política regional, o que faz com que caiba aos municípios implementar medidas que contribuam para a diminuição dos desequilíbrios regionais e para a melhoria da qualidade de vida das populações que delas beneficiam. Só que, muitas vezes, se as câmaras municipais o têm conseguido fazer, esse facto resulta maioritariamente de atitudes de cariz voluntário, da capacidade de apelar a investimentos externos e de se candidatar a financiamentos nacionais e/ou europeus.

Por exemplo em Inglaterra existe a figura do “Structure Plan”, similar aos nossos Planos de Desenvolvimento Regional, cujo objectivo é o de definir medidas gerais relacionadas com o desenvolvimento de um território, medidas essas que irão influenciar os “Local Plans”, estes sim, mais vocacionados para a gestão do uso do solo.

Em Portugal, os poucos exemplos que existem de figuras de plano que ultrapassam as concepções da zonagem ou de outras formas que privilegiam o espaço físico de forma explícita, os chamados Planos Estratégicos de Desenvolvimento, têm sido aplicados em áreas urbanas, na sua esmagadora maioria. No entanto, quer eles quer os planos regionais de ordenamento do território, não têm tido uma concretização efectiva, limitando-se a assumir um papel meramente informativo. Hoje em dia, quando já se pensa na necessidade de rever os planos directores municipais (aprovados na sua maioria, há menos de cinco anos) dever-se-ia também fazer preceder essa revisão da formalização dos planos regionais e do reforço da aplicabilidade do planeamento estratégico.

Ultrapassada que está a fase da definição das estratégias de desenvolvimento baseadas na concentração industrial, por se ter provado que contribuía para o agravamento dos problemas sociais e para o agudizar dos

desequilíbrios entre territórios, opta-se, por um desenvolvimento multisectorial, estruturado territorialmente. Em vez de se dispersar o investimento da mesma forma por todo o território, por exemplo criando vários pólos industriais, abrindo estradas, permitindo a urbanização do espaço rural na sua totalidade, defende-se que se deve apostar no desenvolvimento de alguns pontos estratégicos, outros devem ser mantidos como reservas naturais e culturais, segundo um princípio de preservação ecológica do espaço.

O mais difícil é conseguir conciliar isto com a procura de qualidade de vida para a população e com o princípio da sustentabilidade; quando se quer que o desenvolvimento seja endógeno é necessário que exista um mínimo de recursos naturais e humanos e que estes sejam diversificados. Por outro lado, é preciso que as instâncias de poder criem mecanismos que permitam um efectivo ordenamento territorial e uma eficaz fiscalização, no sentido de evitar agressões à paisagem. Será que em Portugal se conseguirão reunir estas condições, inclusive na região duriense?

O desenvolvimento local necessita de um catalisador/animador que opere a nível local, aquilo que a União Europeia designa por agente de desenvolvimento, que poderá vir do exterior, mas que, uma vez inserido na comunidade sobre a qual actua, terá de preparar as consciências locais para o seu papel institucional a favor do desenvolvimento, articulando a acção dos políticos locais, dos agentes económicos, do movimento associativo, dos animadores culturais e da população em geral. No entanto, as iniciativas não devem impor o “localismo” e por isso ser fechadas sobre si, ao promover a mera auto-suficiência local, em vez de tentar conciliar a acção local e a externa. Seguindo esta filosofia, os programas e projectos mais recentes da União Europeia favorecem o estabelecimento de redes de iniciativa internacionais, as quais, no entanto, têm de contar com a participação activa da administração local e regional. Esta, por seu turno, deve recorrer, segundo as actuais

perspectivas de desenvolvimento local participado, à colaboração com outras entidades de carácter público e privado que interfiram no território em questão, mesmo as que não dizem respeito ao sistema produtivo (por exemplo entidades públicas de solidariedade social, sem fins lucrativos). Em conjunto deverão também estimular o envolvimento de toda a população na definição e implementação das suas iniciativas.

4.3 - O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES LOCAIS NO DESENVOLVIMENTO

Já se viu anteriormente que as actuais perspectivas incluem a valorização de estratégias de participação de pequenas comunidades e de associações de cidadãos, sendo esta considerada mesmo imprescindível na implementação de políticas de desenvolvimento.

Os objectivos dessa participação são normalmente sempre os mesmos: promover o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento centrado nas pessoas, fomentando iguais oportunidades e justiça social. Se essa estratégia tem sido utilizada pelo Banco Mundial, assim como por uma série de organizações não governamentais, nos países em vias de desenvolvimento, muitas vezes com a finalidade de poupar recursos monetários, também tem sido aplicada nos países mais desenvolvidos, fazendo com que «(...) *international agencies and national and local states have demonstrated increasing interest in strategies to promote community participation as a means of enhancing the development process*» (CRAIG & MAYO, 1995, p. 1).

A necessidade dos Estados reduzirem os seus gastos em termos de contribuições sociais, leva-os a apelar ao sector privado, ao regime de voluntariado e aos esquemas de auto-ajuda. Se, por exemplo em Inglaterra,

existe uma longa tradição do voluntariado, em Portugal, tais esquemas constituem apenas formas periféricas de actuação.

O facto do município continuar muito dependente do poder central, de hoje em dia ser necessário impor limites à despesa do Estado (devido, entre outras razões, às imposições dos critérios de convergência) e dos órgãos eleitos do poder local mais próximo da população terem poucos recursos, pode explicar a proliferação de exemplos de organizações que se preocupam com o desenvolvimento e bem-estar das comunidades locais.

Os fundamentos teóricos desta concepção de desenvolvimento participado terão uma proveniência remota, na noção de consciencialização colectiva de Freire, ou na visão Marxista de auto - emancipação dos oprimidos, mas, independentemente dos arquétipos, o que importa é a necessidade de promover a transformação social ao nível micro e conceber um desenvolvimento assente na criatividade das pessoas, de forma a satisfazer as suas necessidades básicas (NUNES, 1989).

Em Portugal as associações de tipo contemporâneo remontam aos finais do século XIX, a exemplo das primeiras associações de instrução e recreio, como é o caso do Grupo Filarmónico de Dalvares. Desde então e até ao 25 de Abril, a capacidade de intervenção directa ao nível local era limitada. Na época do Estado Novo, boa parte desse papel foi delegado pelo Estado à Igreja, apesar de paralelamente existirem também associações locais ligadas às Casas do Povo, mas sempre com a condicionante de reproduzir as ideologias do Estado. Quase clandestinamente, existiam formas de poder e redes de solidariedade que constituíram as sementes das associações locais que se formaram após o 25 de Abril, mas que por razões óbvias não podiam assumir grande protagonismo (RODRIGUES e STOER, 1993, pp. 21 - 35).

É no período pós 25 de Abril que surgem uma série de Comissões de Moradores e se reanimam velhas associações populares que reivindicam a

dotação de certos equipamentos sociais. Muitos desses movimentos desapareceram, sendo o seu papel hoje em dia substituído pelas Juntas de Freguesia, por membros dos partidos políticos que fazem parte do poder local e por algumas colectividades locais. (RODRIGUES e STOER, 1993, pp. 21 – 35).

5 - LOCAL E GLOBAL: OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

A concepção de desenvolvimento local pressupõe uma actuação em consonância, mas não de forma subalternizada, face às políticas macro-económicas nacionais e mesmo as que advogam a integração política europeia.

Em primeiro lugar, importa mobilizar os recursos endógenos, dinamizando o social e o específico de um determinado território. Não deve, no entanto, enfermar-se de uma perspectiva localista e fechada. Há que conjugar a dinamização das potencialidades locais com as oportunidades externas, a vários níveis. A relação que se estabelece entre as diferentes instâncias do poder terá de abandonar, como exclusiva, a velha noção de interdependência e domínio hierárquico, para se centrar em relações de complementaridade. Dessa forma, torna-se necessária a negociação e são desejáveis as intervenções baseadas na especialização e competitividade entre os agentes e/ou territórios.

Isto está relacionado, por um lado, com a necessidade de implementar políticas multidimensionais que promovam a competitividade entre diversos territórios.

Segundo MONTEIRO e SIMÕES (1995, p. 255), os agentes políticos locais têm um papel crucial, não só para estimular os actores locais, mas também envolverem outros níveis políticos de intervenção (inter-municipal, nacional e da U.E.).

Não se pense todavia que estas abordagens constituem uma panaceia, já que se podem gerar conflitos entre a esfera privada e a esfera pública de acção social. De facto abundam os exemplos mal sucedidos, ou os que pelo menos ficaram aquém das expectativas, ainda que não possamos esquecer que muitas vezes resultam de erros técnicos na aplicação dos projectos e/ou da inexistência de coordenação. É necessário estabelecer muito bem a fronteira do âmbito de intervenção do Estado e das organizações privadas, de forma a não se cair em

situações extremas de dependência mútua. Mesmo com esquemas de contrato, às vezes é difícil evitar o controlo excessivo por parte do Estado, desvirtuando-se a própria filosofia de actuação dos organismos locais e a sua autonomia mas também não se pode pensar que só os esquemas de desenvolvimento promovidos pelas organizações locais, por si só, podem actuar isoladamente. Usando a máxima já célebre “pensar globalmente e agir localmente”, torna-se necessário estabelecer redes de ligação entre os vários níveis de intervenção.

Para se evitar problemas gerados pelas rivalidades entre os sistemas de solidariedade não formal familiar e as colectividades locais, há que também promover-se a ideia de que a participação deve ser de todos e para o bem de todos. Há que ter sempre em conta também, quando se quer intervir exteriormente a esses grupos, que no meio rural existem diferenças de estatuto entre as pessoas, mas que tem de se garantir uma justa distribuição das regalias.

Terão de se formar parcerias entre o Estado e as associações locais que promovam uma gestão cooperante, mas em muitos casos meramente descentralizada (as associações locais servirão de instrumentos para a aplicação de projectos de interesse público). Contudo, muitas delas limitam-se a assumir, no presente, um papel de assistência, já de si muito importante, por certo, e servem de porta-voz das reivindicações e aspirações dos seus membros. Importaria ultrapassar esta forma de actuação, assim como a que se limita à realização de actividades lúdicas, papel este que também se considera importante, já que por essa via se consegue reforçar a capacidade de intervenção das associações. Estas, assim como as comunidades que representam, não estão geralmente isoladas, sendo de louvar que para além de cooperarem com o poder estatal, estabeleçam contactos com outras associações na sua envolvente.

De facto, quase sempre, mesmo em meios “pequenos” como o de Tarouca, existem múltiplas colectividades que se debruçam sobre diversos aspectos da realidade local (economia, cultura, desporto, natureza) e que têm um papel notável de dinamização local, o que pode contribuir ainda mais eficazmente para o desenvolvimento, se realizarem uma actuação integrada entre elas, em parceria com a Câmara, Juntas e órgãos centrais da administração.

CAPÍTULO III – PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TAROUCA

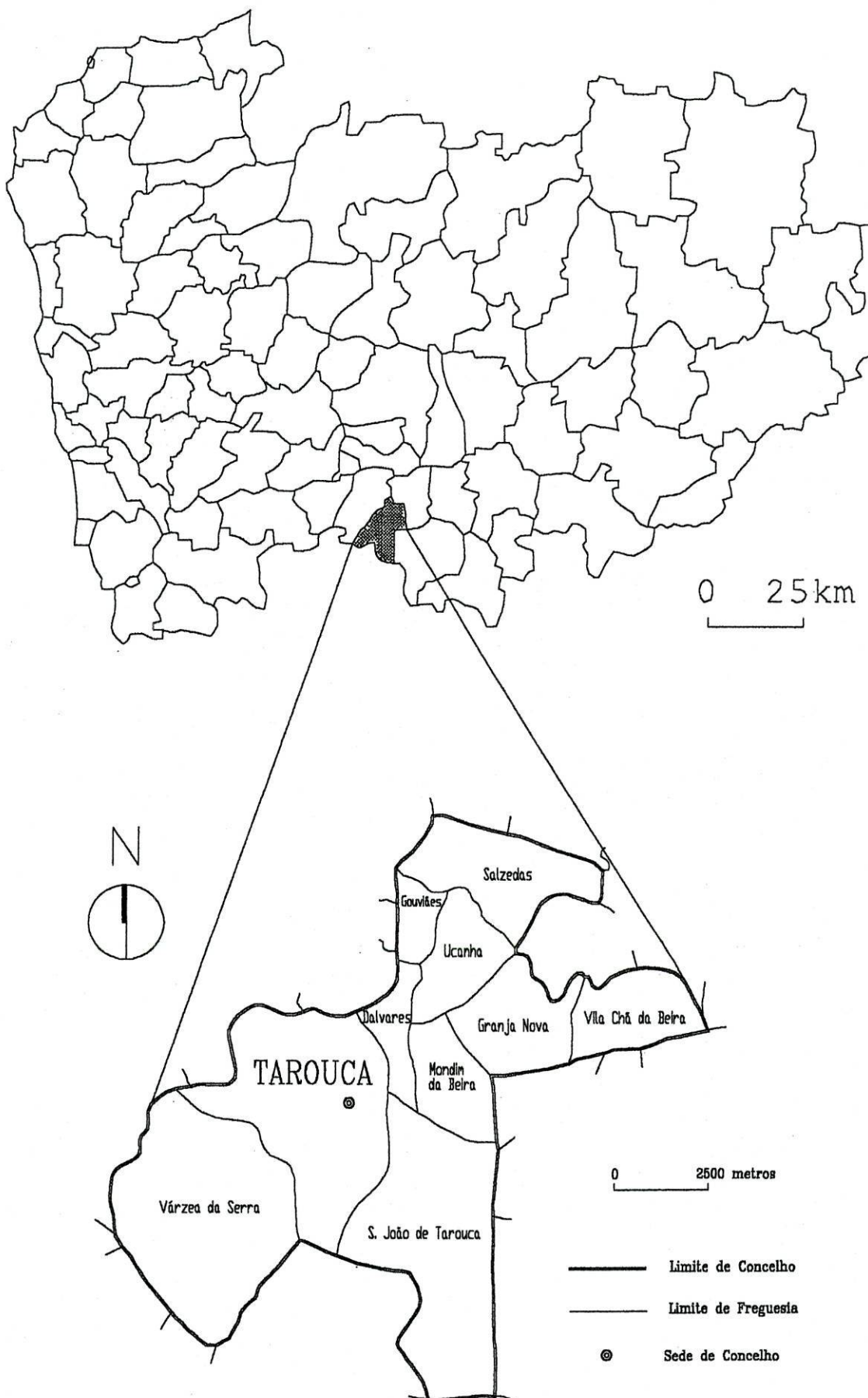
1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS

Tarouca é um Município do distrito de Viseu e faz parte da NUT III Douro. Tem uma área de 102,92 Km², distribuída por 10 freguesias: Dalvares, Gouveães, Granja Nova, Mondim da Beira, Salzedas, S. João de Tarouca, Tarouca, Ucanha, Várzea da Serra e Vila Chã da Beira (figura 3).

A sede do concelho encontra-se a aproximadamente 15 Km em linha recta a Sul do rio Douro, a 12 Km da cidade de Lamego, pela estrada n.º 226 que liga essa cidade a Pinhel e a cerca de 80 Km de Viseu. Confina a Oeste e a Noroeste com o concelho de Lamego, a Norte e Nordeste com o concelho de Armamar, a Este e Sudeste com o concelho de Moimenta da Beira, a Sul e Sudoeste com o concelho de Castro Daire e a Sul com o de Vila Nova de Paiva.

A escolha das concepções de desenvolvimento rural participado e das metodologias de avaliação do território⁵¹, como base teórica para o estudo de um concelho, resultou da percepção de uma série de dinâmicas potencialmente positivas que ele evidencia. Inserido numa área designada de “periférica” e em “perda”, apresenta alguns sinais animadores de recuperação social e económica mas que obrigam a que se preste especial atenção aos possíveis desequilíbrios que possam ocorrer.

⁵¹- ECKERT (1996, pp. 16-17) reconhece a importância operacional da geografia na avaliação do território.

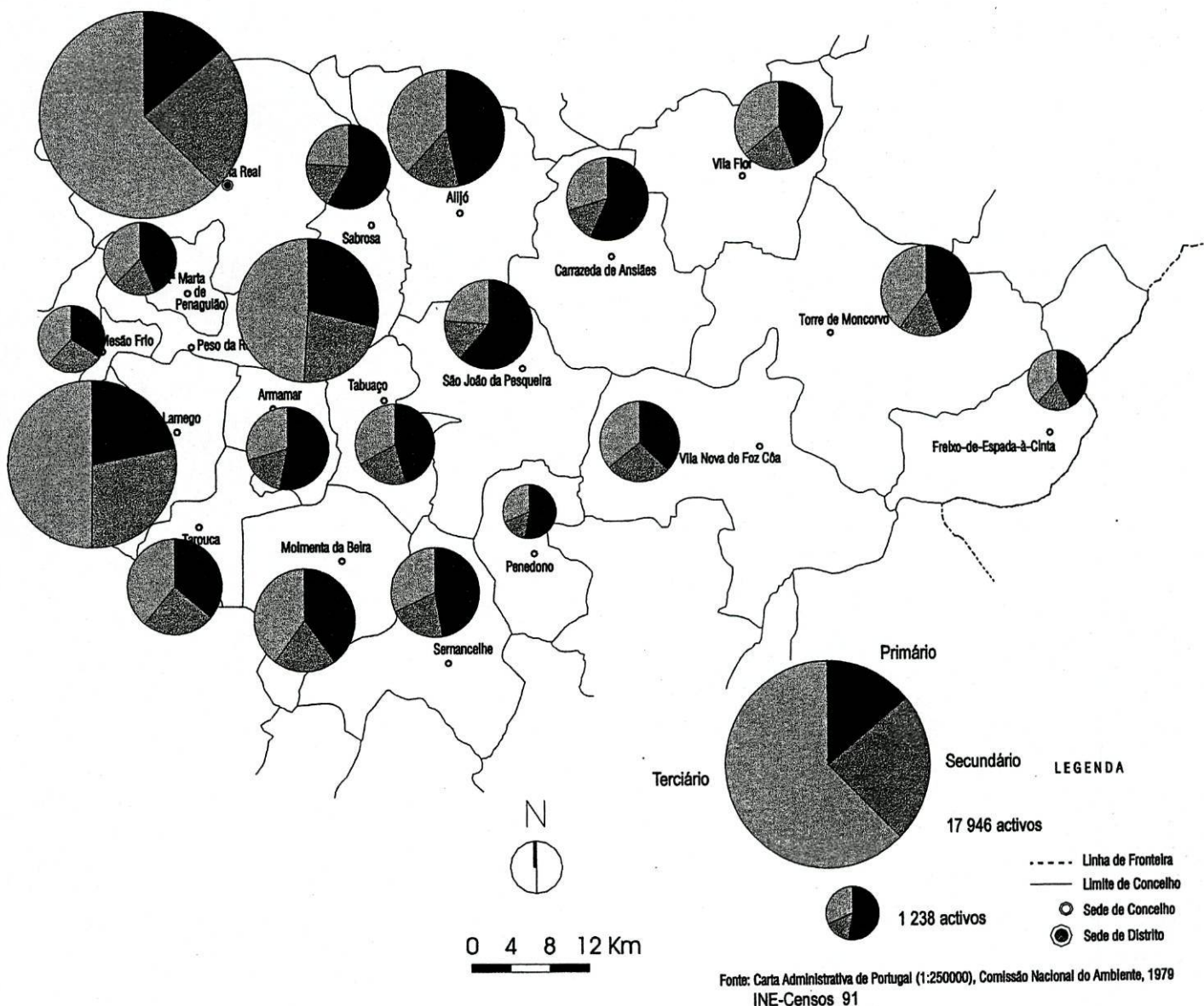


Fonte: Carta Administrativa de Portugal (1:250000), Comissão Nacional do Ambiente, 1979

Figura 3 – Localização do concelho de Tarouca na Região Norte.

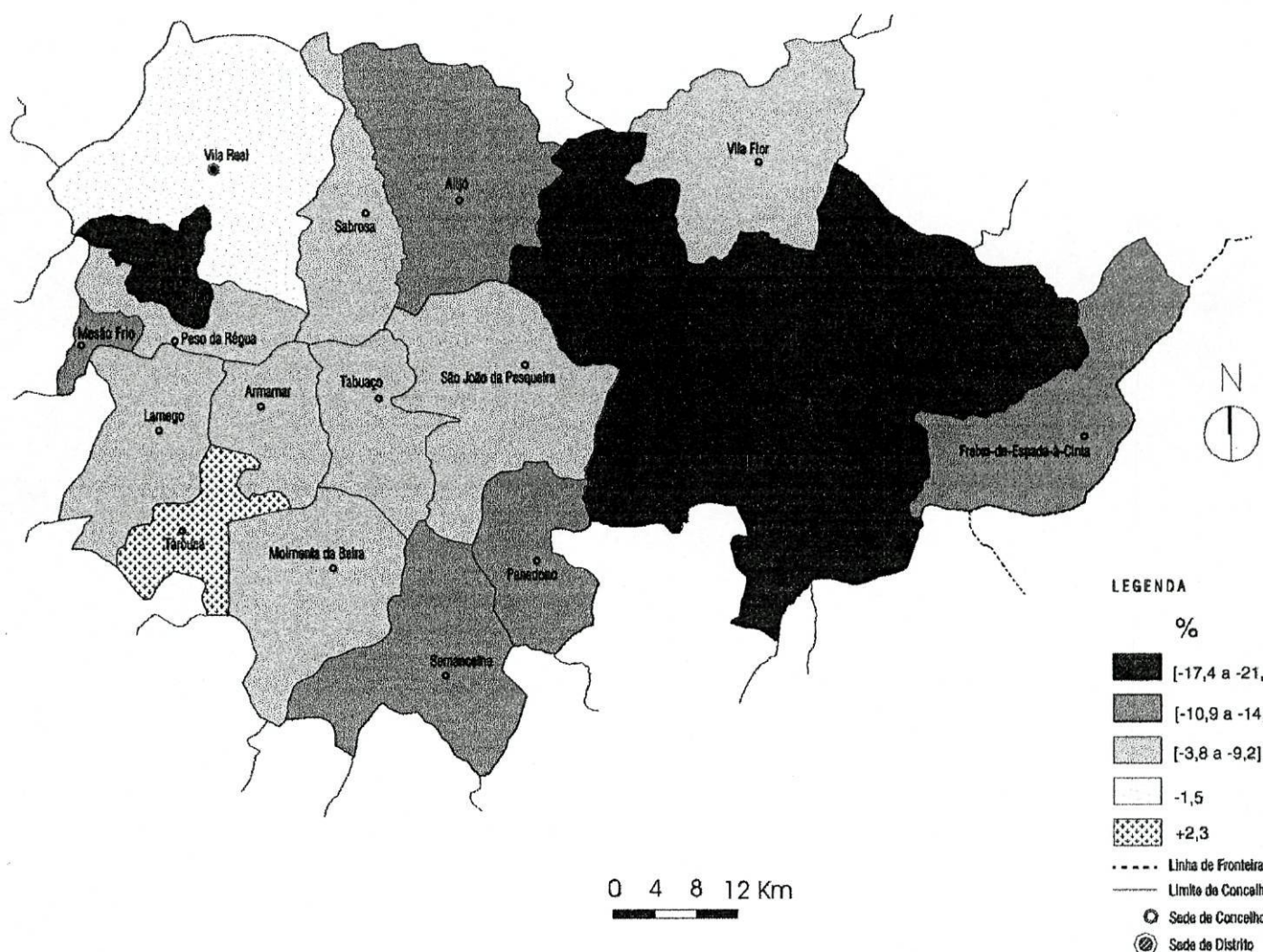
Em termos de importância económica, Tarouca encontra-se numa posição intermédia entre as áreas de grande dinamismo industrial onde coexiste uma pequena agricultura complementar, na qual os produtores se ocupam a tempo parcial, como ocorre nos concelhos do Vale do Ave, e as áreas em que a agricultura assume um papel primordial e é praticamente a única fonte de rendimento, por exemplo o concelho de S. João da Pesqueira (figura 4 e quadro 3, em anexo).

Figura 4 – População activa, por sector de actividade, nos concelhos da NUT III Douro, em 1991.



De qualquer forma, em Tarouca a actividade agrícola ainda tem uma grande importância em termos económicos e em número de pessoas activas, pluriactivas e mesmo população dependente que a ela se dedica. Este facto pode ser confirmado pela recolha que efectuámos por meio do inquérito à população concelhia, sendo frequente os reformados referirem que ainda se dedicam à agricultura, e não apenas para autoconsumo. No sector secundário domina a indústria agroalimentar e existem algumas unidades de construção civil. Constitui importante fonte de rendimento concelhio as remessas dos emigrantes.

Figura 5 – Variação relativa (%) da população residente, nos concelhos da NUT III Douro, no período 1981/91.



Fonte: INE - Censos 1991.

Relativamente à evolução da população, não se tem verificado o decréscimo que o êxodo rural e a emigração fariam prever, sendo este concelho, o único da NUT III Douro, onde se verificou um aumento da população residente, no decénio 81-91 (figura 5).

Tarouca, apesar da sua pequena extensão territorial, apresenta uma grande diversidade que poderá estar associada ao facto de se localizar na confluência de três regiões geográficas de Portugal, se tivermos em conta a divisão proposta por Orlando Ribeiro: Beira Transmontana, Beira Alta e Alto Douro.



Figura 6 – Vista da parte Norte do concelho de Tarouca.

A parte Norte do concelho tem características semelhantes ao Alto Douro - Terra Quente «(...) formada pelos vales que afluem ao Douro, providos às

vezes de largas bacias, encaixadas alguns centos de metros no planalto (...) Inverno moderado pelo abrigo das altas vertentes e Verão com dias tórridos que sucedem a noites abafadas» (RIBEIRO, 1991, p. 1249), predominando a vinha, a par de alguma vegetação tipicamente mediterrânea: figueira, amendoeira, cerejeira, macieira. O povoamento é relativamente disperso e estruturado pelas estradas (figura 6 e carta A – Anexo 4).

As partes Sul e Este do concelho estabelecem a transição para o planalto Beirão e são dominadas pela Serra de St. Helena. A cobertura arbórea é o pinheiro na vertente nordeste, enquanto no planalto, onde fica situada Várzea da Serra, a cobertura arbórea predominante é de carvalhos e castanheiros. O cereal dominante é o centeio. Nas aldeias continua a praticar-se o pastoreio comunitário e a criação de gado grosso e gado miúdo. O povoamento é concentrado (figuras 7 e 8 e carta A – Anexo 4).

Sob o ponto de vista orográfico predominam os vales abertos, nos quais estão instalados parte dos cursos dos rio Varosa e da Ribeira de Tarouca e alguns dos seus afluentes, muitas vezes seguindo linhas de fractura (figura 9). Segundo Brum FERREIRA (1978, pp. 115-124) a fisionomia geomorfológica da área a norte da Serra da Nave resultou de transformações tectónicas numa superfície poligénica de origem Cenozoica (altiplano da Nave). A fragmentação, a constituição geológica predominantemente granítica e os sucessivos movimentos tectónicos condicionaram o surgimento de diversos níveis da superfície fundamental, dos quais se destacam no concelho de Tarouca, o culminante, correspondente à Serra de Sta. Helena, a cerca de 1100 metros de altitude, pequenas extensões da própria superfície fundamental a 800-900 metros e o nível inferior, predominante, à cota média de 500 metros.

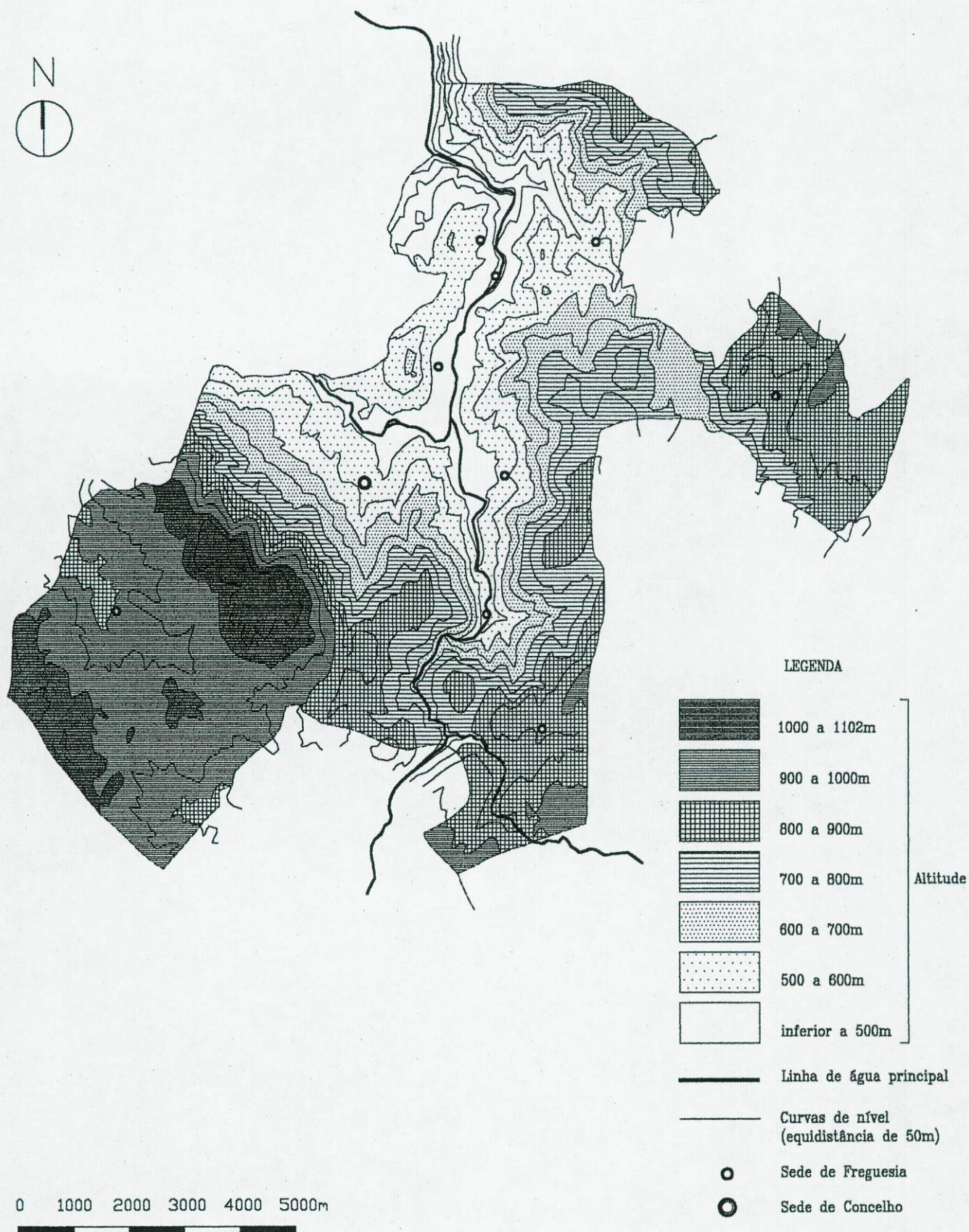


Figura 7 - A Vila de Várzea da Serra (Sul do Concelho).



Figura 8 – Vila de Tarouca, com a Serra de St.ª Helena ao fundo.

Figura 9 – Carta hipsométrica do Concelho de Tarouca.



Fonte: Cartas Militares de Portugal (Folhas 137, 138, 147 e 148). Serviço Cartográfico do Exército.

2 – O PERCURSO HISTÓRICO

Relativamente ao povoamento do território que hoje pertence ao concelho de Tarouca existem vestígios arqueológicos, pouco estudados, nos castros instalados em algumas elevações, a exemplo do Castro de Mondim, em Mondim da Beira e do Castro de Dalvares, junto ao aglomerado actual com o mesmo nome, onde para alguns autores se situaria a primitiva Tarouca. Subsistem muitas dúvidas sobre a idade dos mesmos, ainda que pudesse o de Mondim remontar ao período Neolítico, mas apenas documentado por alguns elementos do período do Bronze (1600-1300 a. C.) (A. FERNANDES, 1990, pp. 115-120).

A descoberta de algumas moedas e cerâmicas e a existência de vias de características romanas, apontam para a romanização deste território. Os documentos paroquiais, assim como a toponímia, no entender de A. Almeida Fernandes ilustram a ocupação deste território pelos Suevos e pelos Visigodos, após o domínio romano (séculos V, VI e VII) (A. FERNANDES, 1990, pp. 127-146).

Depois de 715 d. C. os territórios que correspondem a Lamego e Tarouca passaram a estar sob domínio árabe. Seguiu-se um período de avanços e recuos dos Cristãos e Árabes no domínio territorial da metade norte da Península. Lamego, Tarouca e Coimbra só se libertaram, definitivamente, da influência mourisca, com as vitórias do rei de Leão, Fernando “O Magno”, em 1057 (SERRÃO, 1979, pp. 66-68).

D. Afonso Henriques, consegue obter em 1143 a independência do Condado Portucalense, com a aceitação de Afonso VII de Leão e da Igreja de Roma, tornando-se o primeiro rei de Portugal. *«É costume representar este rei como um soldado sempre armado mas esquece-se que a obra que ele levou a*

cabo não se ficou a dever apenas à espada mas a um génio diplomático sempre vigilante e inesgotável em recursos» (PERES, 1929, Vol. II, p. 10) Uma das suas facetas de diplomata foi a de procurar apoio das ordens religiosas para a expansão do reino e para o povoamento do território conquistado.

A acção da igreja católica em Portugal reforça a sua presença, designadamente através da criação de mosteiros, de que são exemplos, o de S. João de Tarouca da nova reforma beneditina cisterciense, inspirada no modelo francês (figuras 10 e 11).



Figura 10 - Igreja do Convento de S. João de Tarouca.



Figura 11 – Interior da Igreja do Convento de S. João de Tarouca.

Também foi fundado pelos monges de Cister, no território que hoje corresponde ao concelho de Tarouca, o mosteiro de St.^a Maria de Salzedas, após doação de D.^a Teresa Afonso, segunda mulher de Egas Moniz (figura 12).

O facto de os monges repartirem o seu tempo pela oração, leitura e trabalho ligado à agricultura, serviu os propósitos do povoamento⁵².

É claro que foram múltiplos os factores que condicionaram a criação dos mosteiros no concelho, pois que, para além da doação régia de D. Afonso, no caso de S. João de Tarouca e de D.^a Teresa Afonso, no de Salzedas, tiveram

⁵²- Não se creia todavia, que a fixação em Salzedas e S. João de Tarouca tenha sido pioneira no processo de arroteamento, uma vez que seriam já locais onde existiria mão-de-obra para a construção dos conventos.

papel fundamental a existência das vias de comunicação e de recursos aquíferos, condição esta imprescindível. Para além disso, a proximidade da cidade de Lamego e a sua influência eclesiástica, também terá condicionado a fundação dos conventos nestes locais.



Figura 12 – Interior da igreja do Convento de Salzedas.

Há vários elementos que ilustram a importância de Tarouca no século XIII. Aí residiam, segundo as inquirições de 1258, no reinado de D. Afonso III,

várias categorias sociais, sujeitos a foro, para aiém dos coutos dos mosteiros que estavam isentos de pagamentos (A. FERNANDES, 1990, pp. 255-271).

D. Afonso III, em 1262, concedeu a primeira carta de foral a Tarouca. O primeiro senhor da Vila de Tarouca foi o filho bastardo de D. Diniz, D. Pedro, Conde de Barcelos, sepultado em 1354 na igreja do mosteiro de S. João de Tarouca. Seguiu-se um período em que não houve administrador, até que o rei D. Fernando, em 1372, doou o foro a Martim Vasques da Cunha, mulher e descendentes. D. João I comprou-a para o Infante D. Henrique que por seu turno a hipotecou ao Conde D. Duarte de Menezes, chamado o 1º Conde de Tarouca. Todos os reis até D. Pedro II foram confirmando a posse dos descendentes Menezes. D. Manuel I procedeu à verificação dos forais, tendo actualizado em 1514 o foral de Lamego e em 1517 o de Mondim⁵³.

No século XVI Lamego e Tarouca são citadas como locais de grande importância na produção e comércio de têxteis do Norte, ligadas ao linho e à seda. O linho vendido em Lisboa e Sul, o restante em Castela, Madeira e Açores; a seda produzida em Lamego e Tarouca era consumida localmente e as sobras vendidas fora dos termos⁵⁴.

Entre o século XVI e a actualidade são raras as referências ao concelho, deduzindo-se que o mesmo perdeu progressivamente a sua importância relativa, à custa de ocorrências que influenciaram o dinamismo económico e demográfico do interior centro de Portugal. São normalmente referidas a necessidade de contingentes populacionais na época das descobertas marítimas, a expulsão da

⁵³ - Segundo várias referências de SERRÃO (1979).

⁵⁴ - O cultivo do linho ainda era significativo no início do século XX. A fábrica de colchas de seda situava-se em Mondim da Beira.

comunidade judaica, as invasões francesas e, já no século XIX, o surto migratório para o Brasil.

Subsistiram as ordens de Cister até esse século, existindo ainda referências a um bom estado de conservação do Mosteiro de S. João de Tarouca no início do século XX, tendo no entanto a partir dessa altura entrado num processo de progressivo abandono e declínio, que culminou na ruína completa do edificio antigo do convento, mantendo-se hoje apenas a igreja, com numerosos objectos de valor artístico, dos quais se destacam quadros a óleo do pintor português Grão Vasco⁵⁵. O mesmo ocorreu em Salzedas após a extinção das ordens religiosas em 1834.

O século XIX está marcado pelo desaparecimento das ordens e pela emigração para o Brasil, de cujo retorno subsistem numerosos exemplos arquitectónicos em Tarouca e Salzedas. Mas um outro facto se salienta e contribui para melhor compreender a diminuição da importância relativa de Tarouca, já que no início do século XIX se construiu a estrada de ligação entre Lamego e Viseu a passar por Castro Daire e a de Lamego a Trancoso, por Moimenta da Beira, deixando ambas de passar pela Vila.

Numa outra fase, após meados do século actual, a emigração para a Europa arrastou consigo uma significativa transformação agrária e das actividades económicas.

Até ao século XX predominava o cultivo da vinha, do linho, milho, centeio, azeite e frutas. De então até aos nossos dias, desaparece o cultivo do

⁵⁵ - Aquando da exposição EUROPALIA em Lisboa, ficou famoso o litígio entre a população de S. João de Tarouca e os organizadores da exposição, já que os quadros foram impedidos de sair para Lisboa, pela população.

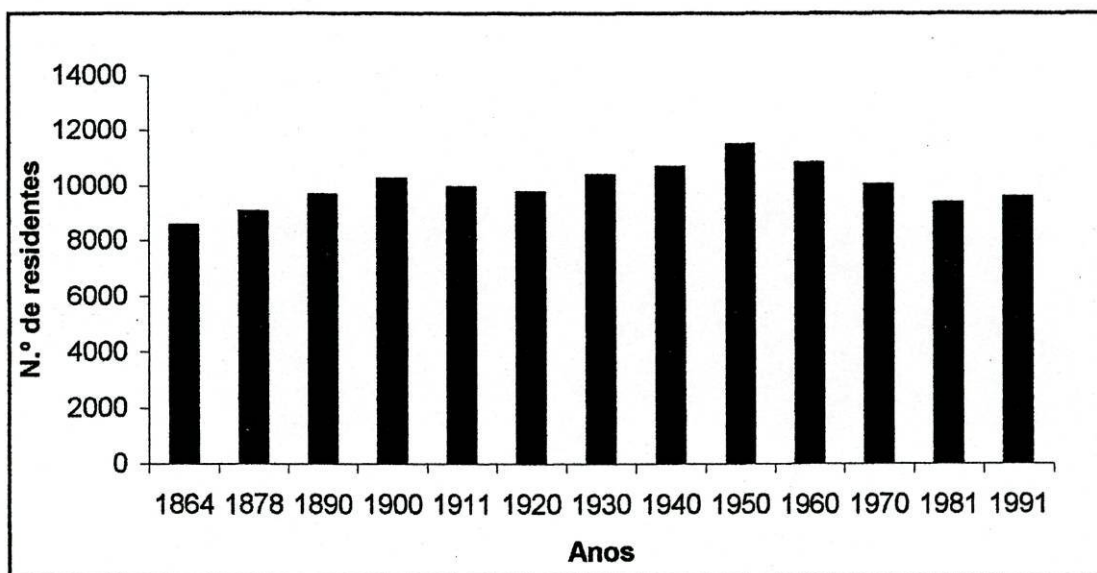
linho e reforça-se a presença e o significado na economia agrícola da vinha e da fruta.

3 - EVOLUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MOBILIDADE E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

3.1 – COMPARAÇÃO COM O ENTORNO REGIONAL

Só muito recentemente a dinâmica demográfica concelhia parece apresentar sinais de revitalização. Com base nos inquéritos apercebemo-nos que parte desse crescimento resulta da vinda de naturais do concelho que regressaram na fase da reforma.

Figura 13 – Evolução da população no concelho de Tarouca, de 1864 a 1991.



Fonte: I.N.E.

Tarouca foi o único concelho da NUT III Douro a registar um incremento da população residente entre 1981 e 1991⁵⁶. Esse aumento constitui uma

⁵⁶- Tal como se evidencia no quadro 2, em anexo.

inversão do que ocorreu entre 1950 e 1981, quando se registou a nível do concelho, uma perda gradual de população⁵⁷. (figura 13)

Ao contrário de muitos outros Municípios do interior Norte e Centro, o concelho de Tarouca não foi muito afectado pela emigração, pois apenas na década de 50 e princípios da de 60, apresentou valores um pouco superiores à média do continente, mas ainda assim, muito inferiores aos verificados em concelhos de Trás-os-Montes e da Beira Interior (FONSECA, 1990)⁵⁸. O mesmo não se poderá dizer relativamente às migrações internas (figura 14).

Alguns factores que condicionaram a saída dos migrantes, passaram pela necessidade de obter emprego e pela influência de redes de informação formadas por familiares, amigos ou vizinhos. Foi esse, por exemplo, o caso de uma boa parte dos residentes de Várzea da Serra que, quando se deu o fecho das minas de estanho nos anos 50, aproveitaram a necessidade de mão-de-obra para a construção civil em Lisboa, constituindo uma migração do tipo singular, num primeiro tempo e do tipo familiar, alguns anos depois.

Na década de 70, e principalmente no início da década de 80, assiste-se a uma significativa diminuição do surto migratório e inclusivamente ao retorno⁵⁹.

A partir de meados dos anos 80⁶⁰, iniciou-se um novo surto, desta vez em direcção ao estrangeiro, predominando a emigração temporária para a Suíça (figura 14). Resultante do fluxo recente de emigração temporária existe uma

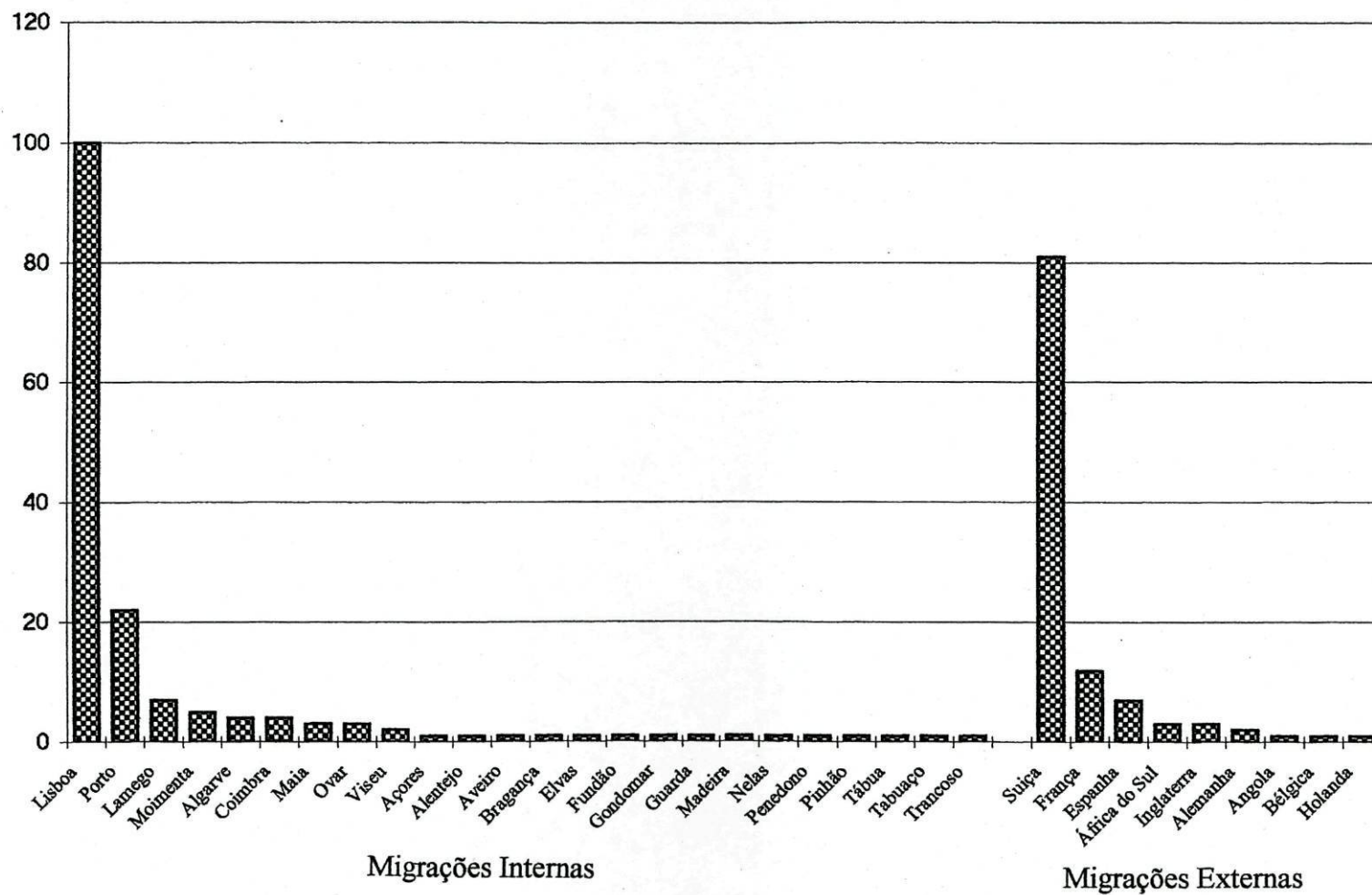
⁵⁷ - Veja-se o quadro 1, em anexo.

⁵⁸ - Através da análise da cartografia por concelhos, apresentada por FONSECA (1990), referente a várias datas (número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes, entre 1958 e 1962; número médio de emigrantes legais e clandestinos, por ano e por mil habitantes, entre 1968 e 1972 e número médio de emigrantes legais, por ano e por mil habitantes, entre 1979 e 1983).

⁵⁹ - Idem.

⁶⁰ - De acordo com o inquérito de elaboração própria à população concelhia.

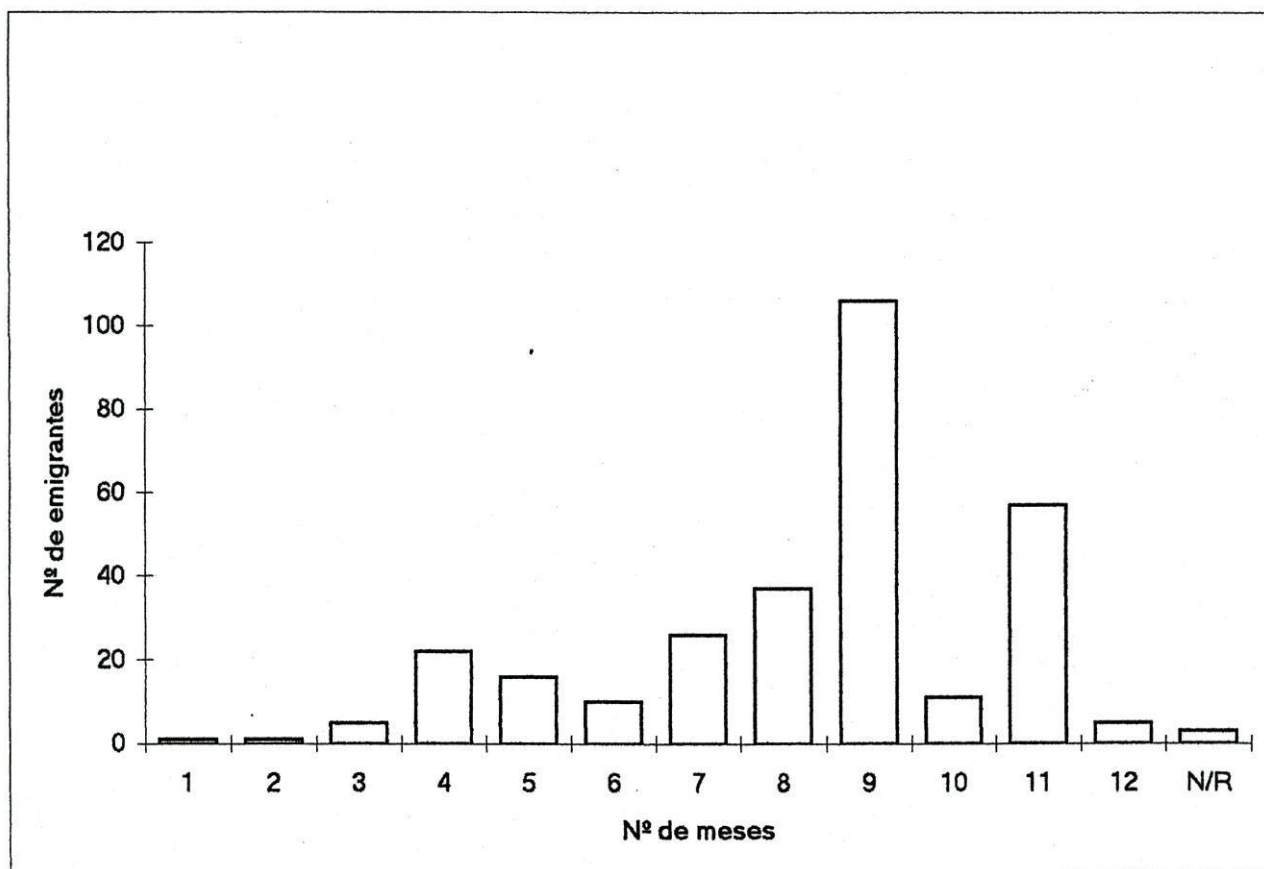
Figura 14 - Destino das migrações internas e externas dos ausentes do concelho de Tarouca, em 1996.



Fonte: Inquérito de elaboração própria, 1996.

grande percentagem de população que podemos designar de sazonal, com contratos na Suíça que raramente ultrapassam os 9 meses por ano, e que chegam a ser, em alguns casos, de apenas 3 meses (figura 15). Deduz-se que existe portanto uma grande flutuação, em termos demográficos, ao longo do ano. A juntar a esse contingente de emigrantes há também os que possuem segunda residência no concelho mas que residem fora, principalmente em Lisboa. O número dos que residem em Tarouca e trabalham em Lamego não é muito significativo, excluindo os que têm emprego na freguesia Lamacense de Britiande que confina com o concelho de Tarouca.

Fig. 15 – Tempo de permanência anual do emigrante, no país de emigração.



Fonte: Associação de Juventude do Concelho de Tarouca - Inquérito a 300 emigrantes do concelho.

Apesar do ciclo migratório não ter terminado, mas estar, pelo contrário, a sofrer um novo incremento, desde os anos 80, Tarouca não tem sofrido um envelhecimento da população muito acentuado, já que o peso relativo da população com mais de 65 anos é de aproximadamente 13%, valor este que, ainda que bastante superior aos cerca de 11% da Região Norte, é inferior ao da região Duriense⁶¹. Todavia, a tendência para o envelhecimento da população agudizou-se, apesar de forma não tão acentuada quanto a verificada na maior parte dos outros concelhos próximos, sendo dos municípios em que o índice de envelhecimento é mais baixo⁶². Contrariamente, o peso relativo da população mais jovem (com menos de 14 anos) é superior ao da larga maioria dos concelhos mais próximos e mesmo à média da Região Norte (NUT II)⁶³.

O aumento do valor dos índices de envelhecimento entre 1981 e 1991 foi generalizado nos concelhos vizinhos, assim como a diminuição a redução acentuada dos jovens, mas com ritmos diferentes (quadro A).

Em Tarouca, o crescimento percentual dos idosos foi mais reduzido. Entre 1981 e 1991, no entanto, a população infantil e juvenil diminuiu muito, ao contrário do que ocorreu com as classes etárias dos 15-24 e 25-64, cujas importâncias absoluta e relativa aumentaram. Tal facto pode apontar para a ideia de que alguma juventude se mantém no concelho, principalmente a que se encontra em níveis intermédios de escolaridade ou conseguiu encontrar emprego no mercado de trabalho local (quadro A).

⁶¹ - Ver quadro 4, em anexo.

⁶² - Idem.

⁶³ - Idem.

Quadro A – Estrutura etária da população residente (%), na Região Norte, concelho de Tarouca e alguns concelhos vizinhos, em 1981 e 1991.

População	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 e mais anos	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Região Norte	28,9	22,1	18,8	18	42,5	48,4	9,8	11,5
Armamar	29,5	21	17,6	18,6	39,1	43,7	13,8	16,7
Lamego	30,6	22,1	18,9	19	40,3	45,7	10,2	13,2
Mesão Frio	29,7	24,8	18,3	17,8	40,1	44,6	11,9	12,8
Moimenta da Beira	28,4	23	18	16,6	40,3	43,7	13,3	16,7
Peso da Régua	29,9	22,8	18,7	18,8	41,1	46	10,3	12,4
Resende	30,3	22,2	17,5	18,3	38,7	42,5	13,5	17
Tabuaço	28,9	23,2	17,9	16,1	39,3	44,4	13,9	16,3
Tarouca	33,4	23,5	16,7	20,5	39	42,7	10,9	13,3

Fonte: Estudo de viabilidade da SPIDOURO, 1996 (programa PRODOURO).

Quanto ao grau de instrução da população, o concelho possui uma taxa de população que não sabe ler nem escrever, ainda que inferior à média para a NUT III Douro, é superior à da Região Norte⁶⁴.

Destacam-se também os reduzidos valores nos níveis de instrução da população com mais do que o ensino básico preparatório ou secundário unificado⁶⁵.

A falta de qualificação escolar e profissional não impede, no entanto, que este concelho apresente uma taxa de desemprego baixa, quer ao nível total, quer

⁶⁴- Ver quadro 5, em anexo.

⁶⁵- Elementos da comunidade escolar, pertencentes à Escola C+S de Tarouca, confirmaram ser elevada a taxa de abandono da frequência escolar, logo após o fim da escolaridade obrigatória. Por outro lado, existe uma falta de motivação, por parte de alguns alunos, pelo facto de apenas existir a área de Humanidades para quem pretender prosseguir estudos sem ter de se deslocar para fora do concelho.

ao nível do desemprego feminino (a mais baixa dos concelhos da NUT III Douro)⁶⁶.

3.2 – AS MIGRAÇÕES E DINÂMICAS RECENTES NO INTERIOR DO CONCELHO DE TAROUCA

Se ao nível do concelho há um predomínio das migrações internas para Lisboa e de emigração para a Suíça, existem diferenças entre as várias freguesias.

Assim, há uma clara “especialização” das freguesias da Várzea da Serra e de Salzedas de migração para Lisboa, enquanto que Ucanha e Dalvares apresentaram um fluxo predominante em direcção à Suíça. (figura 16)

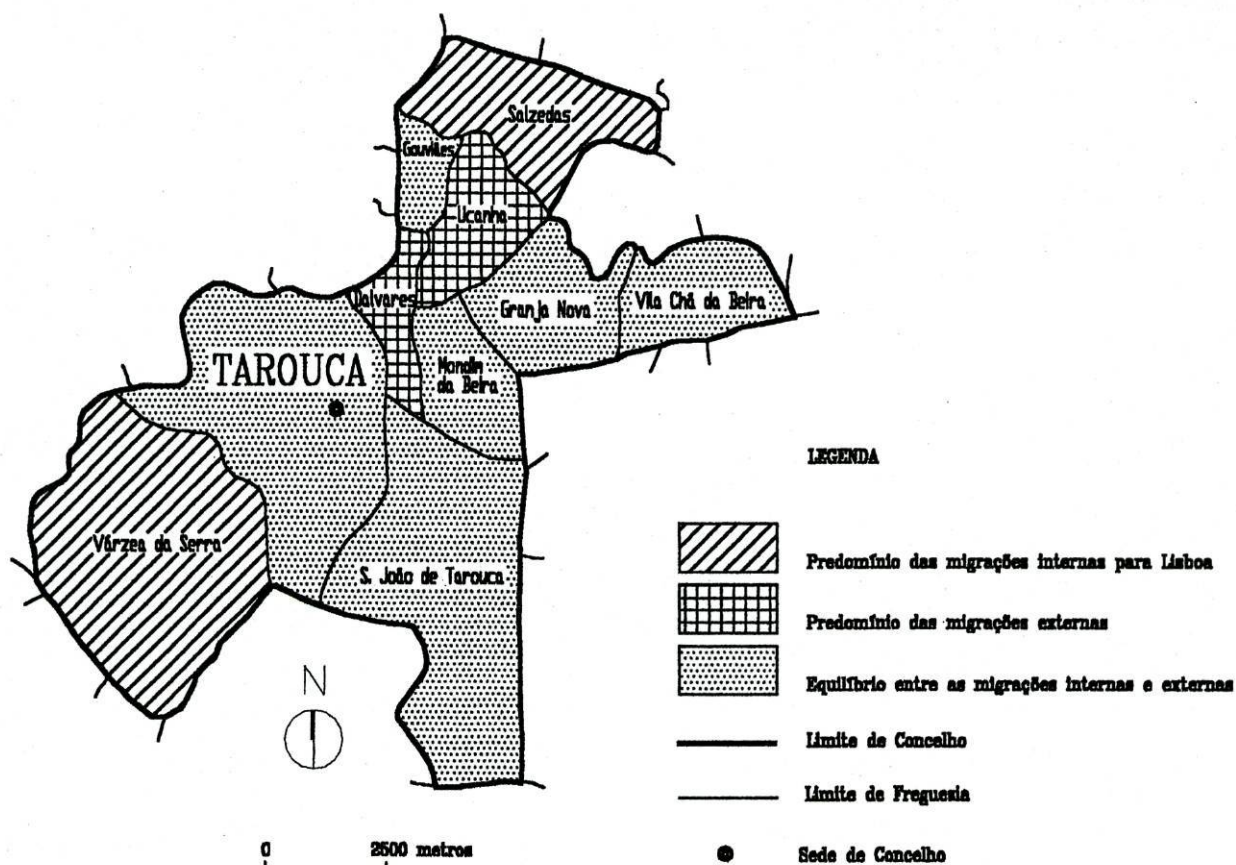
No caso da vila de Tarouca, o peso relativo do saldo migratório relativamente ao número total de residentes é menor do que o que ocorre nas restantes freguesias e existe equilíbrio entre os que se deslocaram para Lisboa e os que preferiram a Suíça. Se, no entanto, considerarmos os lugares que fazem parte da freguesia de Tarouca, mas que são periféricos à vila, verifica-se um claro predomínio da emigração para a Suíça, a par de um acréscimo percentual da emigração.

É perceptível pelo número, pela idade e pelo tipo de arquitectura das novas construções, que os emigrantes investem em primeiro lugar na construção de habitação própria, sendo este o principal tipo de investimento realizado no país de origem. *«Les villageois qui sont partis en Europe n'avait pas tellement*

⁶⁶- Veja-se o quadro 3, em anexo.

de projects de grandes innovations; ils organisaient leur vie en fonction d'un retour au lieu d'origine où ils appliquaient leurs économies dans la construction d'une maison et l'achat de terrains, valeur sur laquelle se base le prestige de la société rurale» (GONÇALVES, 1987, p. 296)⁶⁷.

Figura 16 – O peso relativo das migrações internas e externas, por freguesia de origem, dos ausentes do concelho de Tarouca.



Fonte: Inquérito de elaboração própria.

⁶⁷- Este processo poderá ser uma das causas para o aumento significativo da taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos, entre 1981 e 1991 (ver quadro 6, em anexo).

A rápida expansão urbanística e o aumento do nível de vida arrastou consigo a proliferação do comércio nas novas edificações de tipo plurifamiliar, principalmente na parte Oeste da vila de Tarouca. Também se assiste a um aumento percentual de vivendas unifamiliares geminadas ou independentes, no lugar de Castanheiro do Ouro, contíguo à Vila (figura 17). O mesmo ocorre junto à estrada nacional nº 226 e das estradas municipais das freguesias de Tarouca, Dalvares e Mondim da Beira.



Figura 17 – Área de expansão ocidental da Vila de Tarouca, com o lugar de Castanheiro do Ouro (ao fundo).

Nas outras freguesias do concelho verifica-se sobretudo a renovação das antigas casas, quase sempre vocacionadas para segunda residência, ou residência

temporária dos emigrantes, ou ainda, como local de residência permanente após o retorno.

Os habitantes que nunca abandonaram o lugar de origem, na sua maior parte de idade avançada e sem recursos financeiros para efectuarem a renovação ou a construção/compra de uma nova residência, mantêm-se nas casas rurais tradicionais, muitas vezes vivendo sem o mínimo de condições.

A opção, por parte dos emigrantes, de reconstruir a residência que existia antes da partida é facilitada pela legislação urbanística, já que exige, na maior parte das vezes, apenas um projecto de remodelação, o que simplifica o processo burocrático⁶⁸.

Pôde verificar-se que a maior parte dos emigrantes que regressam teriam oportunidade de aceder ao meio urbano, mas preferem continuar a residir na sua aldeia de origem, mesmo sabendo que, para já, não usufruem de um nível de equipamentos semelhante, esperando no entanto que a autarquia lhes garanta mais tarde um padrão de vida satisfatório. Os factores predominantes e que justificam essa manutenção têm a ver com o apego à terra e à família, a existência de uma boa qualidade ambiental e a possibilidade de contactar com a natureza, havendo alguns emigrantes que referem nunca se ter adaptado à vida na cidade⁶⁹.

As novas construções correspondem a padrões de modernidade, não tradicionalmente portugueses. No entanto, importa considerar que é a emigração que mais tem contribuído para a melhoria das condições de habitação da

⁶⁸ - Este facto poderá influenciar os dados dos inquéritos demográficos do I.N.E., já que os emigrantes poderão declarar residir no concelho.

⁶⁹ - Na resposta à questão do inquérito relativa às vantagens de viver em Tarouca, foi-nos referido com alguma frequência estes aspectos (ver quadro 7, em anexo).

população em geral, já que as novas residências empregam bons materiais e técnicas de construção e apresentam níveis de conforto elevados⁷⁰.

Os recém chegados impõem níveis mais elevados de comodidade, daí em boa parte o esforço que tem sido exercido pela autarquia ao nível das infra-estruturas e dos equipamentos sociais. Por outro lado, se anteriormente dominava o espírito de entreajuda, hoje em dia, o reforço do individualismo leva as pessoas a ostentar os seus bens e a autonomizarem-se.

Quadro B - Alterações na vivência concelhia e perspectivas sobre o desenvolvimento.

Inquérito à População*	n.º de respostas
As pessoas ajudam-se menos umas às outras	53
Não sabe/não responde	49
Existe maledicência e inveja	28
As pessoas continuam a ajudar-se umas às outras	20
Há cada vez menos convívio	17
Nota-se grande desenvolvimento da construção	12
A situação não se tem alterado nos últimos anos	12
As pessoas têm mais cultura	7
Há mais desenvolvimento	5
As pessoas só ajudam se forem pagas	5
O desenvolvimento tem ocorrido à custa da emigração	4
Há mais convívio entre os jovens	3
Há falta de equipamentos	2
Vê-se o problema da droga	1
O desenvolvimento tem sido atabalhado	1
Existem muitas casas abandonadas	1
A agricultura vai mal	1
Há mais miséria	1
Há menos miséria	1
Os filhos respeitam menos os pais	1
Muitas pessoas vivem acima das possibilidades	1
Já se vive como numa cidade	1
Total	226

Nota: possibilidade de resposta múltipla

* - Ver Anexo I

⁷⁰ - Apesar da percentagem de alojamentos com saneamento e água canalizada, em Tarouca, ser das mais baixas, quando comparada com a dos concelhos da NUT III Douro (ver quadro 6, em anexo). Julga-se no entanto que, desde 1991 até hoje, esta situação se tenha alterado, pelo esforço desempenhado pela autarquia.

Este aspecto, condiciona e resulta de uma cada vez maior diferenciação social. Quando se questionaram os residentes sobre as modificações que se têm verificado ao nível do relacionamento entre as pessoas, foi opinião quase generalizada de que é crescente o individualismo⁷¹ (quadro B).

Em termos culturais verificou-se também que é nítida a vontade, por parte de muitos dos residentes, de se adaptarem ao padrão de vida urbano, sentindo como inferioridade a sua condição de "rurais".

Gera-se algo aparentemente paradoxal: multiplicam-se os modelos e aspirações sociais, mas, principalmente para os jovens, não se criam mecanismos que lhes permitam ascender socialmente, daí a opção pela emigração. Os jovens que não emigraram apercebem-se de que os que estão a trabalhar no estrangeiro têm um nível de vida que lhes permite ter um maior convívio social, pelo menos quando se encontram em Portugal, demonstrando uns e outros uma certa revolta relativamente ao meio rural, caracterizado por um excesso de visibilidade e maledicência⁷². São também os jovens os que mais sentem a falta de determinados equipamentos de lazer, desporto, diversão e oportunidades para a formação académica e profissional.

O contacto entre a população que nunca abandonou a sua área de naturalidade com os que saíram e mantêm contactos esporádicos e com os que voltam definitivamente, origina transformações ao nível social pois que *«Se a aldeia tradicional era para os seus habitantes um lugar de total interconhecimento e desde logo, de controlo social importantíssimo, as*

⁷¹- Eram frequentes os comentários: "Quando em período de férias, alguns emigrantes deixam de nos cumprimentar, julgam-se superiores".

⁷² - Tanto os que estão emigrados, como os que vivem em Portugal, demonstram, por vezes, um certo "mal-estar" relativamente a este aspecto da vivência no meio rural. Ver quadro B e quadro 8, em anexo.

condições estruturais modificadas de sua existência permitem-lhe cada vez menos exercer esse controlo» (RÉMY e VOYÉ, 1994, p. 152). No entanto, mantêm-se geralmente as formas de convívio social, pela organização de festividades, cujos participantes são maioritariamente emigrantes em gozo de férias, constituindo a festa uma forma de contacto com a terra.

Em síntese, o processo migratório originou uma série de consequências, entre as quais se destacam a alteração dos hábitos de consumo e o acesso à habitação própria, possíveis pela melhoria do nível de rendimentos familiares, valorizando-se o espaço residencial que se assume como local de identificação, permitindo ao mesmo tempo demonstrar o sucesso financeiro perante os conterrâneos;

O surto construtivo permitiu a expansão local da construção civil, tendo surgido novas empresas do ramo. Por outro lado, a necessidade dos emigrantes se manterem por largos períodos de tempo em Portugal, para além de condicionar a construção de residência, tem estimulado o crescimento do pequeno comércio, diversificando-se para corresponder às necessidades de produtos para a casa e para as pessoas, para além de também ter fomentado as actividades dos serviços pessoais e domésticos;

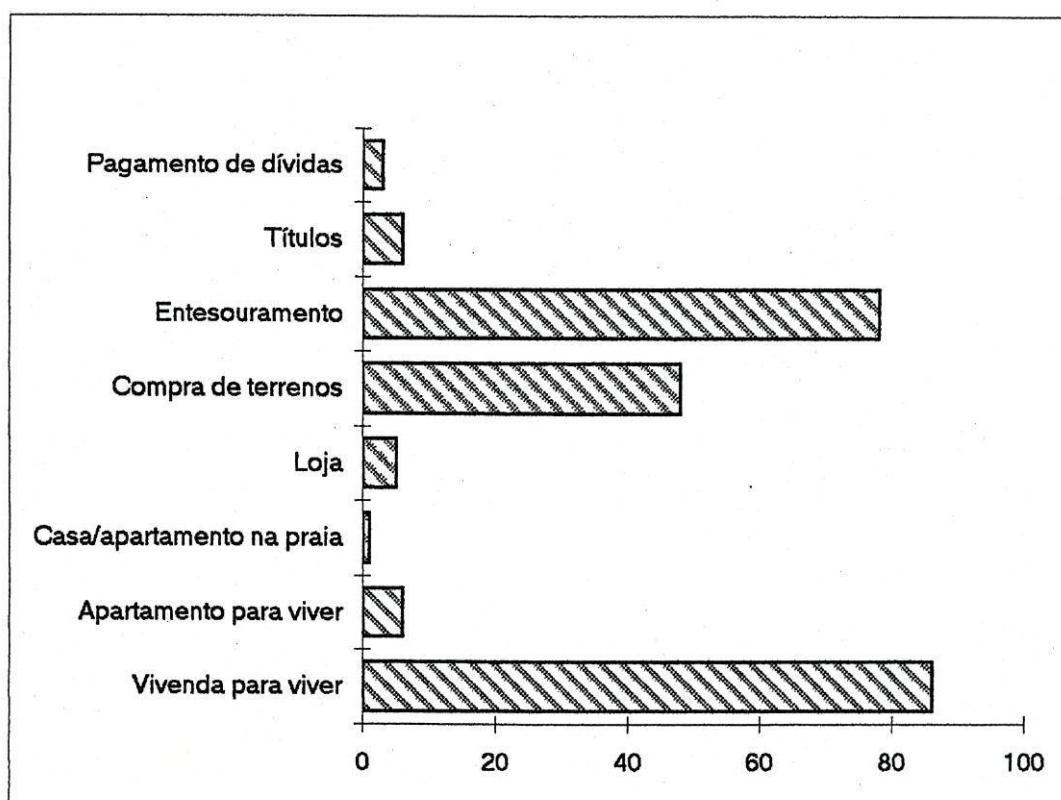
Modificaram-se também a(s) actividade(s) exercida(s) antes da partida, o que em parte justificará a criação de novas empresas;

A nova urbanidade é também visível na diminuição da taxa de fecundidade feminina e a consequente redução da dimensão média das famílias e *«Uma vez generalizado um estilo de vida assente na família nuclear com pequeno número de filhos, a natalidade tende a manter-se baixa, e com maior propensão para baixar ainda mais em face de uma conjuntura económica e*

social adversa, do que para recuperar na eventualidade de conjuntura favorável» (BARATA, 1985, p. 992);

A emigração diversifica as alternativas, quer ao nível dos estilos de vida de muitas famílias, quer no plano da organização territorial, apesar de exigir uma planificação cuidada, sob pena de se não traduzir num efectivo desenvolvimento⁷³.

Figura 18 – Investimentos realizados pelos emigrantes.



Fonte: Associação de Juventude do Conc. de Tarouca (Inquérito a 300 emigrantes do concelho - 1995).

⁷³- Tal como nos foi referido nos inquéritos, umas das principais preocupações dos emigrantes consiste na falta de apoio e orientação na aplicação das suas poupanças, principalmente aquando do retorno definitivo, assim como na possibilidade de integração profissional, se regressarem ainda em idade activa.

Os que retornam, na sua maioria, limitam-se a aspirar a uma condição de não assalariados, sem no entanto arriscar em empreendimentos vultuosos, quando muito investindo no pequeno comércio. A maior parte das economias são conduzidas para as necessidades básicas (habitação), a aquisição de automóvel e tendo também alguma expressão as aplicações “seguras” (entesouramento, compra de terrenos) (figura 18).

Passando agora para a vivência dos que residem no concelho, mesmo os das pequenas vilas e aldeias são de opinião que o nível de conforto e os serviços têm melhorado muito nos últimos anos, sendo relativamente fácil aceder aos bens de primeira necessidade e a alguns de carácter ocasional, queixando-se apenas da falta de diversidade e dos preços elevados. Isto não obsta a que exista uma clara dualidade entre os agregados familiares com capacidade de aceder a um maior nível de oferta, proporcionado pela superfície comercial situada nos arredores da cidade de Lamego, assim como ao pequeno comércio dessa cidade, e os que não têm tanta facilidade para aí se deslocar. Estes têm de se limitar à oferta do pequeno comércio local fixo ou itinerante.

Há que distinguir diversos tipos de agregados familiares quanto à proveniência dos rendimentos. Quando da resposta aos inquéritos, na pergunta referente às alterações das condições de vida, detectou-se um tipo de pessoas que vivem da reforma e residem nas habitações mais degradadas do centro histórico da vila e um pouco por todas as restantes áreas concelhias, apresentando nítidas carências económicas. Dada a escassez dos rendimentos, muitos dos que se encontram nesta situação dedicam-se também à agricultura ou ao pequeno comércio.

4 – POPULAÇÃO ACTIVA E ECONOMIA

4.1 – AGRICULTURA

Para além da caracterização da actividade agrícola praticada no concelho, descrever-se-ão as dinâmicas recentes e quais os aspectos a desenvolver na estrutura agrária concelhia e duma maneira geral na Zona Agrária da Beira Douro e Távora⁷⁴.

A distribuição da população activa por sectores de actividade, em Tarouca, revela um certo equilíbrio entre o sector primário e o terciário, algo que não ocorre nos concelhos de Vila Real, Peso da Régua e Lamego, nos quais há uma maior representatividade do terciário, pelo facto de incluírem centros urbanos de maior importância. É nítido que noutros concelhos, onde os aglomerados populacionais assumem menor dimensão e/ou cujo território está integrado, total ou parcialmente, na Região Demarcada do Douro, há o predomínio do sector primário⁷⁵.

Para se compreender algumas das limitações ao desenvolvimento da actividade agrícola convém atender ao nível de instrução dos produtores⁷⁶ que se julga acompanhar os baixos índices de qualificação da generalidade dos produtores agrícolas portugueses.

⁷⁴- Para o efeito, recorreu-se a entrevistas aos dirigentes da Cooperativa do Vale do Varosa, da Agro-Tarouca e Lamego, das Associações de Produtores e aos responsáveis pela Extensão da Zona Agrária da Beira Douro e Távora.

⁷⁵ - Ver supra, figura 4.

⁷⁶- Segundo o R.A.C. de 79, dos sete concelhos da zona Agrária da Beira Douro e Távora, Tarouca era o que apresentava um maior número de produtores que não sabiam ler nem

A área média das explorações é também a menor dos sete concelhos que fazem parte da Zona Agrária da Beira Douro e Távora (2,3 ha), predominando as explorações com menos de 1 ha (quadro C).

Quadro C – Área média das explorações (ha) (Superfície Agrícola Utilizada), nos concelhos da Zona Agrária da Beira Douro e Távora.

	N.º total de Explorações	Área das Explorações (ha)	Área média das Explorações
Armamar	1709	5742	3,36
Lamego	2809	7933	2,82
Moimenta da Beira	1822	7853	4,31
Penedono	797	5196	6,52
Sernancelhe	1380	6032	4,37
Tabuaço	1502	6075	4,04
Tarouca	1248	2873	2,3

Fonte : P.D.A.R., 1995 (dados do R. G. A. de 1989).

Os solos com aptidão agrícola e aptidão agrícola condicionada não são totalmente aproveitados, sendo que Tarouca é o único destes sete concelhos onde a área agrícola utilizada é menor do que a soma das anteriores (quadro D).

As principais culturas permanentes são a vinha e a macieira, o produto mais rendável, apesar de ser apenas cultivado em bordadura é, no entanto, o sabugueiro, já que possui uma margem de lucro elevada pelo facto de não exigir muitos cuidados (quadro E).

escrever (43%). Com o ensino secundário, não agrícola, agrícola ou de nível mais elevado, só foram apurados 2,5% dos 1641 produtores.

Quadro D – Relação entre a Superfície Agrícola Utilizada e a capacidade de uso dos solos agrícolas, por concelho, na Zona Agrária da Beira Douro e Távora.

Concelho	Superfície territorial (ha)	Capacidade de uso (%)		Superfície Agrícola Útil (%)
		Agrícola	Agrícola Condicionada	
Armamar	11680	13	31,6	49,1
Lamego	16400	7,4	35,7	48,4
Moimenta da Beira	21975	19,3	4,2	35,7
Penedono	13270	9,9	0,3	39,2
Sernancelhe	23142	15,4	0,8	25,8
Tabuaço	13572	5,4	17,1	44,8
Tarouca	10150	16,6	26,3	28

Fonte: P.D.A.R., 1995 (dados do R. G. A. de 1989).

Quadro E – Área ocupada (ha) pelas principais cultura permanentes, por concelho na Zona Agrária de Beira Douro e Távora

Concelho	Macieira	Pereira	Cerejeira	Castanheiro	Aveleira	Olival	Vinha	Área cult. permanent.	Superfície territorial	% ocupada cult. perm.
Armamar	1422	30	30	150	5	812	2450	4899	11680	41,9
Lamego	841	128	150	38	4	194	3390	4745	16400	28,9
Moimenta da Beira	750	1	1	150	133	100	493	1628	21975	7,4
Penedono	200	8	2	780	53	312	494	1849	13270	13,9
Sernancelhe	230	5	1	440	104	223	807	1810	23142	7,8
Tabuaço	87	8	10	105	1	2037	2040	4288	13572	31,6
Tarouca	350	25	8	130	10	147	521	1191	10150	11,7
Total	3880	205	172	1793	310	3825	10195			

Fonte: P.D.A.R., 1995 (dados do R. G. A. de 1989).

Quanto às culturas temporárias, predominam o centeio e as forragens (quadro F).

Quadro F – Área ocupada (ha) pelas principais culturas temporárias, por concelho da Zona Agrária de Beira Douro e Távora.

Concelho	Trigo	Centeio	Milho (grão)	Batata	Feijão	Cult. Forrag.	Prados/Past.	Cult. hortic.
Armamar	42	116	84	413	27	153	31	1
Lamego	74	461	319	452	39	798	73	45
Moimenta	52	1590	747	859	47	2081	120	1
Penedono	137	1109	237	692	21	367	2	1
Sernancelhe	124	1252	473	948	192	1125	54	1
Tabuaço	57	412	83	469	21	99	40	-
Tarouca	29	334	256	254	119	691	63	1
Total	515	5284	2199	4087	466	5314	383	50

Fonte: P.D.A.R., 1995 (dados do R. G. A. de 1989).

Com base nas entrevistas, foi possível recolher informações acerca das diferentes fases do processo de evolução das estruturas agrárias concelhias. Nos anos 60, ocorreu uma alteração no tipo de produção, aumentando o cultivo da vinha e introduzindo-se em larga escala a maçã, que passaram a ocupar áreas que anteriormente eram dedicadas aos cereais para grão e à plantação da batata.

Os circuitos de comercialização e de apoio técnico têm vindo a ser melhorados, desde a criação, em 1957, da Cooperativa Agrícola de Tarouca. Recentemente têm surgido serviços de apoio aos agricultores, por parte da Cooperativa do Vale do Varosa e da Agro-Tarouca e Lamego, que tentam encorajar e acompanhar novos investimentos ou proceder a reestruturações fundiárias adaptadas, quer aos terrenos que ladeiam o Varosa e o seu principal

afluente, a Ribeira de Tarouca, quer na parte Sul do concelho, nas áreas planálticas⁷⁷.

Nos terrenos do vale predomina a associação de culturas em explorações de pequena e média dimensão, sendo as condições edáfico-climáticas favoráveis ao cultivo da vinha e da maçã e muito especialmente à produção da baga de sabugueiro. Essas características fazem com que este produto tenha neste concelho a sua área preferencial de implantação a nível nacional. Reconhecida a boa qualidade deste, permite um complemento à receita dos agricultores do concelho, já que se comercializa a nível internacional, para a obtenção de produtos químicos. A localização de uma empresa de transformação da baga de sabugueiro na região constituiria uma vantagem, já que permitiria aumentar a actual área de cultivo.

Alguma produção de vinho é comercializada como Vinho de Qualidade Produzido em Região Demarcada, pela Adega Cooperativa do Vale do Varosa.

Na área a Sul, correspondente à freguesia de Várzea da Serra, a uma parte da freguesia de Vila Chã da Beira e de S. João de Tarouca, os terrenos oferecem uma menor possibilidade de aproveitamento agrícola, vocacionando-se mais para a agropastorícia e para a ocupação florestal, tal como acontece nos concelhos confinantes de Castro Daire e de Vila Nova de Paiva. Não é portanto de estranhar que exista aí um maior número de explorações dedicadas à pecuária. Da Zona Agrária da Beira Douro e Távora, Tarouca é o concelho com maior número de cabeças de gado suíno, a que não será alheia a presença de uma importante unidade de transformação de carnes de porco⁷⁸.

⁷⁷ - Recentemente também têm sido montadas em explorações de maior dimensão, redes de frio e de comercialização, próprias.

⁷⁸ - Sediada na freguesia de Mondim da Beira – a empresa “Beira-Lamego”.

Para esta área concelhia, projecta-se um maior aproveitamento florestal e cinegético, não sendo também de descurar uma utilização do subcoberto para pastagens, principalmente em áreas onde o solo tem vindo a ser abandonado.

4.2 – AS ACTIVIDADES INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

A actividade industrial é pouco diversificada, mas tem grande importância dentro do ramo da alimentação e bebidas, a nível regional⁷⁹.

A maior parte dos estabelecimentos industriais situa-se na freguesia de Mondim da Beira, ao longo da estrada nacional n.º 226.

O Plano Director Municipal prevê a criação de uma área industrial ao lado da vila, por forma a atrair mais empresas e/ou a relocalizar as existentes.

Atendendo à actual boa qualidade ambiental, deve tentar garantir-se que esta não se deteriore com a introdução de unidades industriais mais poluentes.

A maior parte dos estabelecimentos de comércio e de serviços situa-se na Vila de Tarouca, e no lugar de Castanheiro do Ouro. Nos outros lugares existe um número muito reduzido de estabelecimentos comerciais, mercearias e cafés, quase sempre associando estas duas funções e por vezes acumulando-as com a venda de outros produtos. São estabelecimentos de tipo tradicional que não apresentam sinais de modernização. A manutenção deste tipo de comércio tradicional (mercearia-taberna), é dificultada pelo facto de sofrerem a

⁷⁹- Ver quadros 12 e 13, em anexo.

Para além da já referida empresa agro-alimentar “Beira Lamego”, existem outras unidades, “As Carnes del Rei” e a “Mondinense”, ligadas ao abate e preparação de aves e outra à vitivinicultura – “Caves da Murganheira”. Ainda têm sede no concelho outras empresas ligadas à construção civil, aos materiais de construção e às artes gráficas.

concorrência dos estabelecimentos de maior dimensão que se situam na vila ou na cidade de Lamego, assim como a forte presença do comércio ambulante, não sendo de estranhar que estes comerciantes diversifiquem a sua oferta de produtos, como estratégia de sobrevivência.

A não ser na Vila e em Castanheiro do Ouro, são muito raros os estabelecimentos especializados, assim como os destinados a serviços. No entanto, nos dois primeiros, é nítido o crescimento do número de estabelecimentos do sector terciário entre 1981 e 1991 e principalmente entre 1991 e 1997⁸⁰

Podem-se apontar os seguintes factores explicativos para esse crescimento:

- a alteração dos padrões de consumo, cujas causas já foram enumeradas anteriormente;
- o surto migratório que favoreceu o surgimento de várias empresas de comércio e serviços ligadas à construção civil, aos produtos para a pessoa e para a casa e aos automóveis;
- a adesão à União Europeia e as exigências de modernização agrícola que obrigou a que as cooperativas agrícolas existentes no concelho constituíssem centros de venda de produtos químicos, alfaias agrícolas e de apoio técnico;
- o crescimento da população e do investimento nas actividades económicas, o qual levou ao estabelecimento de três agências bancárias e de vários estabelecimentos de serviços de apoio às empresas.

⁸⁰ - O que se pode observar no quadro 14, em anexo.

4.3 - OS RECURSOS TURÍSTICOS

O facto de Tarouca incluir uma série de geossistemas naturais e humanos e o seu povoamento já ter uma longa história, originou uma grande diversidade de elementos e características culturais. São várias as valências no campo etnográfico, são ricas as tradições musicais, as lendas⁸¹, o vocabulário popular, as festas e as romarias. Ao nível gastronómico constituem particularidades os enchidos tradicionais e o prato típico - basulaque.



Figura 19 – Igreja de S. Pedro de Tarouca.

⁸¹ - Ligadas, por exemplo, à formação dos conventos de S. João de Tarouca e de Salzedas.

Além dos conventos, há outros elementos arquitectónicos, artísticos e etnográficos que poderão ser aproveitados na elaboração de roteiros turísticos: Arcos da Paradela em Mondim da Beira; ponte românica em S. João de Tarouca; a Igreja de S. Pedro de Tarouca, em Tarouca; a ponte medieval, pelourinho, a casa onde nasceu o etnólogo José Leite de Vasconcelos, vestígios arqueológicos no lugar da Abadia Velha, na freguesia de Ucanha; antigas minas de estanho, casas de granito (algumas cobertas de colmo), em Várzea da Serra, etc. (figuras 19 e 20).



Figura 20 – Torre medieval e ponte de Ucanha.

As potencialidades que Tarouca oferece em termos de lazer são múltiplas e pode usufruir da “visibilidade” de Lamego e também do vale do Douro.

O investimento nas infraestruturas turísticas tem-se feito principalmente no pequeno comércio, mais vocacionado para o turismo de passagem do que

para construir estruturas de acolhimento. Esta atitude pouco dinâmica, não favorecendo o desenvolvimento tem como contraponto a vantagem de ainda não se terem gerado grandes problemas em termos ambientais, o que também poderá permitir o controlo mais eficaz dos recursos, nas áreas da caça e da pesca, dos trilhos ecológicos e mesmo do turismo rural e agro-turismo.

As possíveis formas de exploração turística podem incluir os recursos do património histórico e religioso, a organização de jornadas botânicas, a realização de eventos gastronómicos, a recolha e divulgação das lendas e festas populares, a criação de um museu agrícola e dar a conhecer a antiga actividade mineira⁸².

⁸² Um exemplo deste tipo de aproveitamento consiste nos “eco-museus” franceses, onde o turista pode ser integrado num processo de observação participante, tomando contacto com as populações e as suas actividades, conseguindo-se desta forma a participação da população. Há quem aponte vantagens a este tipo de iniciativa, quando comparado com a dos parques naturais, já que assim se consegue um maior envolvimento da população e não se pensa quase exclusivamente na vertente da natureza.

Outro género de iniciativas que pode ser relacionado com o turismo, ainda que também possa ser feito de forma autónoma é o da criação de escolas-oficina. Com esta acção consegue-se não só preservar ou recuperar o património natural e cultural como também fornecer oportunidades de emprego, organizar sessões de divulgação, elaborar estudos da situação local, fazer inventários, coordenar a valorização arquitectónica e fomentar outras actividades como por exemplo o desporto.

5 – O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES LOCAIS

As concepções de desenvolvimento rural apresentadas no capítulo II, configuram a necessidade de contar com a participação, para além das autarquias, dos agentes económicos, públicos ou privados e dos organismos desconcentrados do poder central, com influência sobre o território e de formas, espontâneas ou não, de participação cívica organizada.

A partir do final dos anos 80, coincidindo com o reforço do surto migratório concelhio, o movimento associativo, de âmbito sócio-cultural, ganhou um novo impulso. Este facto pode ser relacionado com a própria conjuntura migratória que levou certos elementos da comunidade a aperceberem-se, após o contacto com outras culturas e valores, da necessidade de reforçar certos laços de identidade local, preservando ou recuperando tradições, em resumo, defendendo as suas raízes históricas e culturais. Como exemplo pode-se citar o surgimento de certas bandas de música, o reaparecimento de grupos de teatro amador que tinham visto a sua actividade interrompida, etc..

Foram seleccionadas oito dessas associações e entrevistados os seus dirigentes⁸³. É sobre essas que nos debruçaremos mais em pormenor.

Depreendemos que três delas chegam a desempenhar o papel de autênticas associações para o desenvolvimento da freguesia ou mesmo do concelho e uma destas acumula até o papel de coordenadora e muitas vezes de líder das iniciativas levadas a cabo pelas outras associações. Trata-se da Associação da Juventude do Concelho de Tarouca, que conta na sua direcção com elementos

⁸³ - Associação Cultural e Recreativa da Vila de Salzedas, Sociedade Filarmónica da Vila de Salzedas, Associação “Flor do Sabugueiro” de Dalvares, Associação Recreativa e Cultural de

com grau de habilitação superior. Referiram-nos que têm fomentado eventos culturais e desportivos para os jovens, promovido cursos de formação profissional e de formação de adultos, ainda que em colaboração com as outras associações. Tem tido também um papel preponderante na articulação entre os cursos de formação do Ministério do Emprego e Formação Profissional com as necessidades expressas pela Associação Empresarial de Tarouca ou pelos associados em nome individual.

A Associação Flor do Sabugueiro de Dalvares, organiza no âmbito da sua freguesia, a festa anual e as actuações do grupo etnográfico e folclórico, criou uma biblioteca e tem promovido intercâmbios com outras associações nacionais e estrangeiras com os mesmos objectivos de recuperar as tradições e divulgar a cultura local⁸⁴.

A Associação Cultural e Recreativa da Vila de Salzedas tem levado a cabo cursos de formação para adultos, para além de ser responsável pela organização da festa anual da vila, pelo fomento de actividades desportivas e jogos tradicionais; conseguiu instalar na sua sede, após requerimento ao Ministério da Educação, um Curso Complementar Nocturno.

Conclui-se que estas associações locais são importantes para a defesa dos interesses colectivos, funcionando como porta-voz da sociedade, podendo ajudar a formar e a aplicar os programas de desenvolvimento local. Podem também contribuir para a angariação de voluntários para a prestação de serviços cívicos e fomentar atitudes críticas e criativas por parte da população. Como principais obstáculos à sua actuação, foram apresentados, pelos responsáveis das

Ucanha, Associação de Juventude do Concelho de Tarouca, Grupo Recreativo de Eira Queimada, Banda Musical de Gouveães e Banda Juvenil de Gouveães.

associações inquiridas no concelho de Tarouca, a falta de diálogo entre elas e o poder local, sendo muitas vezes pouca a sua participação nos programas que orientam os destinos da sua freguesia ou concelho. Queixam-se também da falta de meios financeiros. Os meios humanos normalmente precisariam de mais apoio, em termos de formação. Também se apontou com frequência a falta de discussão entre associações na procura de uma estratégia comum de actuação que ultrapasse a visão individualista.

Seria vantajoso que, partindo destes exemplos, e após uma necessária formação específica dos seus quadros dirigentes, se avançasse para a criação de uma associação de âmbito regional que coordenasse não só a acção das associações do concelho, como também as que existem em concelhos vizinhos. Há alterações a fazer no que respeita à consciencialização, quer das populações, quer dos órgãos políticos e isso exige tempo.

⁸⁴ - É de salientar que o presidente da Associação está a frequentar uma C.E.S.E. em Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário.

6 – A ACÇÃO DO PLANEAMENTO MUNICIPAL E A SUA ARTICULAÇÃO A NÍVEL REGIONAL

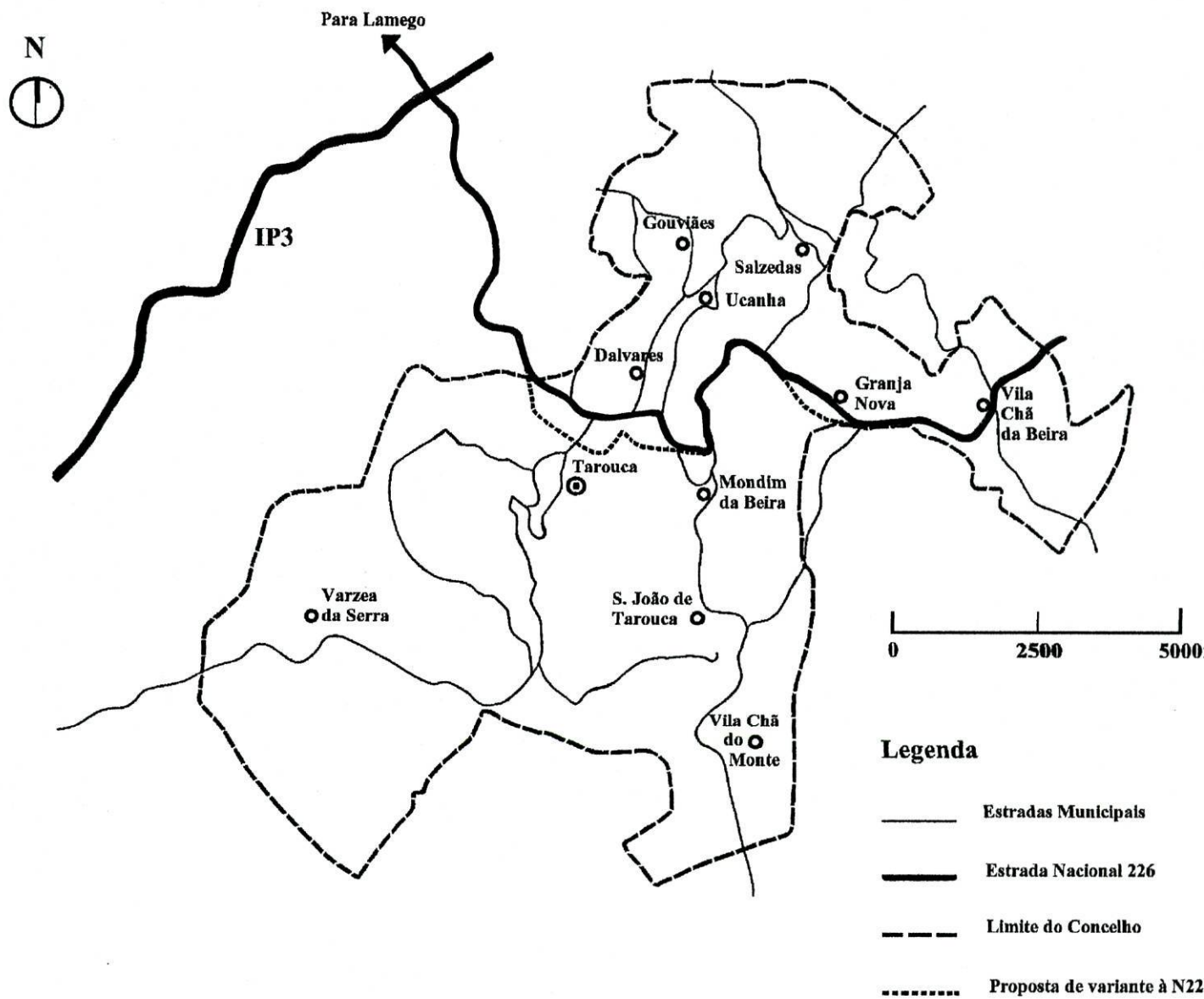
Até finais dos anos 80 e à semelhança do que ocorreu em outros pequenos municípios, sedes de concelho do interior de Portugal, a intervenção pública ao nível do planeamento foi restrita. Até à fase em que se iniciaram os estudos preliminares para a elaboração do Plano Director Municipal, só aprovado em 1995, qualquer tipo de intervenção sobre o território, de carácter privado, era feita sem grandes controlos administrativos, o que explica a maioria das "agressões" paisagísticas e arquitectónicas que ocorreram.

Após a entrada em vigor do Plano Director Municipal têm sido feitos estudos que regulam o crescimento urbanístico, como o Plano Geral de Urbanização da Vila de Tarouca, o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Vila e o Plano de Pormenor para o Centro Cívico. É clara a opção pela centralidade dos investimentos e iniciativas, tal como já tinha sido preconizado pelo Plano Director Municipal. Porventura a iniciativa de maior relevância será a construção da variante à estrada n.º 226 (figura 21) que poderá permitir que a vila volte a assumir o protagonismo que perdeu aquando da construção, no século XIX, dessa estrada sem passar pelo centro da vila. A Câmara Municipal optou por uma forma planificada de valorização do principal centro populacional do concelho, fixando aí o centro cultural e estimulando a localização dos principais estabelecimentos comerciais e de serviços.

Tem-se assistido nos últimos anos a uma melhoria da rede viária concelhia, pela pavimentação e alteração do traçado das estradas que ligam Tarouca a Várzea da Serra, de Mondim a S. João de Tarouca e Tarouca a Salzedas. Necessitam ainda de uma melhoria as estradas municipais de ligação

entre Castanheiro do Ouro e Dalvares e Castanheiro do Ouro a Ucanha, por Gouviães (figura 21).

Figura 21 – A rede viária concelhia e a sua articulação com a rede viária principal.



Fonte: Carta de síntese de propostas do Plano Director Municipal de Tarouca.

Quanto aos equipamentos colectivos, há que continuar o esforço de intervenção nas infra-estruturas de saneamento e acabar a construção da estação de tratamento de águas residuais.

Nos cuidados de saúde primários, é nítido que o novo centro de saúde, inaugurado no ano de 1997, veio proporcionar uma melhoria substancial nas instalações e nos equipamentos médicos, ainda que o seu quadro técnico seja insuficiente, assim como a diversidade de especialidades médicas.

Em termos regionais, tal como na generalidade das cidades e vilas portuguesas, excluindo as que possuem hospitais centrais, são nítidas as lacunas no campo da saúde pública, pela falta de quadros médicos e de enfermagem, sendo necessário com frequência os doentes e sinistrados deslocarem-se longas distâncias até aos hospitais onde lhes é possível prestar cuidados específicos.

Uma vez que se optou por considerar fundamental a criação de uma dinâmica de animação económica, cultural e social, fomentadora de projectos estruturantes do desenvolvimento, cujos limites de acção obedecem, não a meros critérios administrativos, mas sim a uma consonância de características, seria necessário um outro tipo de intervenção ao nível intermunicipal. As vias rodoviárias principais da região, IP4 e IP3 podem facilitar esse processo, pela aproximação que irá permitir, entre municípios.

Não há articulação entre as propostas dos P. D. M's dos vários concelhos, apesar de em termos paisagísticos e sócio-culturais haver uma evidente continuidade. Existem vários casos de aproximação, entre Tarouca e os concelhos vizinhos.

A freguesia de Várzea da Serra assemelha-se muito, em termos de aproveitamento económico do espaço, à parte Norte do Concelho de Castro

Daire. É possível sugerir um melhor aproveitamento dos terrenos baldios de Várzea da Serra para pastagens, à semelhança do que é se prevê no P. D. M. de Castro Daire. Poder-se-á fomentar a continuação do trabalho comunitário sem no entanto deixar de rendabilizar a produção, por exemplo criando estruturas de recolha do leite comuns aos vários criadores.

Com a construção do IP3 abrem-se novas perspectivas à preparação técnico-profissional dos jovens de Tarouca, pela maior facilidade de frequentar a Escola Profissional de Castro Daire, com valências de construção civil e informática.

Granja Nova e Vila Chã da Beira têm mais afinidades com Moimenta da Beira do que com a própria vila de Tarouca.

Com Lamego, apesar dos fortes laços de pendor cultural e comercial são diminutas as formas de colaboração ao nível institucional, entre as duas autarquias, sendo os intercâmbios regulados pela iniciativa privada, principalmente no que diz respeito à já mencionada empresa “Beira Lamego” de Mondim da Beira. O mesmo se passa relativamente a Moimenta da Beira quanto às empresas de construção civil.

Em resultado das entrevistas com os autarcas destas câmaras, ficou patente que a falta de coordenação se deve em grande parte, à falta de quadros técnico suficientes.

O organismo de incidência regional (Gabinete de Apoio Técnico do Douro Sul) tem atribuições algo limitadas aos empreendimentos e promoção turística. A aposta tem sido a de atrair, a partir do Porto, o interesse pela região produtora do vinho do Porto, divulgando os aspectos etnográficos, o património cultural e a riqueza paisagística.

Em síntese, são vários os princípios que serviram de base ao diagnóstico das possibilidades deste território em termos de desenvolvimento futuro. O primeiro consiste em considerar não apenas as suas condicionantes internas e específicas como também os factores externos (dimensão não só local e concelhia mas também de âmbito mais vasto). Dentro dos factores internos, há que reconhecer como uma vantagem a existência de formas de participação cívica. Para BARBERA (1992, p. 18) «(...) *el desarrollo local generalizado puede enriquecer al mundo con nuevas aportaciones científicas y tecnológicas basadas en la movilización (...) convirtiendo a muchos pueblos hoy marginados e impotentes en productores y consumidores dignos y conscientes de su riqueza material e inmaterial.*»

Para que tudo isto se concretize, é necessário repensar e reestruturar toda a forma de actuação do poder local e a articulação deste com as outras instâncias de nível semelhante em concelhos vizinhos, com os organismos regionais, nacionais ou mesmo internacionais.

Depois de uma primeira fase de diagnóstico das condições de desenvolvimento, uma entidade de base local/regional (normalmente com participação pública e privada) poderá assumir uma série de funções: saber da possibilidade da região se candidatar a esquemas de apoio técnico e financeiro, nacionais e europeus; ajudar os empresários a inovar e a implementar novos projectos; coordenar as iniciativas empresariais, tentando estabelecer redes; ajudar a definir quais as necessidades no âmbito da formação profissional; o aproveitamento turístico, agrícola, florestal e de criação de gado; estabelecer programas ligados às infra-estruturas culturais e recreativas, às redes viárias e comunicações; a um sistema de informação, etc.. Assim, mais facilmente poderá contribuir para o aumento do rendimento e do bem-estar das populações,

permitindo-lhes aceder a serviços e equipamentos muito semelhantes aos existentes nas grandes cidades e contribuindo, desta maneira, para a redução das desigualdades regionais.

7-CONCLUSÃO: QUE ESTRATÉGIAS PARA QUE DESENVOLVIMENTO?

Partimos das várias concepções de desenvolvimento aplicadas ao espaço rural, detendo-nos, no estudo empírico, em três aspectos básicos das perspectivas actuais: a consideração de uma multiplicidade e especificidade de variáveis naturais e humanas presentes no território, o facto dos modelos de planeamento deverem contar com diversas formas de participação cívica e o perspectivar da intervenção local, tendo em conta a interdependência e competitividade entre diferentes escalas de actuação (local, regional, nacional e mesmo internacional).

No caso de Tarouca, não existe a denominada massa crítica necessária para que o processo de desenvolvimento ocorra de forma sustentada, ainda que, comparativamente com outras áreas vizinhas, possua potencialidades acrescidas, tais como uma tradição de formas de participação das associações locais, e uma tipologia migratória com ligações fortes à terra de origem, dado o seu carácter não definitivo e também impulsionadora de investimento imobiliário. Possui também uma agricultura mista, tipicamente ligada à pluriactividade por um lado e, por outro, uma agricultura mais vocacionada para o mercado, mas não excessivamente lesiva para o meio ambiente. Quanto à indústria, ainda que pouco diversificada, aposta na qualidade; a actividade comercial e de serviços está em expansão e começa a articular-se com as restantes actividades produtivas locais.

Sem dúvida que um melhor aproveitamento dos recursos existentes ao nível do turismo (por exemplo com a reabilitação dos conventos de S. João de Tarouca e de Salzedas e de outros elementos arquitectónicos e etnográficos)

exige uma articulação com as iniciativas levadas a cabo pelas cidades de importância regional, e o contributo do Poder Central e dos programas de ajuda comunitária.

No caso de Tarouca, a relação com a cidade de Lamego, por si só, terá repercussões limitadas, se não for inserida numa lógica mais vasta, que corresponda à complementaridade entre as cidades do eixo “Vila Real-Régua-Lamego” e o seu entorno, sem esquecer os espaços relacionais privilegiados, como a Área Metropolitana do Porto. Neste quadro, Vila Real, assume-se como o principal centro económico e de formação, com a sua universidade; a cidade da Régua tem papel importante pelo seu contributo económico, resultante da actividade vitivinícola e de algum turismo ligado ao vale do Douro e por fim Lamego, tem grande significado cultural e constitui um centro de divulgação e comercialização dos produtos regionais. Todas estas lógicas de relacionamento estão dependentes da melhoria das acessibilidades, do acesso à formação e aos equipamentos sociais, assim como à promoção do emprego.

Algo já tem sido feito pela autarquia em coordenação com as cooperativas locais, com certas instâncias do Poder Central, com organismos regionais e com a iniciativa privada individual. No entanto, para conseguir valorizar as características naturais e sociais da região e afirmar o sistema produtivo, são necessárias grandes adaptações ao nível da preparação dos técnicos, dos empresários e da população em geral.

No estudo de caso, tornou-se evidente o importante papel das associações locais na expressão da vontade colectiva e no incentivo à inovação. Vimos também como é importante, hoje em dia, nas candidaturas a programas comunitários, como por exemplo ao programa LEADER, a componente de organização de todos os agentes de desenvolvimento local. É necessária a sua

mobilização e isso exige um esforço de preparação técnica e cultural, mas sem dúvida que, tal como em Tarouca, quando esse movimento é espontâneo e as pessoas começam a acreditar que podem intervir na realidade presente, o processo fica facilitado. Uma vez que estes princípios correspondem a um nível de actuação recente nas áreas rurais portuguesas, não é possível prever os seus efeitos, mas poderá ser interessante, num futuro próximo, ver qual o resultado que se conseguirá por meio da integração de iniciativas dos agentes económicos, políticos e socioculturais, não apenas à escala concelhia. Reforçou-se assim a relevância de incluir uma visão multisectorial do desenvolvimento, já que as oportunidades são escassas e não parece razoável apostar-se apenas numa actividade ou na exploração de um só recurso.

Neste tipo de situações, o ordenamento territorial deverá então ter como um dos objectivos principais a preservação dos valores naturais e culturais e, ao mesmo tempo, a promoção da qualidade de vida da população. Afinal, confirma-se que: «A estratégia deve levar a acções que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela vivência, pelo património, o que se herdou e importa valorizar, como também o que se deve construir no espírito do tempo» (Manuel RIBEIRO, 1991, p.19).

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, José, (1995) - "Dificuldades na Conservação e Reabilitação do Património Urbano Português", in «*Revista Sociedade e Território*», nº 21 - (Sub)urbanismos e modos de vida, Mar. 1995, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 24-35.
- ALMEIDA, João Ferreira de, et al, (1992) - *Exclusão Social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Idem, (1994) - *Regiões Rurais Periféricas: que Desenvolvimento? - Uma Experiência no Concelho de Almeida*, Lisboa, CAIS e CIES Editores.
- ALVES, Lourenço, (1988) - "O Património Cultural do Alto-Minho (Civil e Eclesiástico): sua Defesa e Protecção", in «*Separata da Revista Caminiana*», Ano IX, Dez. 1987, Nº 14, Braga, pp. 9-80.
- AMARO, Rogério Roque, (1985) - "Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: O caso dos emigrantes regressados", in Revista «*Análise Social*», vol.XXI (87-88-89), pp.605-677.
- ANDRADE, M^a Margarida de, (1994) - *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*, São Paulo, Ed. Atlas.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, (1986a) - *Emigração e retorno na região centro*, Coimbra, C.C.R.C., pp. 195-217.
- Idem, (1986b) - *Portugal, perfil geográfico e social*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 64-74.
- ASCHER, François, (1991) - "Vers un Urbanisme Strategique, Decisionnel et Heuristique", in «*Revista Sociedade e Território*», nº 13 - Algarve, ano 5, Jun. 1991, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 115-127.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA, (1994) - *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local: Actas do Encontro de Vila do Conde 1 a 3 de Abril de 1993*, Lisboa, A. P. S..
- AZEVEDO, Rui, (1993) - "Três elementos fundamentais no desenvolvimento local: os animadores locais; as redes de cooperação; o partenariado", in COSTA, Manuel da Silva e NEVES, José Pinheiro (coord.) - *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, Porto, Ed. Afrontamento, Biblio. Ciências do Homem, Sociologia, Epistemologia 14, pp. 201-216.
- BARATA, Óscar Soares, (1985) - "Demografia e evolução social em Portugal", «*Revista Análise Social*», vol.XXI (87-88-89), pp. 981-993.

- BARBERA, Lorenzo, - "El Sur, desarrollo local y agentes de desarrollo" in FRESNO, Consuelo del Canto, - *Desarrollo Rural, Ejemplos Europeos*, Madrid, M. A. P. A., 1992.
- BAUMFELD, Carlos Minc e LEMOS, João Cardoso, - *A agricultura e o Desenvolvimento Regional: Elementos para o Estudo do Sector Agrícola dos Concelhos de Arraiolos, Évora, Mora, Montemor-o-Novo e Vendas Novas*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa, INIC, 1979.
- BELTRAN, Carlos, - "Mecanismos e Instrumentos de la Iniciativa Comunitária LEADER II, in REAL Eduardo Ramos e VILLALÓN, Josefina Cruz (coord), - *Hacia un Nuevo Sistema Rural*, Madrid, M. A. P. A., 1995, 483-494.
- BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain, (organ.), - *As Regiões Ganhadoras - Distritos e Redes: os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Oeiras, Celta Ed., 1994.
- BÉTEILLE, Roger e MONTAGNÉ-VILLETTE, Solange (org.), - *Le "Rural Profond" Français*, Paris, SEDES, 1996.
- BLACK, Richard et al, - *Rural Europe, Identity and Change*, London, Arnold, 1995.
- BONETTI, Michel, - "Revalorisation des Quartiers en Crise: de la Réhabilitation à la Gestion Urbaine Intégrée", in «*Revista Sociedade e Território*», nº 20 - As pessoas não são coisas que se metam em gavetas, Mai. 1994, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 17-25.
- BONNAMOUR, Jacqueline, - *Géographie Rurale: Position et Méthode*, Paris , Masson, 1993.
- BOTE GOMES, Venancio, - *Turismo en Espacio Rural: Rehabilitación del Patrimonio Sociocultural y de la Economía Local*, Madrid, Editorial Popular S.A., 1988.
- BRAGA, Domingos Afonso, - *Industrialização e Desenvolvimento em Meios Rurais*, Lisboa, S. n., 1993.
- BROMLEY, Peter, - *Countryside Management*, London, E & FN Spon, 1990.
- CAETANO, Lucília e outros, - *Contributo para o Estudo do Processo de Industrialização em Áreas Marginais da Região Centro*, Coimbra, C. C. R. C., 1990.
- CARDOSO, A., - *A Modernização e a Mudança no Território: Tendências e Contradições*, S. l., S. n., 1988.

- CASTRO, Maria José Abrunhosa de, - "Recuperação Urbana no Centro Histórico da Guarda", in «*Revista Sociedade e Território*», nº 14/15 - Património, ambiente e reabilitação urbana, Dez. 1991, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 35-39.
- CAVACO, Carminda - *Portugal Rural: da Tradição ao Moderno*, Lisboa, Ministério da Agricultura, Direcção Geral de Planeamento e Agricultura, 1992.
- CAVACO, Carminda e RAMOS, António Sampaio, - *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional - Programa das Artes e Ofícios Tradicionais (Ed.), Lisboa, 1994.
- CLOKE, P. J. and PARK, C. C., - *Rural Resource Management: A Geographical Perspective*, London, Croom Helm, 1984.
- CLOKE, P. J. et al, - *Writing The Rural, Five Cultural Geographies*, London, Paul Chapman Publishing Ltd, 1994.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE, - *PROZED - Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolver do Douro*, Documentação de apoio à 3ª Reunião da Comissão Consultiva, Régua, C. C. R. N., 1989.
- CORREIA, Paulo V. D., - "A Inovação Tecnológica e o Papel dos Municípios no Desenvolvimento", in «*Revista Sociedade e Território*», nº 12 - Novos/velhos problemas do planeamento, ano 4, Mai. 1990, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 92-100.
- COSTA, António F. e RIBEIRO, Manuel J., - "La Construction Sociale d'un Object de Réhabilitation", in «*Revista Sociedade e Território*», nº especial - Enjeux sociaux et transformations du territoire, ano 5, Set. 1990, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 37-42.
- COSTA, Manuel da Silva e NEVES, José Pinheiro, (coord.), - *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, Porto, Ed. Afrontamento, Biblio. Ciências do Homem, Sociologia, Epistemologia 14, 1993.
- CRAIG, Gary e MAYO, Marjorie (ed.) - *Community Empowerment, A Reader in Participation and Development*, London & New Jersey, Zed Books, 1995.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado, - *Doze Aldeias no Vale do Mondego: Perspectivas duma Evolução*, Coimbra, 1978.
- Idem, - *A Residência Secundária da Burguesia de Coimbra*, Coimbra, 1988. (prova complementar de doutoramento)

- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado e SANTOS, Norberto Pinto, (1992) - "Estrutura Demográfica e Recursos Humanos: Evolução Recente na Região de Viseu", Coimbra, Biblos, pp. 435-485. (Sep. de «Biblos», Vol. 68).
- DAVEAU, Suzanne; LAUTENSACH, H.; RIBEIRO, Orlando, (1987 a 1991) - *Geografia de Portugal*, Vol. I a IV, Lisboa, Sá da Costa Ed..
- DELGADO, Felisa Ceña, (1994) - "Planteamientos económicos del desarrollo rural: perspectiva histórica", in MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PESCA Y ALIMENTACION, «*Revista de Estudios Agro-Sociales*», nº 169, XLII, Madrid, M. A. P. A., pp. 11-52.
- ECKERT, Denis, (1996) - *Évaluation et prospective des territoires*, Montpellier – Paris, Reclus – La Documentation Française.
- FERNANDES, A. Almeida, (1990) - *Tarouca na História de Portugal*, Viseu, Câmara Municipal de Tarouca, Vol I.
- Idem, (1995) - *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca*, Braga, Câmara Municipal de Tarouca.
- FERNANDES, José Alberto V. Rio, (1993) - *O Comércio na Cidade do Porto*, Porto, FLUP (polic).
- FERNANDES, João Luís Jesus, (1996) - *O Homem, o Espaço e o Tempo, no Maciço Calcáreo Estremenho*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra (polic).
- FERNANDEZ, Carlos Beltrán, (1994) - "Acciones Institucionales en Relación com el Desarrollo Rural en España" in MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PESCA Y ALIMENTACION, «*Revista de Estudios Agro-Sociales*», nº 169, 3/1994, XLII, Madrid, M. A. P. A., pp. 287-309.
- FERRÃO, João, (1997) - "Meios Inovadores em Cidades de Média Dimensão: uma Utopia Razoável? – o caso de Évora", in FERRÃO, João, (coord.) – *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Lisboa, Ed. ICS da Univ. de Lisboa, pp. 31-51.
- FERREIRA, A. Brum, (1978) - *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*, Lisboa, INIC.
- FERREIRA, José M. Carvalho, (1994) - "Desenvolvimento Local e Contrução de Identidades Sociais", in «*Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde - 1-3 de Abril de 1993*», Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (Ed.), pp. 495-516.

- FERREIRA, Vitor Matias, (1984) - "Do Historicismo ao "Tipo-Ideal" de Cidade-Campo: a Oposição Cidade-Campo" in «*Caderno de Ciências Sociais*», Porto, Vol. I, nº 2, Dez. de 1984, pp. 141-151.
- FIGUEIREDO, António Manuel, (1989) - *The Institutional Framework of Local Development Policies in Portugal: some theoretical questions about alternative strategies and tradicional and non tradicional policy instruments*, in Workshop "Theories and Policies of Local Development", Rhodi Island, april 1989, (polic.).
- FLYNN, Andrew et al, (1993) - *Constructing the countryside*, London, UCL Press.
- FONSECA, Lucinda, (1990) - *População e Território: Do País à Área Metropolitana*, Lisboa, CEG.
- FOUGEROUSE, Christian, (1996) - *Le Renouveau Rural, Dépendance ou Autonomie*, Paris, Montréal, L'Harmattan.
- FRESNO, Consuelo del Canto, (1992) - *Desarrollo Rural, Ejemplos Europeos*, Madrid, M. A. P. A..
- FRUTOS, Luisa María et al (coord), (1996) - *VIII Coloquio de Geografía Rural, Actas: Comunicaciones, Jaca, 11 al 14 de Junio de 1996*, Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Zaragoza.
- GABRIEL, Tom, (1991) - *The Human Factor in Rural Development*, London, Belhaven Press, pp. 1-34.
- GASPAR, Jorge, (1993) - "Reordenamento Urbano em Portugal", in C.C.R.C., - *Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança*, Coimbra, C. C. R. C., pp. 415-421.
- GASPAR, Jorge, et al, (1978) - *A Bacia Hidrográfica do Rio Almonda; Equipamento Social e Mobilidade Demográfica*, Lisboa, C. E. G. - Universidade de Lisboa, INIC.
- GONÇALVES, António Custódio, (1987) - "Enracinement et Mobilité: Perspectives de Maitrise de l'Espace Social Rural", Porto, Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, pp. 295-302 (*Separata das «Actas do Simpósio Internacional "La Sociologie et les Nouveaux Defis de la Modernisation"- Porto»*).
- GUICHARD, François, (1990) - *Géographie du Portugal*, Paris, Masson.
- Idem, (1995) - "A Grande Viragem do Presente e as suas Consequências: de Portugal Rural para Portugal Urbano", in «*Revista População e Sociedade*», nº 1, CEPFAM, pp. 27-40.

- GUTIÉRREZ, Fermín Rodríguez, (1995) - "El Desarrollo Local y la Planificación Estratégica" in *Espacios Rurales*, Centro de Estudios Rurales, Universidad de Cantabria, pp 103-117.
- HARRISS, John, (1982) - *Rural Development, Theories of Peasant Economy and Agrarian Change*, London and New York, Routledge.
- HAZAK, Roberto Sancho, (1994) - "El Interés Internacional por lo Rural y la Política Rural Comunitária" in MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PESCA Y ALIMENTACION, «*Revista de Estudios Agro-Sociales*», nº 169, 3/1994, XLII, Madrid, M. A. P. A., pp. 213-247.
- HENRIQUES, José Manuel, (1990) - "Subdesenvolvimento Local, Iniciativa Municipal e Planeamento Territorial", in «*Revista Sociedade e Território*», nº 12 - Novos/velhos problemas do planeamento, ano 4, Mai. 1990, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 84-91.
- HOVEN, Rudy van den e NUNES, Maria Helena, (org.) (1996) - *Desenvolvimento e Acção Local*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- JAZRA BANDARRA, Nelly, (1995) - "Les Orientaciones Recientes de la Política Agrária en la Unión Europea", in REAL, Eduardo Ramos e VILLALÓN, Josefina Cruz (coord), - *Hacia un Nuevo Sistema Rural*, Madrid, M. A. P. A..
- JESUS, Conceição de, (1992) - *Terciarização em Espaços Rurais. Análise de duas Freguesias do Concelho de Cantanhede, Febres e Tocha*, F. L. U. C..
- KAYSER, Bernard et al, (1994) - *Pour une Ruralité Choisie*, Marseille, Datar/Éditions de l'Aube.
- LÁZARO ARAUJO, Laureano, (1995) - "El desarrollo rural en el contexto de la Unión Europea", in REAL, Eduardo Ramos e VILLALÓN, Josefina Cruz (coord), - *Hacia un Nuevo Sistema Rural*, Madrid, M. A. P. A., pp. 237-255.
- LEBRE, Ana, - (1995) "Componentes estratégicas nos PDM's de Faro e Olhão", in «*Revista Sociedade e Território*», nº 22 - Dossier: PDM's, PMOT's, PROT's, POOC's... Para que queremos estes planos?, Set. 1995, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 47-56.
- LITTLE, Joanna K., (1984) - *Social Change in Rural Areas: a Planning Perspective*, Univ. of Reading, Department of Geography.
- LOPES, Raul Gonçalves, (1990) - *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local*, Lisboa, Publicações Escher.
- LOURENÇO, Nelson, (1991) - *Família Rural e Indústria: Mudança Social na Região de Leiria*, Lisboa, Ed. Fragmentos.

- MAILLAT, Denis, (1997) - Milieux innovateurs et nouvelles generations de politiques régionales, in FERRÃO, João, (coord.) – *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Ed. ICS da Univ. de Lisboa, pp. 13-30.
- MARQUES, Helder et al, (1992) - "Dois Exemplos de Configurações Espaciais no Noroeste: Vales do Ave e Lima", in «*Revista da Faculdade de Letras - Geografia*», Porto, Instituto de Geografia da Faculdade de Letras.
- MARTINS, Moisés, (1993) - "Identidade Regional e Local. Da Ideia Polarizada de Desenvolvimento (Paradigma Centro/Periferia) à Definição da Comunidade como Experiência Translocal" in COSTA, Manuel da Silva e NEVES, José Pinheiro, (coord.), - *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, Porto, Ed. Afrontamento, Biblio. Ciências do Homem, Sociologia, Epistemologia 14, pp. 171-185.
- MEADOWS, Donella e Dennis et al, (1ª ed. 1972) - *Os Limites do Crescimento*, S.I., Publicações Dom Quixote, S.d..
- MEDEIROS, Carlos Alberto, (1982) - *Sistemas de Cultura, Estruturas Agrárias e Evolução Demográfica na Montanha do Norte da Beira*, Lisboa, C. E. G..
- Idem, (1991) - *Geografia de Portugal: Ambiente Natural e Ocupação Humana, uma Introdução*, Lisboa, Ed. Estampa.
- MENDRAS, Henri, (1984) - *La fin des Paysans: Vint Ans Après*, Arles, Actes Sud.
- MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PESCA Y ALIMENTACION, (1994) - «*Revista de Estudios Agro-Sociales*», nº 169, 3/1994, XLII, Madrid, M. A. P. A..
- MONTEIRO, Alcides e SIMÕES, M.^a João, (1995) - "Novos Actores na Participação para o Desenvolvimento" in *Actas do II Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, A. P. G., pp. 251-260.
- MOREIRA, Vasco, (1934) - *Monografia do Concelho de Tarouca*, SI, Sn.
- NASON, Wayne, (1923) - *Rural Planning the Social Aspects*, U.S. Department of Agriculture, Farmers Bulletin, nº 1325, Washigton D. C..
- NORTH, D. and SMALLBONE, D., (1993) - *Small Business in Rural Areas*, London, Rural Development Commission. (polic.)
- NUNES, Manuel Jacinto, (1989) - *Temas Económicos*, SI, INCM.
- O'NEILL, Brian Juan, (1984) - *Proprietários e Jornaleiros: Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

- PEREIRA, Teresa Craveiro, (1990) - "O Plano-Processo no Planeamento Estratégico", in «*Revista Sociedade e Território*», nº 12 - Novos/velhos problemas do planeamento, ano 4, Mai. 1990, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 11-25.
- PERES, Damião, (1929) - *História de Portugal*, Vol. II, Barcelos.
- PETSIMERIS, Petros, (a cura di) (1994) - *Le Reti Urbane fra Decentramento e Centralità*, 2ª Ed., Milano, Franco Angeli Ed., pp. 11-21. (polic.)
- PINDOR, David, (org.) (1994) - *Europa Ocidental: Desafios e Mudanças*, Oeiras, Celta Editora.
- PINA, Maria Helena Mesquita, (1990) - *O Espaço Agrário de Ponte de Lima*, S. l., S. n., (dissertação de mestrado).
- Idem, (1985) - "Dois Exemplos de Espaços Agrários na Ribeira Lima", in «*Revista da Faculdade de Letras*», Série de Geografia, Vol. V, Porto, F. L. U. P., pp. 171-256.
- P. D. A. R. (Plano de Desenvolvimento Agrário Regional) (1995) – Zonas Agrárias de Lamego e Távora, (polic.).
- PORTEOUS, J. Douglas, (1996) - *Environmental Aesthetics, Ideas, Politics and Planning*, London and New York, Routledge.
- RAMOS, Eduardo e ROMERO, José, (1995) - Para una Concepción Sistemica del Desarrollo Rural, in REAL, Eduardo Ramos e VILLALÓN, Josefina Cruz (coord), - *Hacia un Nuevo Sistema Rural*, Madrid, M. A. P. A., pp. 49-89.
- REAL, Eduardo Ramos e VILLALÓN, Josefina Cruz (coord), (1995) - *Hacia un Nuevo Sistema Rural*, Madrid, M. A. P. A..
- REGALES, Manuel Ferrer (coord), (1991) - *Ecologia Social y Ambiente: Las Ciudades Medias y Pequeñas*, Pamplona, Universidad de Navarra.
- REIS, José, (1992) - *Os Espaços da Indústria: Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal*, Porto, Ed. Afrontamento.
- RÉMY, Jean e VOYÉ, Liliane, (1994) - *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Porto, Ed. Afrontamento.
- RIBEIRO, Manuel João, (1991) - "Reabilitação Urbana: Estratégia e Organização" in *Revista Sociedade e Território*, nº 14, 15, Dez 1991, Porto, Edições Afrontamento, p. 19.
- RIBEIRO, Orlando, (1986) - *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª Ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- RODRIGUES, Fernanda e STOER, Stephen, (1993) - *Ação Local e Mudança Social em Portugal*, Lisboa, Fim de Século Ed..

- SERRÃO, J. Veríssimo, (1979) - *História de Portugal*, 3ª Ed., Ed. Verbo.
- SILVA, Jorge, (1995) - "Planeamento Estratégico nas Cidades de Média Dimensão: Conceitos e Métodos, ANMP - Seminário Prosiurb e Planos Estratégicos, Évora, 01 de Julho de 1994", in «*Poder Local, Revista de Administração Democrática*», nº 127, Maio de 1995, pp. 21-26.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira (1991) - "Dois casos exemplificativos da emigração portuguesa desde 1966 até à actualidade", «*Revista da Faculdade de Letras - Geografia*», I Série, Vol.VII, Porto, pp. 5-36.
- Idem, (1981) - *Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas (Contrastes e Mutações)*, Porto, FLUP (polic).
- SHAW, Gareth and WILLIAMS, Allan M., (1995) - *Critical Issues in Tourism, A Geographical Perspective*, Oxford and Cambridge, Blackwell.
- TOWNROE, P. and MALLALIEU, K., (1993) - "Founding a new business in the countryside", in CURRAN, J. and STOREY, D. J. (Eds), - *Small Firms in Urban and Rural Locations*, London, Routledge, pp. 17-53.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, (1976) – “Comunidades migrantes em situação dipolar: Análise de três casos de emigração especializada para os E.U.A., para o Brasil e para a França”, in «*Análise Social*», Vol. XII (48), 1976-4º, pp. 983-997.
- VALAGÃO, Maria Manuel, (1989) – “Práticas alimentares dos emigrantes - mudança ou continuidade”, in «*Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*», nº 8, Ano 3, Fev. 1989, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 81-91.
- VILLANOVA, Roselyne de, (1989) - “Trajectoires résidentielles et sociabilités des immigrés portugais en France”, in «*Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*», nº 8, Ano 3, Fev. 1989, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 72-78.
- Idem, (1993) - *La notion de bipolarité dans la migration, stratégies spatiales et souffrances psychiques*, Entre le Portugal et la France, les transformations de la famille portugaise depuis trente ans, Interaction France-Portugal, Colloque-débat, Mars 1993, S. 1., Editions Lusophone, 1994, pp. 29-38.
- ZUBE, Ervin H, and Margaret J., (1977) - *Changing Rural Landscapes*, S. 1., The University of Massachusetts Press.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre o peso relativo da população residente em 1991 e o número de inquiridos, por freguesia do concelho de Tarouca.....	10
Figura 2 - A preparação de uma estratégia de desenvolvimento rural.....	52
Figura 3 - Localização do concelho de Tarouca na Região Norte.....	67
Figura 4 - População activa, por sector de actividade, nos concelhos da NUT III Douro, em 1991.....	68
Figura 5 - Variação relativa (%) da população residente, nos concelhos da NUT III Douro, no período 1981/91.....	69
Figura 6 - Vista da parte Norte do concelho de Tarouca.....	70
Figura 7 - A Vila de Várzea da Serra (Sul do Concelho).....	72
Figura 8 - A Vila de Tarouca, com a Serra de St. ^a Helena ao fundo.....	72
Figura 9 - Carta hipsométrica do concelho de Tarouca.....	73
Figura 10 - Igreja do Convento de S. João de Tarouca.....	75
Figura 11 - Interior da Igreja do Convento de S. João de Tarouca.....	76
Figura 12 - Interior da Igreja do Convento de Salzedas.....	77
Figura 13 - Evolução da população do concelho de Tarouca, de 1864 a 1991.....	81
Figura 14 - Destino das migrações internas e externas, dos ausentes do concelho de Tarouca, em 1996.....	83
Figura 15 - Tempo de permanência anual do emigrante no país de emigração.....	84
Figura 16 - O peso relativo das migrações internas e externas, por freguesia de origem, dos ausentes do concelho de Tarouca.....	88
Figura 17 - Área de expansão ocidental da Vila de Tarouca, com o lugar de Castanheiro do Ouro (ao fundo).....	89

Figura 18 - Investimentos realizados, pelos emigrantes.....	94
Figura 19 - Igreja de S. Pedro de Tarouca.....	103
Figura 20 - Torre medieval e ponte de Ucanha.....	104
Figura 21 – A rede viária concelhia e a sua articulação com a rede viária Principal.....	110

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro A - Estrutura etária da população residente (%), na Região Norte, concelho de Tarouca e alguns concelhos vizinhos, em 1981 e 1991.....	86
Quadro B - Alterações na vivência concelhia e perspectivas sobre o desenvolvimento.....	91
Quadro C - Área média das explorações (Superfície Agrícola Utilizada), nos concelhos da Zona Agrária da Beira Douro e Távora.....	97
Quadro D - Relação entre a Superfície Agrícola Utilizada e a capacidade de uso dos solos agrícolas, por concelho, na Zona Agrária da Beira Douro e Távora.....	98
Quadro E - Área ocupada (ha) pelas principais culturas permanentes, por concelho, na Zona Agrária da Beira Douro e Távora.....	98
Quadro F - Área ocupada (ha) pelas principais culturas temporárias, por concelho da Zona Agrária da Beira Douro e Távora.....	99

Í N D I C E G E R A L

Capítulo I - Introdução

1 - O Objecto.....	1
2 – Finalidades.....	5
3 - Suportes Metodológicos e Fontes.....	8

Capítulo II - Desenvolvimento e Espaço Rural

1 - A evolução do Conceito de Desenvolvimento.....	12
2 - A Especificidade do Desenvolvimento Rural.....	19
2.1 - Conceitos e Práticas.....	19
2.2 - Os Estudos sobre o Rural.....	22
3 - As Modificações no Espaço Rural e a Necessidade de Novas Políticas....	27
3.1 - As Diferentes Formas de Abordar as Dinâmicas Actuais.....	27
3.2 - A Evolução da Política Agrícola Comum e das Políticas Regionais Comunitárias para as Áreas Rurais.....	34
3.3 – As Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento Rural em Portugal.....	41
3.4 - O Espaço Rural Português: Dinâmicas Recentes.....	43
4 - Das Novas Concepções de Desenvolvimento Rural às Novas Formas de Planeamento.....	51
4.1 - A Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local em Áreas Rurais.....	51
4.2 - A Intervenção Local.....	53

4.3 - O Papel das Associações Locais no Desenvolvimento.....	60
5 - Local e Global: os Desafios do Desenvolvimento.....	63

Capítulo III - Perspectivas de Desenvolvimento Local em Tarouca

1 - Características Gerais.....	66
2 - O Percurso Histórico.....	74
3 - Evolução, Distribuição, Mobilidade e Principais Características da População.....	81
3.1 - Comparação com o Entorno Regional.....	81
3.2 – As Migrações e Dinâmicas Recentes no Interior do Concelho de Tarouca.....	87
4 - População Activa e Economia.....	96
4.1 – Agricultura.....	96
4.2 - As Actividades Industrial, de Comércio e Serviços.....	101
4.3 - Os Recursos Turísticos.....	103
5 – O Papel das Associações Locais.....	106
6 – A Acção do Planeamento Municipal e a sua Articulação a Nível Regional.....	109
7 - Conclusão: Que Estratégias para que Desenvolvimento?.....	115
 Bibliografia.....	 118
Índice de Figuras.....	127
Índice de Quadros.....	128
Índice Geral.....	129

Anexos

ANEXO 1

2.3.1- Se não, esta casa é: maior do que a anterior ____; menor do que a anterior ____; igual à anterior ____

2.4- Idade aproximada da casa: menos de 10 anos ____

entre 10 e 25 anos ____

entre 25 e 50 anos ____

entre 50 e 100 anos ____

mais de 100 anos (do século XIX) ____

mais de 100 anos (anterior ao século XIX) ____ (se souber, século ____)

2.5- Fez alguma(s) alteração(ões) nesta casa em termos de?

cobertura ____ paredes ____ pavimentos ____ instalação eléctrica ____

instalações sanitárias e água ____

2.5.1- Quando o fez, utilizou a mão-de-obra de quem? _____

2.5.2- Gostaria de ver melhorado algum aspecto da sua casa?

cobertura ____ paredes ____ pavimentos ____ instalação eléctrica ____

instalações sanitárias e água ____

2.6- Já contactou alguma entidade para resolver o seu problema de habitação? Sim ____ Não ____

Se sim, contactou: o senhorio ____ o banco ____ a junta de freguesia ____

a câmara ____ a paróquia ____

2.7- Sentiu utilidade nesse contacto? Sim ____ Não ____

2.8- Como pensa que poderá ser resolvido o seu problema habitacional?

Pelos meus próprios meios ____ Com a ajuda de amigos ____ Com a ajuda da câmara ____

Através do senhorio ____ Através de um empréstimo ____ Recorrendo à ajuda dos vizinhos ____

Mudando de local ____ Ficando na mesma casa ____ (pode incluir mais do que um cruz)

3- Por último, gostaria de saber algo acerca das suas actividades do dia-a-dia.

3.1- Onde é que normalmente faz as suas compras semanais (mercearia)?

na freguesia ____ no concelho, noutra freguesia ____ na sede do concelho ____

fora do concelho ____

3.1.1- Tem tudo o que necessita em termos de compras de mercearia? Sim ____ Não ____

3.2- Se necessita de comprar roupa, faz esse tipo de compra:

na freguesia ____ no concelho, noutra freguesia ____ na sede do concelho ____

fora do concelho ____

3.2.1- Tem tudo o que necessita em termos de compras semanais e mensais? Sim ____ Não ____

3.3- Se necessita de ir ao médico, tem de se deslocar a:

Tarouca ____ Lamego ____ Viseu ____ Outro concelho até 50 Km ____

Um concelho distante a mais de 50 Km ____

3.3.1- Está satisfeito com as condições de assistência médica a que normalmente recorre? Sim ____

Não ____ Porquê? _____

3.4- Faz parte de alguma associação cultural ou desportiva? Sim ____ Não ____

3.4.1- Se sim, qual? _____ Por que é que a frequenta? _____

3.5- Quais são as suas relações com a vizinhança? não os conhece ____ apenas se cumprimentam ____ ajudam-se um pouco ____ ajudam-se muito ____

3.6- Que alterações é que tem notado na sua vizinhança e no seu concelho? _____

3.7- Que vantagens é que vê em morar aqui? _____

3.8- E que desvantagens? _____

Muito obrigado pela sua colaboração!

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência		
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	n°	Local/Locais	
T A R O U C A	1	F	16	S	Agricultora	Tarouca	Tarouca	N			
		M	49	C	Jardineiro da Junta	Tarouca	Tarouca	N			
		F	45	C	Doméstica/agricultora	Tarouca	Bragança	N			
		F	17	S	Doméstica/agricultora	Tarouca	Tarouca	N			
		F	11	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
		M	3	S			Tarouca	N			
		M	2	S			Tarouca	N			
		2	M	23	C	Cantoneiro	Tarouca	Tarouca	S	Açores-6 meses	
			F	27	C	Auxiliar da Câmara	Tarouca	Tarouca	N		
		3	F	56	C	Doméstica		Brasil	N		
			M	63	C	Comerciante	Tarouca	Tarouca	S	Brasil	
			F	85	V	Doméstica		Tarouca	N		
	4	F	42	C	Comerciante	Tarouca	Tarouca	N			
		M	46	C	Empregado de escritório	Mondim	Tarouca	N			
		F	22	C	Desempregada		Tarouca	N			
		M	20	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
		M	18	S	Estudante	Lamego	Tarouca	N			
	5	F	44	C	Comerciante	Tarouca	Lamego	S	França-15 anos		
		M	49	C	Pintor da construção civil/agricultor	Tarouca	Tarouca	S	França		
		F	22	S	Estudante	Aveiro	Tarouca	S	França		
		M	13	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	S	França		
	6	F	62	V	Doméstica		Tarouca	N			
		M	34	D	Agricultor	Tarouca	Tarouca	S	França		
		M	30	S	Canalizador	Tarouca	Tarouca	S	França		
		F	24	C	Cabeleireira	Tarouca	Tarouca	N			
		M	25	C	Militar	Lamego	Armamar	N	9	4- Tarouca; 1- Angola; 1- Espanha; 1- França; 1- Suíça; 1- Lisboa	
	7	M	64	C	Reformado		Penedono	S	França-23 anos		
		F	46	C	Doméstica		Tarouca	S	França-23 anos		
		M	8	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	8	F	69	V	Reformada\doméstica		Tarouca	S	Porto		
	9	F	75	V	Reformada\doméstica		Tarouca	N			
	10	F	62	C	Auxiliar de educação	Tarouca	Tarouca	N			
		M	71	C	Reformado		Tarouca	N	6	4- Tarouca; 1-Suíça; 1-Lisboa	
	11	F	45	C	Comerciante	Tarouca	Tarouca	N			
		M	47	C	Electricista	Lamego	Tarouca	N			
		M	22	S	Estudante	Viseu	Tarouca	N			
		F	21	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
		M	16	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	12	F	83	V	Reformada		Lamego	N			

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes										Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais	
T A R O U C A	13	F	42	C	Empregada bancária	Tarouca	Valverde	N			
		M	42	C	Comerciante	Tarouca	Salzedas	N			
		M	20	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
		M	18	S	Estudante	Moimenta	Tarouca	N			
	14	F	84	V	Doméstica		Brasil	S	Coimbra		
		M	63	S	Médico	Tarouca	Tarouca	S	Angola	1	1- Coimbra
	15	F	61	V	Doméstica		Lamego	N			
		M	65	C	Tipógrafo	Tarouca	Tarouca	S	Lamego		
		M	40	S	Tipógrafo	Tarouca	Tarouca	S	Lamego	3	2- Lamego; 1- Aveiro
	16	F	54	C	Funcionária de limpeza	Tarouca	Esporões	N			
	M	62	C	Agricultor	Tarouca	Tarouca	N				
	M	30	D	Pedreiro	Suiça	Tarouca	S	Suiça- temp.			
	M	24	S	Electricista E. D. P./ agricultor	Tarouca	Tarouca	N		8	5- Lisboa; 1- Lamego; 1- Suiça; 1- Viseu.	
17	M	68	C	Agricultor	Tarouca	Tarouca	N				
	F	67	C	Doméstica/agricultora	Tarouca	Tarouca	N		6	1- Lisboa; 1- Suiça; 4-Tarouca	
18	F	84	V	Doméstica		Tarouca	S	Lisboa	4	2- Tarouca; 2- Lisboa.	
19	F	66	S	Empregado de serração	Tarouca	Tarouca	N				
	F	64	V	Doméstica		Tarouca	N				
20	F	68	C	Doméstica/agricultora	Tarouca	Dalvares	N				
	M	62	C	Agricultor	Tarouca	Tarouca	N				
	M	24	S	Agricultor	Tarouca	Tarouca	N		9	2- Coimbra; 5- Porto; 2- Algarve.	
21	M	63	V	Agricultor	Tarouca	Tarouca	N				
	M	22	S	Empregado da construção civil	Tarouca	Tarouca	N				
	F	20	S	Doméstica		Tarouca	N		7	7- Suiça.	
22	F	68	V	Doméstica		Angola	N				
	M	44	S	Desempregado		Angola	N				
23	F	90	V	Agricultora	Tarouca	Tarouca	N		7	5- Tarouca; 1- Lisboa; 1- Porto.	
24	F	22	S	Empregado do comércio	Tarouca	Tarouca	N				
	M	55	C	Técnico de contas	Tarouca	Tarouca	N				
	F	54	C	Doméstica		Esporões	N				
	M	29	S	Técnico de contas	Lisboa	Tarouca	S	Lisboa-3anos	2	2-Tarouca.	
25	M	23	C	Agricultor	Tarouca	Tarouca	S	Suiça-4 anos			
	M	25	S	Agricultor	Tarouca	Tarouca	S	Suiça-4 anos			
	F	18	S	Agricultora	Tarouca	Tarouca	N				
	F	12	S	Agricultora	Tarouca	Tarouca	N				
26	M	22	S	Estudante-curso de protecção civil	Tarouca	Tarouca	S	Suiça- 1 ano			

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência		
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais	
T A R O U C A	F	64	C	Doméstica		Tarouca	N				
	M	27	C	Padeiro	Tarouca	Tarouca	S	Suiça-2 anos			
	27	M	73	C	Reformado da Lishave		Amares	S	Lisboa-30 anos		
		F	56	C	Doméstica		Tarouca	S	Lisboa- 22 anos		
		M	24	S	Desempregado		Lisboa	N			
		M	23	S	Empregado da indústria hoteleira	Suiça	Lisboa	S	Suiça-1 ano		
	28	M	55	C	Comerciante	Tarouca	Tarouca	S	Moçambique-10 anos		
		F	43	C	Comerciante	Tarouca	Tarouca	S	Moçambique-5 anos		
		M	25	S	Estudante	Moçambique	Lisboa	N		1	1-Tarouca.
	29	M	75	C	Reformado-tipógrafo		Rêgua	N			
		F	70	C	Doméstica		Rêgua	N		3	3-Tarouca.
	30	M	70	C	Reformado-agricultor/camionista		Tarouca	S	Moçambique-24 anos		
		F	68	C	Comerciante	Tarouca	Tarouca	S	Moçambique-24 anos	8	3-África do Sul; 4-Lisboa; 1-Tarouca.
	31	M	82	V	Ferreiro	S. João	Formilo	N		10	5-Lisboa; 1-Guarda; 4-Tarouca.
	32	M	50	C	Electricista	Tarouca	Tarouca	N			
		F	47	C	Doméstica		Tarouca	N			
		M	24	S	Engenheiro electrotécnico	Tarouca	Tarouca	N			
		M	23	S	Electricista	Tarouca	Tarouca	N			
		F	16	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	33	M	68	C	Funcionário da Câmara	Tarouca	Tarouca	N			
		F	65	C	Doméstica		Tarouca	N			
		M	33	S	Funcionário da Câmara	Tarouca	Tarouca	N			
		F	28	S	Doméstica		Tarouca	S	Porto e Suiça		
		M	24	S	Funcionário da Câmara	Tarouca	Tarouca	N		1	1- Porto
	34	M	70	C	Reformado/Agricultor		Tarouca	N			
		F	80	C	Reformada/Agricultora		Tarouca	N		1	1- Lisboa
	35	M	56	C	Mecânico	Tarouca	Braga	S	Braga e Porto		
	F	43	C	Doméstica		Tarouca	S	Braga e Porto			
	M	20	S	Carregador de camiões	Mondim	Tarouca	S	Braga e Porto			
36	F	43	D	Funcionária Pública	Tarouca	Tarouca	N				
	F	18	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N				
	F	6	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N				
37	M	40	C	Mecânico	Lamego	Tarouca	N				
	F	35	C	Secretária	Mondim	Tarouca	N				
	M	14	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N				
	F	13	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N				

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência			
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais		
T	38	M	65	C	Reformado electricista			Eira Queimada	S	Angola-10 anos		
A		F	59	C	Doméstica			Viseu	S	Angola-10 anos		
R		F	26	S	Funcionária Pública	Tarouca		Angola	N			
O		M	24	S	Empregado loja electrodomésticos	Tarouca		Tarouca	N			
U		F	17	S	Estudante	Lamego		Tarouca	N		2	1-Açores; 1-Elvas.
C	39	M	47	C	Empregado da Câmara	Tarouca		Régua	N			
A		F	47	C	Doméstica			Tarouca	N			
		F	14	S	Estudante	Tarouca		Tarouca	N			
	40	M	49	C	Funcionário da E.D.P.	Lamego		Tarouca	S	Angola		
		F	47	C	Encarregada de limpeza	Tarouca		Tarouca	S	Angola		
		F	23	S	Desempregada			Angola	N			
		F	22	S	Desempregada			Angola	N			
		M	17	S	Estudante	Sertã		Tarouca	N			
	41	M	48	C	Funcionário Público	Tarouca		Britiande	N			
		F	50	C	Doméstica			Britiande	N			
		F	16	S	Estudante	Tarouca		Britiande	N			
		F	16	S	Estudante	Tarouca		Britiande	N			
		F	4	S	Estudante	Tarouca		Tarouca	N		3	2-Suíça; 1-Alemanha.
	42	M	54	C	Comerciante	Tarouca		Tarouca	S	Moçambique		
		F	45	C	Comerciante	Tarouca		Tomar	S	Moçambique		
		F	19	S	Estudante	Lamego		Tarouca	N			
	43	M	43	C	Tipógrafo	Tarouca		Tarouca	N			
		F	38	C	Doméstica			Britiande	N			
		M	13	S	Estudante	Tarouca		Tarouca	N			
	44	M	27	C	Vendedor de brindes	Tarouca		Chaves	S	Suíça-5anos		
		F	24	C	Domésticaestudante	Tarouca		Tarouca	S	Suíça-5 anos		
		M	4	S				Tarouca	N			
		M	1	S				Tarouca	N			
	45	M	52	D	Calceteiro da Câmara	Tarouca		Tarouca	S	Maia		
		F	18	S	Domésticaestudante	Tarouca		Tarouca	S	Maia	2	2-Maia.
	46	M	53	C	Motorista	Tarouca		Tarouca	S	Angola		
		F	53	C	Doméstica			Tarouca	S	Angola		
		F	18	S	Estudante	Tarouca		Tarouca	N			
	47	M	45	C	Comerciantelagricultor	Tarouca		Tarouca	S	Suíça		
		F	43	C	Comerciantelagricultor	Tarouca		Arguedeira	N			
		M	20	S	Militar	Tarouca		Tarouca	N			

Fonte: Inquérito de elaboração própria.

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
T	M	12	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
A	F	10	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
R	48	M	31	C	Fotógrafo	Suiça	Tarouca	S	Suiça	
O	F	28	C	Comerciante	Tarouca	Tarouca	N			
U	F	10	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
C	49	M	54	C	Construtor Civil	Tarouca	Tarouca	N		
A	F	54	C	Doméstica		Tarouca	N			
	M	19	S	Militar	Tarouca	Tarouca	N			
	F	20	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N		2	1-Suiça; 1-Tarouca.
	50	M	45	C	Mecânico	Tarouca	Ucanha	S	Suiça-3 anos	
	F	47	C	Doméstica		Dalvaes	S	Suiça-19 anos		
	F	19	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	F	18	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	51	M	46	C	Funcionário Público	Tarouca	Tarouca	N		
	F	40	C	Professora primária	Tarouca	Tarouca	N			
	F	20	S	Estudante	Viseu	Tarouca	N			
	M	13	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	F	15	S	Estudante	Lamego	Tarouca	N			
	52	M	54	C	Reformado		Lamego	S	Alemanha-22 anos	
	F	51	C	Doméstica		Eira Queimada	S	Alemanha-22 anos		
	F	32	S	Empregada de loja	Tarouca	Tarouca	S	Alemanha-22 anos		
	53	M	78	C	Reformado-professor ens. sec.		Britiande	S	Braga e V. do Castelo	
	F	77	C	Reformada-professora primária		Tarouca	S	Braga e V. do Castelo		
	F	48	C	Professora do ensino secundário	Tarouca	Tarouca	N			
	M	46	S	Bancário	Tarouca	Tarouca	N			
	M	22	S	Estudante	Lisboa	Tarouca	N			
	54	F	73	V	Agricultora	Tarouca	Tarouca	N	5	2-Tarouca; 1-Suiça; 1- Espanha; 1-Lisboa
	55	M	38	C	Comerciante	Suiça	Tarouca	S	Suiça-10 anos	
	F	37	C	Comerciante	Suiça	Tarouca	S	Suiça-10 anos		
	F	63	V	Reformada		Tarouca	N			
	F	13	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	F	11	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	56	M	49	C	Comerciante	Tarouca	Armamar	S	Alemanha	
	F	44	C	Doméstica		Britiande	S	Alemanha		
	F	23	S	Desempregada		Tarouca	N			
	F	80	V	Reformada		Britiande	N			

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
T	F	18	S	Estudante/trabalhadora num café	Tarouca	Tarouca	N			
A	57	F	67	V	Doméstica		S	Brasil	2	1-Moimenta; 1-Suíça
R	58	F	17	S	Estudante	Lamego	N			
O	M	57	C	Reformado		Tarouca	S	Angola-25 anos		
U	F	49	C	Professora primária	Tarouca	Castro de Aire	S	Angola-25 anos		
C	F	24	S	Professora do ensino secundário	Lamego	Angola	N			
A	M	20	S	Militar	Lamego	Tarouca	N			
	59	M	58	C	Reformado-polícia		S	Angola-20 anos		
	F	58	C	Doméstica		Tarouca	S	Angola-20 anos		
	F	33	D	Doméstica		Angola	N			
	F	30	S	Doméstica		Angola	N			
	60	M	70	C	Reformado do exército		N	Porto		
	F	56	C	Reformada		Tarouca	N			
	61	M	44	C	Comerciante	Tarouca	S	Suíça-15 anos		
	F	42	C	Comerciante	Tarouca	Tarouca	S	Suíça-15 anos		
	M	22	C	Comerciante	Tarouca	Tarouca	N			
	M	18	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	62	F	30	C	Doméstica		N	Tarouca		
	M	36	C	Comerciante/electricista	Tarouca	Tarouca	N			
	F	9	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	F	5	S			Tarouca	N			
	63	F	16	S	Estudante	Tarouca	S	Lamego		
	M	40	C	Empreiteiro	Tarouca	Eira Queimada	S	Lamego		
	F	36	C	Doméstica		Lamego	S	Lamego		
	M	14	S	Estudante	Tarouca	Lamego	S	Lamego		
	64	F	41	C	Doméstica		S	Lamego		
	M	44	C	Construtor Civil	Tarouca	Ferreirim	S	Lamego		
	F	16	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	M	12	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	65	M	64	C	Reformado-agricultor/comerciante		S	Alemanha-10anos		
	F	54	C	Doméstica		Tarouca	S	Alemanha-10anos		
	F	21	S	Doméstica		Tarouca	N		1	1-Coimbra
	66	F	55	V	Doméstica		N		1	1-França
	67	F	21	C	Animadora da juventude	Tarouca	N	Tarouca		
	M	51	C	Técnico de contas	Tarouca	Tarouca	N			
	F	42	C	Doméstica		Tarouca	N			

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
T	F	14	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
A	F	2	S			Tarouca	N		2	1-Porto; 1-Lisboa
R	68	F	17	S	Estudante	Tarouca	N			
O	M	54	C	Reformado		Tarouca	S	Lisboa-30 anos		
U	F	54	C	Desempregada		Tarouca	S	Lisboa-30 anos		
C	69	F	47	C	Professora do ensino secundário	Tarouca	S	Angola		
A	M	49	C	Supervisor da UNICER	Vila Real	Angola	S	Angola		
	F	23	S	Estudante	Porto	Tarouca	N			
	F	18	S	Estudante	Lamego	Tarouca	N			
	M	15	S	Estudante	Lamego	Tarouca	N			
	70	F	64	C	Comerciante	Tarouca	S	Moçambique		Moçambique; Viseu
	M	67	C	Reformado		Moçambique	S	Moçambique; Viseu		Moçambique; Viseu
	F	48	S	Doméstica		Moçambique	S	Moçambique; Viseu		Moçambique; Viseu
	71	F	35	C	Doméstica	Tarouca	S	Suíça-10 anos		Suíça-10 anos
	M	39	C	Taxista	Tarouca	Tarouca	S	Suíça-10 anos		Suíça-10 anos
	F	18	S	Estudante	Tarouca	Tarouca	N			
	M	17	S	Estudante	Moimenta	Tarouca	N			
U	72	M	53	V	Agricultor	Ucanha	N			
C	F	22	S	Agricultora	Ucanha	Ucanha	N			
A	M	19	S	Agricultor	Ucanha	Ucanha	N			
N	F	17	S	Agricultora	Ucanha	Ucanha	N		2	1-Suíça; 1-Maia
H	73	M	59	C	Agricultor/reformado	Ucanha	N			
A	F	60	C	Agricultora	Ucanha	Ucanha	N		9	3-Ucanha; 2-Inglaterra; 2-Lamego; 1-Lisboa; 1-Madeira
	74	F	45	C	Agricultora	Ucanha	N			
	M	45	C	Agricultor	Ucanha	Ucanha	N			
	F	17	S	Agricultora	Ucanha	Ucanha	S	Suíça		Suíça
	F	15	S	Estudante	Tarouca	Ucanha	N			
	75	F	37	C	Doméstica/vendedora ambulante	Ucanha	S	Bélgica		Bélgica
	M	39	C	Carteiro	Ucanha	Gouviães	S	Bélgica		Bélgica
	F	19	S	Aprendiz de cabeleireiro	Tarouca	Ucanha	N			
	M	12	S	Estudante	Tarouca	Ucanha	N			
	F	4	S			Ucanha	N			
	76	F	62	V	Agricultora	Ucanha	N			
	M	22	S	Estudante	Lamego	Ucanha	N			
	M	20	S	Estudante	Lamego	Ucanha	N		9	1-Alemanha; 1-Bélgica; 1-Lisboa; 4-Suíça; 1-Tarouca; 1-Ucanha
	77	F	18	S	Estudante	Lamego	N			

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
U	M	40	C	Comerciante	Tarouca	Ucanha	N			
C	F	39	C	Doméstica		Ucanha	S	Suiça		
A	F	17	S	Estudante	Tarouca	Ucanha	N			
N	M	16	S	Estudante	Tarouca	Ucanha	N			
H	78	F	68	C	Doméstica		N			
A	M	70	C	Empregado de ourivesaria	Tarouca	Ucanha	N		4	4-Suiça
	79	F	27	C	Doméstica		S	Faro		
		F	63	V	Doméstica		N			
		M	34	C	Cortador de carnes	Régua	S	Faro; Suiça		
		M	29	S	Marmorista	Ucanha	N			
		M	7	S			N			
		M	5	S			N			
	80	F	51	C	Ajudante de cozinha-escola	Tarouca	N			
		M	56	C	Reformado - Calceteiro		N			
		M	10	S	Estudante	Tarouca	N		5	3-Suiça; 1-Algarve; 1-Lisboa
	81	F	62	C	Doméstica		N			
		M	65	C	Pedreiro	Tarouca	N		3	2-Suiça; 1-Porto
	82	M	53	C	Agricultor	Ucanha	S	Suiça		
		F	53	C	Doméstica		N	Gouviães		
		M	28	S	Motorista	Tarouca	N			
		F	19	S	Estudante	Tarouca	N			
		F	11	S	Estudante	Tarouca	N		1	1-Suiça
	83	M	14	S	Estudante	Tarouca	S	Lisboa-1 ano		
		M	35	C	Construtor Civil	Suiça	S	Suiça; Lisboa		
		F	32	C	Doméstica/agricultora	Ucanha	S	Lisboa-1 ano		
		F	13	S	Estudante	Tarouca	N			
		F	11	S	Estudante	Tarouca	N			
		M	10	S	Estudante	Tarouca	N			
		M	8	S	Estudante	Ucanha	N			
S	84	M	22	S	Estudante	Lamego	N			
A		F	46	C	Doméstica		N			
L		F	25	S	Relações públicas	Lamego	N			
Z		M	19	S	Estudante	Moimenta	N		1	1-Suiça
E	85	M	24	S	Controlador-gestão de obras	Lisboa	S	Lisboa; Algarve		
D		M	31	C	Agricultor	Salzedas	N			
A		F	32	C	Doméstica		N			
S		M	6	S	Estudante	Salzedas	N		5	5-Lisboa

Fonte: Inquérito de elaboração própria.

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes										Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais	
S	86	M	28	C	Agricultor	Salzedas	Salzedas	N			
A		M	64	C	Agricultor	Salzedas	Salzedas	N			
L		F	62	C	Agricultora	Salzedas	Salzedas	N			
Z		F	32	S	Agricultora	Salzedas	Salzedas	N	5	5-Salzedas	
E	87	M	50	C	Agricultor/construção civil	Salzedas	Salzedas	N			
D		F	72	V	Reformada/comerciante	Salzedas	Salzedas	N			
A		F	48	C	Comerciante	Salzedas	Salzedas	N	6	4-Lisboa; 2-Salzedas	
S	88	M	21	S	Desempregado		Salzedas	N			
	89	M	67	C	Reformado-finanças		Sernancelhe	N			
		F	64	C	Professora do ensino básico	Salzedas	Salzedas	N	4	4-Porto	
	90	M	73	C	Reformado\agricultor	Salzedas	Salzedas	N			
		F	69	C	Reformada\agricultora	Salzedas	Salzedas	N			
		M	20	S	Carpinteiro	Salzedas	Salzedas	N	7	4-Salzedas; 2-Lisboa; 1-Alentejo	
	91	M	24	S	Estudante	Porto	Salzedas	N			
		M	54	C	Reformado-Soldado da GNR		Salzedas	N			
		F	53	C	Doméstica/agricultora	Salzedas	Salzedas	N	1	1-Lamego	
	92	F	25	S	Advogada-assistente universitária	Porto	Salzedas	N			
		M	56	C	Guarda florestal/agricultor	Salzedas	Salzedas	S		Moimenta da Beira	
		F	50	C	Doméstica/agricultora	Salzedas	Salzedas	S		Moimenta da Beira	
		F	18	S	Estudante	Braga	Salzedas	N	4	1-Porto; 1-França; 1-Suiça; 1-Tabuaço	
	93	F	22	C	Doméstica/agricultora	Salzedas	Salzedas	S		Lisboa	
		M	64	C	Reformado-agricultor	Salzedas	Salzedas	N			
		F	64	C	Reformada/agricultora	Salzedas	Salzedas	N	7	3-Lisboa; 1-Tábua; 1-Fundão; 1-Espanha; 1-França	
	94	F	84	V	Agricultora	Salzedas	Salzedas	N	4	4- Lisboa	
	95	M	60	C	Reformado-agricultor	Salzedas	Salzedas	N			
		F	59	C	Doméstica\agricultora	Salzedas	Salzedas	N	2	2-Salzedas	
	96	F	64	C	Agricultora	Salzedas	Salzedas	N			
		M	69	C	Agricultor	Salzedas	Salzedas	N	5	1-Salzedas; 1-Porto; 3-Lisboa	
	97	F	28	C	Comerciante\agricultora	Salzedas	Salzedas	S		Lisboa	
		M	29	C	Comerciante\agricultor	Salzedas	Salzedas	N			
		F	9	S	Estudante	Salzedas	Salzedas	N			
		F	4	S			Salzedas	N			
	98	M	12	S	Estudante	Tarouca	Salzedas	N			
		M	56	C	Servente	Tarouca	Salzedas	N			
		F	50	C	Doméstica		Salzedas	N	5	2-Suiça; 2-Espanha; 1-Algarve	

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência		
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais	
99	F	41	C	Ajudante de farmácia	Salzedas	Salzedas	N				
	M	46	C	Motorista	Lamego	Salzedas	N				
	M	18	S	Estudante	Lamego	Salzedas	N				
	M	17	S	Estudante	Lamego	Salzedas	N				
	F	13	S	Estudante	Tarouca	Salzedas	N				
	F	76	V	Reformada		Salzedas	N				
100	M	17	S	Empregado das obras	Tarouca	Salzedas	N				
	M	39	C	Desempregado		Salzedas	N				
	F	40	C	Empregado do comércio	Tarouca	Salzedas	N				
	F	68	V	Reformada		Salzedas	N				
	M	14	S	Empregado das obras	Tarouca	Salzedas	N				
101	F	68	C	Reformado-agricultor	Salzedas	Salzedas	N				
	M	74	C	Reformado-agricultor	Salzedas	Salzedas	N				
	M	16	S	Estudante	Tarouca	Salzedas	N				
102	M	42	C	Empregado de oficina	Salzedas	Salzedas	N				
	F	36	C	Doméstica		Salzedas	N				
	M	19	S	Servente	Salzedas	Salzedas	N				
103	M	66	C	Agricultor	Salzedas	Salzedas	N				
	F	56	C	Agricultora	Salzedas	Salzedas	N				
	F	21	S	Empregada fabril	Salzedas	Salzedas	S	Suiça; Espanha-temp.	2	1-Salzedas; 1-Espanha	
104	M	17	S	Estudante	Salzedas	Salzedas	N				
	M	36	C	Vendedor	Tarouca	Salzedas	N				
	F	36	C	Doméstica		Salzedas	N				
	F	14	S	Estudante	Tarouca	Salzedas	N				
105	M	58	C	Reformado-trolha		Murganheira	S	Lisboa-18 anos			
	F	54	C	Doméstica		Murganheira	S	Lisboa-18 anos			
	F	12	S	Estudante	Tarouca	Murganheira	N				
	M	10	S	Estudante	Tarouca	Murganheira	N		1	1-Lisboa	
V	106	M	54	C	Pedreiro	Lisboa	Várzea	S	Lisboa-32 anos		
A		F	52	C	Doméstica		Várzea	S	Lisboa-32 anos	2	1-França; 1-Lisboa
R	107	M	36	C	Carpinteiro	Várzea	Várzea	S	Suíça-temp.		
Z		F	33	C	Doméstica		Várzea	N			
E		M	11	S	Estudante	Tarouca	Várzea	N			
A		F	6	S	Estudante	Várzea	Várzea	N			
	108	F	65	S	Agricultora	Várzea	Várzea	N			
		F	60	S	Agricultora	Várzea	Várzea	N			

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes										Pessoas ausentes da residência	
	N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
D	109	M	59	C	Motorista	Lisboa	Várzea	S	Lisboa		
		F	59	C	Doméstica		Várzea	S	Lisboa	3	1-Inglaterra; 1-Lisboa; 1-Suíça
A	110	F	73	V	Agricultora	Várzea	Várzea	N			
		M	39	S	Padre	Granja Nova	Várzea	N			
S		F	37	S	Contínua na escola básica	Tarouca	Várzea	N		2	1-Lisboa; 1-França
	111	F	79	C	Agricultora	Várzea	Várzea	S	Angola-27 anos		
E		M	78	C	Agricultor	Várzea	Várzea	S	Angola-27 anos	4	1-Tarouca; 2-Lisboa; 1-Gondomar
	112	M	67	C	Reformado-ferrador		Dalvares	S	Lisboa		
R		F	69	C	Doméstica		Várzea	S	Lisboa		
		M	14	S	Estudante	Tarouca	Várzea	S	Lisboa	7	7-Lisboa
R	113	M	57	C	Comerciante/agricultura	Várzea	Várzea	S	Angola; França; Lisboa		
		F	55	C	Doméstica		Várzea	S	Angola; França; Lisboa		
A		F	31	V	Doméstica		Angola	S	Angola; França; Lisboa		
		M	12	S	Estudante	Tarouca	Várzea	N			
	M	10	S	Estudante	Tarouca	Várzea	N				
	114	F	51	C	Emp. Doméstica	Tarouca	Várzea	S	Lisboa-20 anos		
	M	52	C	Reformado/comerciante	Várzea	Várzea	S	Lisboa-20 anos			
	F	24	S	Funcionária da Câmara	Tarouca	Lisboa	N				
	M	21	S	Estudante	Tarouca	Lisboa	N				
115	F	74	C	Doméstica		Várzea	N				
	M	78	C	Reformado		Várzea	S	Lisboa-20 anos	7	7-Lisboa	
116	F	45	C	Empregada doméstica	Lisboa	Várzea	S	Lisboa			
	M	77	V	Reformado/agricultor	Várzea	Várzea	N		5	5-Lisboa	
117	F	32	S	Desempregada		Várzea	N				
	F	13	S	Estudante	Tarouca	Várzea	N				
118	M	15	S	Comerciante	Várzea	Várzea	N				
	F	50	V	Doméstica		Várzea	N		1	1-Lisboa	
119	M	55	C	Pedreiro	Lisboa	Várzea	S	Lisboa			
	M	75	C	Agricultor	Várzea	Várzea	N				
	F	75	C	Agricultora	Várzea	Várzea	N		4	4-Lisboa	
S.	120	M	79	C	Reformado-comerciante/agricultor	S. João	S. João	S	Lamego		
	F	75	C	Reformada-comerciante/agricultora	S. João	S. João	S	Lamego	4	2-Tarouca; 1-S. João; 1-Lisboa	
J	121	F	65	V	Doméstica		S. João	S	Porto-30 anos	1	1-Porto
O	122	M	55	C	Agricultor	S. João	S. João	N			
		F	57	C	Agricultora	S. João	S. João	N			
Ã		F	80	V	Reformada		S. João	N			

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência			
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais		
D E T A R O U C A		F	19	S	Empregada de balcão	Mondim	S. João	N		3	2-Suiça; 1-Tarouca	
	123	M	28	S	Agricultor	S. João	S. João	N				
		M	65	C	Peixeiro	S. João	S. João	N				
		F	70	C	Agricultora	S. João	S. João	N				
		M	30	S	Agricultor	S. João	S. João	N		3	1-S. João; 1-Dalvíte; 1-Lisboa	
	124	M	16	S	Estudante/agricultor	Tarouca	S. João	N				
		M	41	C	Assistente veterinário/agricultor	Tarouca	S. João	S	Suiça-temp.			
		F	40	C	Doméstica/agricultora	S. João	S. João	N				
		M	13	S	Estudante/agricultor	Tarouca	S. João	N				
	125	F	20	S	Estudante	Tarouca	S. João	N				
	M	60	C	Comerciante	S. João	S. João	N					
	F	58	C	Comerciante	S. João	S. João	N					
	M	30	S	Vendedor ambulante	Mondim	S. João	N					
	M	22	S	Empregado fabril	Mondim	S. João	N					
	M	15	S	Estudante	Tarouca	S. João	N					
126	F	57	C	Doméstica/agricultora	S. João	S. João	N					
	M	64	C	Agricultor	S. João	S. João	N		8	6-Suiça; 2-S. João de Tarouca		
127	F	80	S	Fiadeira de meias	S. João	S. João	N					
128	F	50	C	Doméstica		S. João	N					
	M	42	C	Reformado forças armadas		Britiande	N					
	F	94	V	Reformada		S. João	N					
	F	3	S			S. João	N		7	1-S. João de Tarouca; 6-Suiça		
129	M	29	S	Empregado de escritório	Tarouca	S. João	N					
	M	61	C	Agricultor	S. João	S. João	N					
	F	57	C	Agricultora	S. João	S. João	S	Lisboa				
130	M	17	S	Servente da construção civil	Águeda	S. João	N					
	M	48	C	Empregado da construção civil	Tarouca	S. João	S	Suiça; Luxemburgo				
	F	48	C	Agricultora	S. João	S. João	S	Lisboa	3	2-Lisboa; 1- Porto		
131	M	48	C	Sub-empregado	Lisboa	Cabo Verde	S	Lisboa				
	F	58	C	Doméstica		S. João	S	Lisboa-42 anos				
	M	15	S	Estudante	Lisboa	Lisboa	N					
	F	22	S	Estudante	Lisboa	Lisboa	N					
132	F	41	C	Doméstica		S. João	N					
	M	42	C	Assistente veterinário	S. João	S. João	N					
	M	16	S	Estudante	Resende	S. João	N					
	M	14	S	Estudante	Resende	S. João	N					

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
133	F	73	V	Reformada/agricultora		S. João	N		7	1-Pinhão; 1-Tarouca; 3-Lisboa; 2-Porto
134	M	72	C	Reformado		S. João	N			
	F	70	C	Reformada		S. João	N		3	3-S. João de Tarouca
135	M	32	C	Comerciante	S. João	Granja Nova	S	Suíça-5 anos		
	F	33	C	Comerciante	S. João	S. João	N			
	M	4	S			S. João	N			
136	M	65	C	Agricultor	S. João	S. João	N			
	F	57	C	Doméstica	S. João	S. João	N			
	F	22	S	Doméstica	S. João	S. João	S	Suíça-temp.	7	4-Suíça; 3-Tarouca
137	M	51	C	Agricultor	Vila Chã	Vila Chã	N			
	F	56	C	Agricultora/doméstica	Vila Chã	Vila Chã	N			
	F	16	S	Estudante	Tarouca	Vila Chã	N			
	F	11	S	Estudante	Tarouca	Vila Chã	N		1	1-Holanda
M	138	M	46	C	Comerciante	Mondim	N			
O		F	45	C	Funcionária da Câmara	Tarouca	N			
N		F	21	S	Estudante	Lisboa	N			
D		M	18	S	Estudante	Lamego	N			
I		M	13	S	Estudante	Lamego	N			
M	139	M	31	C	Empresário da hotelaria	Mondim	S	Suíça-8 anos		
		F	33	C	Empresária da hotelaria	Mondim	S	Suíça-8 anos		
D		F	6	S	Estudante	Mondim	N			
A	140	M	61	C	Reformado-exército		S	India; Moçambique		
		F	51	C	Doméstica		N		3	1-Mondim da Beira; 1-Viseu; 1-Lisboa
B	141	F	30	C	Comerciante	Mondim	N			
E		M	32	C	Comerciante	Mondim	N			
I		M	8	S	Estudante	Mondim	N			
R		M	3	S			N			
A	142	F	50	V	Doméstica		S	Angola- 6 anos		
		F	22	S	Professora do ensino secundário	Tarouca	N		1	1-Mondim da Beira
	143	F	44	S	Comerciante	Mondim	N		6	2-Mondim; 2-Moimenta; 2-Lisboa
	144	M	38	C	Agricultor, carpinteiro	Mondim	S	Suíça-11 anos		
		F	39	C	Agricultora	Mondim	S	Suíça-4 anos		
		M	15	S	Estudante	Lamego	N			
		M	11	S	Estudante	Tarouca	N			
	145	M	65	C	Agricultor	Mondim	N			
		F	60	C	Doméstica		N			
		F	22	S	Desempregada		N		3	3-Suíça

Fonte: Inquérito de elaboração própria.

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes										Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais	
M O N D I M	146	M	42	C	Comerciante, agricultor	Mondim	Mondim	S	Suiça-12 anos		
		F	37	C	Doméstica/agricultora	Mondim	Mondim	S	Suiça-12 anos		
		F	15	S	Estudante	Tarouca	Mondim	N			
		M	8	S	Estudante	Mondim	Mondim	N			
		F	4	S			Mondim	N			
	147	F	68	V	Reformada-ferradora		Mondim	N			
		M	14	S	Estudante	Tarouca	Mondim	N	7	1-Porto; 4-Suiça; 1-Mondim; 1-Moimenta	
	148	M	40	C	Pedreiro	Suiça	Mondim	S	Suiça-14 anos		
		F	41	C	Doméstica		Mondim	N			
		F	20	S	Estudante	Lamego	Mondim	N			
D A B E I R A		F	14	S	Estudante	Lamego	Mondim	N			
	149	M	52	C	Motorista	Mondim	Mondim	S	Suiça-3 anos		
		F	40	C	Doméstica		Mondim	S	Suiça-1 ano		
		M	20	S	Empregado fabril	Mondim	Mondim	N			
		M	13	S	Estudante	Tarouca	Mondim	N			
		M	12	S	Estudante	Mondim	Mondim	N			
		F	10	S	Estudante	Mondim	Mondim	N			
		M	7	S	Estudante	Mondim	Mondim	N	1	1-Suiça	
	150	F	14	S	Estudante	Tarouca	Mondim	N			
		M	52	C	Cozinheiro	Suiça	Mondim	S	Suiça		
	F	49	C	Doméstica		Mondim	N				
	F	76	V	Reformada		Mondim	N				
	M	23	S	Mecânico	Mondim	Mondim	N				
	M	19	S	Empregado fabril	Mondim	Mondim	N				
	F	21	S	Estudante	Moimenta	Mondim	N	1	1-Suiça		
151	M	84	V	Pedreiro	Mondim	Mondim	S	Angola- 30 anos	3	1-Tarouca; 1-Lisboa; 1- Mondim	
152	M	72	V	Agricultor	Mondim	Mondim	N		14	3-Suiça; 1-Granja Nova; 2-Ovar; 4-Lisboa; 4-Mondim	
153	M	73	C	Reformado-pedreiro		Mondim	S	Angola-21 anos			
	F	73	C	Doméstica		Mondim	S	Angola-21 anos	2	1-Trancoso; 1-Mondim	
154	F	62	V	Agricultora	Mondim	S. João	N		4	1-Tarouca; 2-Mondim; 1-Penedono	
155	M	47	C	Comerciante	Mondim	Mondim	N				
	F	45	C	Funcionária da Câmara	Tarouca	Mondim	N				
	F	21	S	Estudante	Lisboa	Mondim	N				
	M	18	S	Estudante	Lamego	Mondim	N				
	M	14	S	Estudante	Lamego	Mondim	N				

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
D A L V A R E S	156	F	19	S	Emp. hotelaria	Tarouca	Lisboa	N		
		F	47	V	Doméstica		Dalvares	S	Lisboa-13 anos	
		F	25	S	Costureira	Dalvares	Lisboa	N		
		M	23	S	Cortador de carnes verdes	Lamego	Lisboa	N		
	157	F	43	C	Comerciante	Tarouca	Dalvares	S	Suiça-11 anos	
		M	45	C	Comerciante	Tarouca	Dalvares	S	Suiça-11 anos	
		M	19	S	Empregado do comércio		Dalvares	N		
		M	18	S	Estudante	Lamego	Dalvares	N		
		F	11	S	Estudante	Tarouca	Dalvares	N		
		M	3	S			Dalvares	N		
	158	M	56	C	Agricultor-reformado	Dalvares	Dalvares	N		
		F	47	C	Doméstica/agricultora	Dalvares	Dalvares	N		
		M	15	S	Estudante	Lamego	Dalvares	N	2	2-França
	159	F	38	C	Doméstica/agricultora	Dalvares	Dalvares	N		
		M	41	C	Soldado da GNR/agricultor	Tarouca	Dalvares	N		
		M	18	S	Estudante	Moimenta	Dalvares	N		
		F	12	S	Estudante	Tarouca	Dalvares	N		
	160	F	66	V	Agricultora	Dalvares	Dalvares	N		
		M	65	S	Agricultor	Dalvares	Dalvares	N		
		M	22	S	Agricultor	Dalvares	Dalvares	N	9	4-Suiça; 5-Dalvares
	161	F	52	C	Agricultora	Dalvares	Dalvares	N		
		M	56	C	Agricultor	Dalvares	Dalvares	N	3	3-Suiça
	162	F	20	S	Empregada de hotelaria	Suiça	Dalvares	S	Suiça	
		F	14	S	Estudante	Tarouca	Dalvares	N		
		F	14	S	Estudante	Tarouca	Dalvares	N		
	163	M	22	S	Agricultor	Dalvares	Dalvares	S	Suiça	
		M	50	C	Agricultor	Dalvares	Dalvares	N		
		F	44	C	Agricultora	Dalvares	Dalvares	N		
		M	13	S	Estudante	Tarouca	Dalvares	N		
		M	11	S	Estudante	Tarouca	Dalvares	N		
		F	16	S	Empregada de restaurante	Lamego	Dalvares	N	4	2-Dalvares; 2-Suiça
	164	F	73	C	Comerciante	Dalvares	Ferreirim	N		
		M	85	C	Comerciante	Dalvares	Dalvares	N	3	1-Suiça; 1-Lisboa; 1-Lamego
	165	F	40	C	Doméstica		Dalvares	S	Alemanha-13 anos	
		M	50	C	Comerciante	Dalvares	Régua	S	Alemanha-13 anos	
		M	19	S	Estudante	Porto	Alemanha	S	Suiça-2 meses	
		F	17	S	Estudante	Tarouca	Alemanha	N		

Fonte: Inquérito de elaboração própria.

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
	F	13	S	Estudante	Tarouca	Alemanha	N			
166	M	63	C	Agricultor	Dalvares	Dalvares	N			
	F	60	C	Agricultora	Dalvares	Dalvares	N		4	3-Suíça; 1-Castanheiro do Ouro
167	M	18	S	Comerciante	Dalvares	Dalvares	S	Itália-3 anos		
	M	39	C	Empregado de hotelaria	Suíça	Dalvares	S	Suíça-temp.		
	F	36	C	Comerciante	Dalvares	Valpaços	N			
168	F	36	C	Doméstica	Dalvares	Tarouca	N			
	M	40	C	Empregado de construção civil	Suíça	Dalvares	S	Suíça-15 anos		
	F	16	S	Estudante	Tarouca	Dalvares	N			
	F	15	S	Estudante	Tarouca	Dalvares	N			
	M	15	S	Estudante	Tarouca	Dalvares	N			
G	169	M	63	C	Agricultor	Granja Nova	Granja Nova	S		França
R		F	62	C	Doméstica		Granja Nova	S		França
A		F	14	S	Estudante	Tarouca	Vila Real	N		
N	170	M	43	C	Comerciante	Granja Nova	Granja Nova	S		Suíça-16 anos
J		F	42	C	Comerciante	Granja Nova	Granja Nova	S		Suíça-16 anos
A		M	18	S	Estudante	Moimenta	Granja Nova	N		
		F	9	S	Estudante	Granja Nova	Granja Nova	N		
N	171	M	24	S	Estudante	Penafiel	Granja Nova	N		
O		M	46	C	Empregado fabril	Mondim	Granja Nova	S		Suíça-15 anos
V		F	42	C	Doméstica	Granja Nova	Granja Nova	S		Suíça-15 anos
A	172	M	33	S	Reformado		Granja Nova	S		Batalha-1 ano
		F	73	V	Reformada		Granja Nova	N		
	173	M	15	S	Empregado construção civil	Tarouca	Granja Nova	N		
		F	64	V	Doméstica		Granja Nova	N		
	174	M	28	S	Comerciante	Suíça	Granja Nova	S		Suíça-11 anos
		M	72	C	Comerciante	Granja Nova	Granja Nova	N		
		F	65	C	Comerciante	Granja Nova	Granja Nova	N	2	2-Lisboa
	175	M	37	S	Agricultor	Granja Nova	Granja Nova	S		Suíça; França; Lisboa
		F	71	V	Reformada		Granja Nova	N		
	176	M	52	S	Reformado		Granja Nova	S		Luxemburgo
	177	M	35	C	Serralheiro	Granja Nova	Granja Nova	N		
		F	33	C	Doméstica		Granja Nova	N		
		F	12	S	Estudante	Moimenta	Granja Nova	N		
		F	5	S			Granja Nova	N		

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes									Pessoas ausentes da residência	
N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
G O U V I Ã E S	178	F	69	V	Agricultora	Gouveães	Gouveães	N		
		M	44	S	Agricultor	Gouveães	Gouveães	N	2	1-Gouveães; 1-Lisboa
	179	F	32	C	Doméstica		Gouveães	S	Porto-15 anos	
		M	35	C	Empregado da construção civil	Porto	Porto	N		
		F	14	S	Estudante	Tarouca	Gouveães	N		
	180	F	81	V	Reformada		Gouveães	N	4	1-Lisboa; 3-Gouveães
	181	F	74	C	Agricultora/doméstica	Gouveães	Gouveães	N		
		M	67	C	Agricultor	Gouveães	Gouveães	N	3	1-França; 1-Espanha; 1-Tarouca
	182	F	86	V	Reformada		Gouveães	N	4	1-França; 1-Lisboa; 1-Bragança; 1-Gouveães
	183	F	57	C	Doméstica/agricultora	Gouveães	Gouveães	N		
		M	60	C	Reformado-cesteiro		Gouveães	N		
		M	26	S	Electricista	Tarouca	Gouveães	N		
		F	17	S	Estudante	Lamego	Gouveães	N	4	1-Porto; 1-Gouveães; 1-Tarouca; 1-Suíça
	184	M	43	C	Desempregado		Gouveães	S	Suíça-1 ano	
		F	39	C	Emp. Fabril	Tarouca	Gouveães	N		
		M	18	S	Estudante	Tarouca	Gouveães	N		
		F	16	S	Estudante	Tarouca	Gouveães	N		
	185	F	67	S	Reformada		Gouveães	N	2	1-Lisboa; 1-Porto
	186	F	64	C	Agricultora/doméstica	Gouveães	Gouveães	N		
	M	64	C	Agricultor	Gouveães	Gouveães	N			
	M	33	S	Agricultor	Gouveães	Gouveães	N			
	M	21	S	Empregado do comércio	Lamego	Gouveães	N			
	F	24	C	Empregado fabril	Tarouca	Gouveães	N			
	M	26	C	Agricultor	Gouveães	Gouveães	N	5	2-França; 3-Gouveães	
187	F	35	C	Doméstica		Gouveães	N			
	M	35	C	Guarda da GNR	Tondela	Gouveães	N			
	M	10	S	Estudante	Tarouca	Gouveães	N			
	F	8	S	Estudante	Gouveães	Gouveães	N			
188	F	34	C	Doméstica/agricultora	Gouveães	Sabrosa	N			
	M	33	C	Desempregado		Gouveães	S	Alemanha		
	M	13	S	Estudante	Gouveães	Gouveães	N			
	F	12	S	Estudante	Gouveães	Gouveães	N			
V I L A	189	F	53	C	Doméstica		Vila Chã	S	Lisboa; Alemanha	
		M	57	C	Agricultor	Vila Chã	Vila Chã	S	Lisboa; Alemanha	
		F	80	V	Reformada		Vila Chã	N	2	1-Ovar; 1-Nelas
	190	M	17	S	Comerciante	Vila Chã	Vila Chã	N		
	M	43	C	Comerciante	Vila Chã	Vila Chã	N			

Fonte: Inquérito de elaboração própria.

Anexo 2 - Resultados do Inquérito à população (residente e ausente), do concelho de Tarouca, em 1996.

Dados sobre o inquirido e coabitantes										Pessoas ausentes da residência	
	N.Inq.	M/F	Idade	Est. Civil	Profissão	Local trab.	Naturalidade	Migrou?	Local(ais)	nº	Local/Locais
C		F	47	C	Comerciante	Vila Chã	Vila Chã	N			
H		F	22	S	Comerciante	Vila Chã	Vila Chã	N			
Ã	191	F	34	C	Doméstica		Vila Chã	N			
		M	35	C	Empregado de construção civil	Tarouca	Vila Chã	S	Suíça-temp.		
D		M	12	S	Estudante	Tarouca	Vila Chã	N			
A		F	7	S	Estudante	Vila Chã	Vila Chã	N			
	192	F	33	C	Doméstica	Vila Chã	Vila Chã	N			
B		M	34	C	Empregado de construção civil	Moimenta	Vila Chã	S	Suíça-temp.		
E		M	12	S	Estudante	Tarouca	Vila Chã	N			
I		F	7	S	Estudante	Vila Chã	Vila Chã	N			
R	193	F	32	C	Empregada de hotelaria	Suíça	Vila Chã	S	Suíça-8 anos		
A		M	29	C	Empregado de hotelaria	Suíça	Vila Chã	S	Suíça-8 anos		
	194	F	37	V	Comerciante	Tarouca	Vila Chã	N			
		M	17	S	Estudante	Moimenta	Vila Chã	N			
		M	15	S	Estudante	Tarouca	Vila Chã	N			
	195	F	40	C	Doméstica		Vila Chã	N			
		M	48	C	Agricultor	Vila Chã	Vila Chã	N			
		F	7	S	Estudante	Vila Chã	Vila Chã	N		2	1-Suíça;1-Lisboa

Quadro 1 - Evolução da população residente segundo os recenseamentos (1864-1991) no concelho de Tarouca, por freguesia.

Anos \ Freguesias	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Dálvares	324	393	432	474	439	439	462	496	540	523	510	544	610
Gouviães	436	522	636	674	686	769	808	828	945	754	605	590	567
Granja Nova	877	872	851	881	885	807	950	1017	926	820	585	512	512
Mondim da Beira	743	840	849	827	805	742	808	820	924	911	905	703	963
Salzedas	1456	1478	1580	1596	1494	1469	1597	1562	1708	1206	1285	1306	1206
S. J. Tarouca	1152	1242	1373	1373	1369	1316	1266	1293	1359	1260	1315	1051	1064
Tarouca	1941	2053	2226	2429	2507	2424	2597	2565	2812	2865	2740	2956	2953
Ucanha	571	500	586	664	626	619	648	663	672	856	445	576	635
Várzea da Serra	703	776	757	918	767	759	822	944	1065	1176	1295	823	664
Vila Chã da Beira	349	378	395	418	394	426	430	497	528	474	365	307	405
Total do concelho	8552	9054	9685	10254	9972	9770	10388	10685	11479	10845	10050	9368	9579

Fonte: I. N. E. - Recenseamentos de 1960, 1970, 1981 e 1991.

Quadro 2 - População residente, por NUT II, NUT III e concelhos, em 1981 e 1991, sua variação no período 1981/91, e densidade populacional em 1991.

Áreas	População	População residente		Variação 1981/91		Densidade - 1991 Hab./Km2
		1981	1991	Total	%	
Região Norte (NUT II)		3410099	3472715	62616	1,8	164
Douro (NUT III)		261562	238695	-22867	-8,7 a)	
Alijó		18846	16327	-2519	-13,4	56
Armamar		9426	8677	-749	-7,9	77
Carraceda de Ansiães		11420	9235	-2185	-19,1	32
Freixo de Espada-à-Cinta		5717	4914	-803	-14	17
Lamego		32833	30164	-2669	-8,1	184
Mesão Frio		6335	5519	-816	-12,9	204
Moimenta da Beira		12809	12317	-492	-3,8	56
Penedono		4189	3731	-458	-10,9	29
Peso da Régua		22472	21567	-905	-4	229
Sabrosa		7499	7020	-479	-6,4	43
Santa Marta de Penaguião		9050	7478	-1572	-17,4	141
S. João da Pesqueira		10219	9581	-638	-6,2	35
Sernancelhe		11194	9703	-1491	-13,3	32
Tabuaço		8521	7901	-620	-7,3	56
Tarouca		9368	9579	211	2,3	96
Torre de Moncorvo		13674	10969	-2705	-19,8	23
Vila Flor		9719	8828	-891	-9,2	33
Vila Nova de Foz Côa		11251	8885	-2366	-21	23
Vila Real		47020	46300	-720	-1,5	125

Fonte: I.N.E.

a) - sem dados

Quadro 3 - População activa, por sector de actividade, por NUT II, NUT III e concelho, em 1991.

Áreas	População		Primário		Secundário		Terciário		Pop. Activa	Taxa de desemprego	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	Total	Total	Feminina	
Região Norte (NUT II)	158862	10,6	742010	49,4	600945	40	1501817	5	6,5		
Douro (NUT III)	28185	35	17144	21,3	35192	43,7	80521	7	12,4		
Alijó	2536	46,6	819	15	2092	38,4	5447	5,6	10,6		
Armamar	1424	53	469	17,5	792	29,5	2685	5,9	9,4		
Carraceda de Ansiães	1483	56,6	364	13,9	772	29,5	2619	8	16,9		
Freixo de Espada-à-Cinta	604	42,5	267	18,8	549	38,7	1420	6,1	13,5		
Lamego	2299	21,8	2998	28,4	5243	49,7	10540	9,5	16,5		
Mesão Frio	588	34,1	480	27,8	658	38,1	1726	8	18,8		
Moimenta da Beira	1667	39,9	835	20	1671	40	4173	4,6	8,1		
Penodono	624	52,6	189	15,9	373	31,5	1186	4,4	10,3		
Peso da Régua	2238	28,8	1747	22,5	3793	48,8	7778	8	13,1		
S. João da Pesqueira	1991	61,4	490	15,1	761	23,5	3242	4,2	10		
Santa Marta de Penaguião	969	43,2	428	19,1	847	37,7	2244	7,2	12		
Sabrosa	1612	58	504	18,1	663	23,9	2779	3,7	13,7		
Sernancelhe	1461	47,4	638	20,7	984	31,9	3083	6,6	6,2		
Tabuaço	1191	45,6	555	21,3	865	33,1	2611	4,8	12,8		
Tarouca	1346	36,2	930	25	1444	38,8	3720	2,9	4,5		
Torre de Moncorvo	1418	44,2	504	15,7	1289	40,1	3211	6,9	14,5		
Vila Flor	1339	43,9	613	20,1	1101	36,1	3053	7,3	18,1		
Vila Nova de Foz Côa	1060	41	501	19,4	1027	39,7	2588	4,5	9,3		
Vila Real	2335	14,2	3813	23,2	10268	62,5	16416	8,5	12,5		

Fonte: I.N.E.

Quadro 4 - Indicadores demográficos, por NUT II, NUT III e concelho, em 1991.

Áreas	População				Taxa de Natalidade	Taxa de Fecundidade	Taxa de Mortalidade	Taxa de Mort. Infantil	Índice de Envelhecimento
	Estrutura Etária (%)								
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e + anos					
Região Norte (NUT II)	22,1	18	48,4	11,4	13,3	45,1	9,2	12,2	51,7
Douro (NUT III)	21,4	17,1	45,9	15,6	11,2	36,5	12	13,5	73,1
Alijó	21,6	16,1	46	16,4	9,6	30,9	13,5	6,4	75,8
Armamar	21	18,6	43,7	16,7	11,2	37,8	13,1	a)	79,6
Carrazeda de Ansiães	20	13,9	46,3	19,8	8,7	26,5	14,4	25	99
Freixo de Espada-à-Cinta	16	11,9	49,9	22,3	8,3	22,9	16,9	24,4	139,7
Lamego	22,1	19	45,7	13,2	11,7	40,9	10,6	14,1	59,6
Mesão Frio	24,8	17,8	44,6	12,8	11,2	38,3	12	16,1	51,6
Moimenta da Beira	23	16,6	43,7	16,7	11,2	36,8	11,4	14,5	72,2
Penedono	20,5	14,5	45,2	19,8	12,6	38,6	13,7	21,3	96,6
Peso da Régua	22,8	18,8	46	12,4	12,7	44,2	10	7,3	54,1
S. João da Pesqueira	23,7	16	44,2	16,1	13	42,2	10,4	16	67,8
Sabrosa	22,4	16,3	43,8	17,5	13,4	43,6	15,7	10,6	78
S.ª Marta de Penaguião	21	15,6	45,3	18,1	15,4	48,2	14,7	34,8	85,9
Sernancelhe	20,1	17,9	46,9	15,1	7	22,7	10,3	a)	75,5
Tabuaço	23,2	16,1	44,4	16,3	11,1	36,1	11,4	11,4	70,5
Tarouca	23,5	20,5	42,7	13,3	11,5	40,3	11,1	9,1	56,8
Torre de Moncorvo	17,9	12,7	47,3	22,1	9,4	27,2	17	9,7	123,3
Vila Flor	19,5	17,1	46,5	16,9	10,9	34,6	12,7	10,4	86,4
Vila Nova de Foz Côa	17	13,6	46,3	23,1	7,7	21,5	16,8	a)	136,2
Vila Real	21,2	18,2	47,8	12,8	11,8	39,7	10	18,3	60,6

Fonte: C.C.R.N. - Fichas concelhias - Região Norte.

a) sem dados

Quadro 5 - População, segundo o grau de instrução (%), por NUT II, NUT III e concelho, em 1991.

Áreas	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever	Ens. bás. prep. ou sec. unif.	Ens. secund. compl. completo	Ens. secund. compl. incomp.	Frequência do Ens. sec. comp.	Ens. médio e sup. compl.	Ens. médio e sup. incomp.	Frequência do E. médio e sup.
Região Norte (NUT II)	15,1	47,5	24,1	2,7	1,5	2,5	3,1	0,7	1,4
Douro (NUT III)	18,7	49,3	20,3	2,3	1,2	2,5	2,4	0,4	1,1
Alijó	18,3	52,5	19	1,5	1	2,4	1,8	0,3	0,6
Armamar	18,1	53,6	21	1,2	0,6	1,6	1	0,2	0,5
Carraceda de Ansiães	22	53,6	16,4	1	0,6	2	1,4	0,3	0,8
F. de Espada-à-Cinta	26,7	48,7	16	1,7	0,7	1,7	1,3	0,3	0,7
Lamego	17,7	44,9	23,7	1,9	1,3	2,7	3,4	0,4	1,5
Mesão Frio	21,6	52,7	18,7	1,3	0,9	1,9	1,2	0,3	0,4
Moimenta da Beira	19,4	50,4	20,4	1,4	1	2,2	1,8	0,2	0,9
Penedono	20,3	54,1	16,8	1,3	0,9	1,5	1,7	0,3	0,6
Peso da Régua	17,1	49,8	20,3	2,5	1,5	3,1	2,6	0,4	1,2
S. João da Pesqueira	19,5	54	18,5	1	0,7	1,4	1,1	0,2	0,4
Sabrosa	17,5	56,4	18,1	1	0,4	2	1,1	0,1	0,6
S.ª Marta de Penaguião	20,2	52,3	18,8	1,4	0,9	2,3	1,2	0,2	0,6
Sernancelhe	22,3	51,5	18,5	1,5	1,1	2,1	1,2	0,5	0,7
Tabuaço	18,8	54	18,7	1,2	1,1	1,8	1,1	0,2	0,7
Tarouca	17,4	52,2	21,8	0,9	1,1	1,6	1,3	0,3	0,4
Torre de Moncorvo	23,8	49,9	16,5	1,8	0,8	2,3	1,9	0,4	0,9
Vila Flor	10,5	48,8	20,3	1,5	1,1	2,8	1,8	0,3	1
Vila Nova de Foz Côa	22,7	50,6	16	1,8	1	2,5	1,9	0,4	1,2
Vila Real	15,1	43,4	23,2	3,7	1,9	3,5	4,4	0,7	2,3

Fonte: C.C.R.N. - Fichas concelhias - Região Norte.

Quadro 6 - Condições de habitabilidade, por NUT II, NUT III, e concelho.

Áreas	Taxa de variação de aloj. famil. (81/91)	Alojamentos clássicos de residência habitual - 1991 (%)					Cons. doméstico (1997) electric. (Kwh/per capita)
		electricidade	saneam. total	san. rede pública	água total	água rede pública	
Região Norte (NUT II)	33	98,2	87,3	27,1	84	49,2	538
Douro (NUT III)	21,8	95,3	75,7	37,7	78,7	70,3	265
Alijó	16,6	93,9	66,8	34,5	86,4	83,4	216
Armamar	24,7	93	74,7	40,6	76,9	72,7	167
Carrazeda de Ansiães	18,8	93,1	60,8	20,5	67,4	61,9	210
Freixo de Espada-à-Cinta	18,5	97,7	86,9	72,3	54	96	316
Lamego	15,2	97,1	74,6	40,6	71,3	54	286
Mesão Frio	19,5	92,7	72,8	16	54,8	26,6	195
Moimenta da Beira	28	95,3	69,9	25,9	78,9	69,3	242
Penedono	41,6	93,8	73	54,4	85,9	83,6	222
Peso da Régua	17,9	96,5	78,9	31,6	62,4	40,7	409
S. João da Pesqueira	16	95	80,6	62,6	85,4	82,2	235
Sabrosa	10,1	93,1	69,9	35,8	85,1	79,8	196
Santa Marta de Penaguião	8,8	92,7	64,8	15,5	74,4	63,9	222
Sernancelhe	36,2	96	77,6	20,7	80,9	73,3	224
Tabuaço	9,8	96	80,5	59,1	87,7	83,2	216
Tarouca	33,4	93,5	69,7	17,6	66	59,8	198
Torre de Moncorvo	27,3	94,6	77,9	62,7	86,9	80,1	308
Vila Flor	26,4	96,4	76,1	56,8	88,6	86,9	229
Vila Nova de Foz Côa	14,1	96,5	79,4	65,5	88,3	86,4	333
Vila Real	31,9	96	83	26,9	81,6	76,2	295

Fonte: C.C.R.N. - Fichas concelhias - Região Norte.

Quadro 7 - As razões de viver em Tarouca e as vantagens

Inquérito à População*	n.º de respostas
Sossego	54
Ter cá nascido	46
Ter cá família	31
A vida é mais saudável (contacto com a natureza)	24
Não me adaptei à vida na cidade	15
Não sabe/não responde	15
Existe muito convívio	10
Não há nenhuma terra como Tarouca	9
Não há vantagens	9
Já existem as mesmas comodidades da cidade	7
A possibilidade de trabalhar na agricultura	6
Ter casa e terrenos cá	6
Não ter tido outra oportunidade na vida	6
Por ter cá emprego	5
É uma terra segura	3
O nível de vida é mais barato	3
As pessoas respeitam-se e ajudam-se	3
É vantajoso para a actividade comercial	2
Por ser a terra do conjugue	1
Pela possibilidade de fazer parte de uma associação cultural	1
O nível de vida é melhor do que na terra de origem	1
Existe mais tempo livre do que na cidade	1
Afeiçou-se à terra	1
Gosto pelo estilo de vida rural	1
Total	260

Nota: possibilidade de resposta múltipla

* - Ver Anexo I

Quadro 8 - As desvantagens de viver em Tarouca

Inquérito à População*	nº de respostas
Não há desvantagens	66
Não sabe/não responde	32
Falta de perspectivas de futuro e de emprego	30
Falta de locais de diversão	20
Rivalidade e intrigas entre as pessoas	12
Falta de acessos/isolamento	11
Falta de assistência médica e comodidades	9
Crise da agricultura	8
Dificuldades no ensino (falta de oportunidade)	6
Falta de possibilidade de escolha dos bens	4
Baixo rendimento no comércio	3
Tudo é mau	3
O clima é mau	2
Tornou-se num dormitório	1
O nível de vida é caro	1
Desinteresse das pessoas	1
Rivalidades entre povoações	1
Falta de cultura das pessoas	1
Maus ordenados	1
Total	212

Nota: possibilidade de resposta múltipla

* - Ver Anexo I

Quadro 9 - Ajuda aos investimentos - valores em milhões de Ecus*.

Estado-Membro	1994	1993	1992	Media 87/91
Alemanha	17932	13507	12023	29966
Bélgica	6841	6832	4937	6508
Dinamarca	7041	6018	4540	5249
Espanha	45719	64196	56329	24150
França	44318	42489	33492	46877
Grécia	25740	43107	38416	16683
Holanda	1627	1588	1180	5656
Irlanda	13654	23770	20865	11740
Itália	30545	23770	20865	11740
Luxemburgo	1264	1816	2295	1000
Portugal	25603	46897	40819	20988
Reino Unido	4003	5185	6468	17400
Total	224287	270062	237765	196065

Quadro 10 - Ajudas aos jovens agricultores - valores em milhões de Ecus*.

Estado-Membro	1994	1993	1992	Media 87/91
Alemanha	28177	19836	13678	7101
Bélgica	12798	11012	4668	2898
Dinamarca	4572	4164	4202	1966
Espanha	17930	21728	10375	17015
França	103304	91068	86419	41970
Grécia	4414	3072	2082	595
Holanda	1122	1797	4426	178
Irlanda	2432	2372	2533	1508
Itália	8676	9506	8246	4473
Luxemburgo	841	1112	1322	549
Portugal	13663	17190	13863	6177
Reino Unido	95	112	127	97
Total	198024	182969	151941	84527

Quadro 11 - A indemnização compensatória - valores em milhões de Ecus*.

Estado-Membro	1994	1993	1992	Media 87/91
Alemanha	93966	146795	88071	79759
Bélgica	2354	2470	2413	2352
Dinamarca	a)	a)	a)	a)
Espanha	20568	18134	65600	37676
França	76007	131311	69268	59808
Grécia	65964	29289	35119	38924
Holanda	578	290	42	136
Irlanda	37382	103520	86634	45233
Itália	30329	44487	31910	23946
Luxemburgo	2708	4618	2464	2201
Portugal	6770	16376	51942	21822
Reino Unido	42402	44533	39567	40352
Total	379028	541823	473230	352208

a) sem dados

* Inserido nas medidas de melhoramento e de modernização das estruturas de produção
 Fonte: Comissão Europeia (1996) - A situação da agricultura na Comunidade.

Quadro 12 - Estabelecimentos de Indústria Transformadora e Construção Civil, por concelho, em 1993.

Concelhos	Indústria Transformadora (códigos da C.A.E.)									Ind. Transf.	Const. e
	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	Total	Ob. públicas
Alijó	4	1	3		1			1		10	11
Armamar	5		2					1		8	3
Carraceda de Ansiães	4					1		1		6	3
Freixo de Espada-à-Cinta	5		1			1		2		9	8
Lamego	18	3	7	3	1			8		40	48
Mesão Frio	2		1	1	1			2		7	8
Moimenta da Beira	2		4			3		4	1	14	10
Penedono		1	1					3		5	6
Peso da Régua	14	1	8	2	1	1		6	1	34	29
Sabrosa	3		1					1		5	11
S.ª Marta de Penaguião	4		2					2		8	12
S. João da Pesqueira	2		1					2		5	15
Sernancelhe	5	1	4			4		2		16	16
Tabuaço	1		2							3	3
Tarouca	5		1	1		1		3		11	12
Torre de Moncorvo	2		3	1		1		4		11	10
Vila Flor	4		5					2		11	17
Vila Nova de Foz Côa	5		1	1		1		3		11	25
Vila Real	18	8	15	10	4	6		20		81	118
Total	103	15	62	19	8	19	0	67	2	295	365

Fonte: Quadros de Pessoal do M.E.S.S.

Quadro 13 - Estimativa do volume de vendas das empresas industriais, por concelho, em 1993.

Concelhos	Indústria Transformadora (códigos da C.A.E.)									Ind. Transf. Total	Const. e Ob. públicas
	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9		
Alijó	1625006	12501	62501			112501		12501		1825010	50001
Armamar	2175003		12501							2187504	12501
Carraceda de Ansiães	62502	12501	12501			12501		12501		112506	37502
Freixo de Espada-à-Cinta	387501		12501							400002	
Lamego	1525005	25001	50001	25001	200001			87503		1912512	2350009
Mesão Frio	450002		12501		12501					475004	50002
Moimenta da Beira	12501		787502	0		200001		37501		1037505	112502
Penedono											
Peso da Régua	11750007	12501	25001	62502	100001	25001		25001		12000014	1037505
Sabrosa	487503		87501							575004	50002
S.ª Marta de Penaguião	1775002			12501				37501		1825004	137503
S. João da Pesqueira	837504							12501		850005	125001
Sernancelhe	287502					25001		12501		325004	
Tabuaço	150001		37501							187502	375001
Tarouca	3900003	12501	75001	37501		12501		75001		4112508	100002
Torre de Moncorvo	400002		12501							412503	337502
Vila Flor	1162503					0				1162503	
Vila Nova de Foz Côa	1075004					75001		12501		1162506	75002
Vila Real	2000006	550004	337505	150003	287501	512502		2875010		6712531	3362525
Total	30062557	625009	1525018	287508	600004	975009		3200022		37275127	8212560

Fonte: INE, Base de dados BELEM; tratamento CCRN.

Quadro 14 - Estabelecimentos de Comércio e Serviços, no concelho de Tarouca, em 1981, 1991 e 1997.

Actividades Económicas	Total de estabelecimentos		
	1981	1991	1997
Alimentação	1	4	4
Equipamento de higiene	-	-	1
Comércio Grossista	1	4	5
Alimentação e bebidas	3	7	18
Equipamento da pessoa	-	3	4
Equipamento da casa	1	8	10
Residenciais, restaurantes e cafés	2	13	18
Combustíveis e transportes	-	-	2
Saúde e beleza	-	-	1
Outros	-	4	9
Comércio Retalhista	6	35	62
Serviços pessoais e domésticos	-	3	11
Profissões liberais	2	7	8
Bancos, seguros, serviços de apoio às actividades económicas	2	5	10
Outros	3	4	5
Serviços de natureza económica	7	19	34
Administração pública	5	8	10
Educação e formação	1	4	6
Saúde e acção social	11	14	7
Associações de natureza diversa	3	6	7
Outros	3	3	3
Serviços de Natureza Social	23	35	33

Organização com base em José Alberto FERNANDES (1993) e C. A. E. (1992).

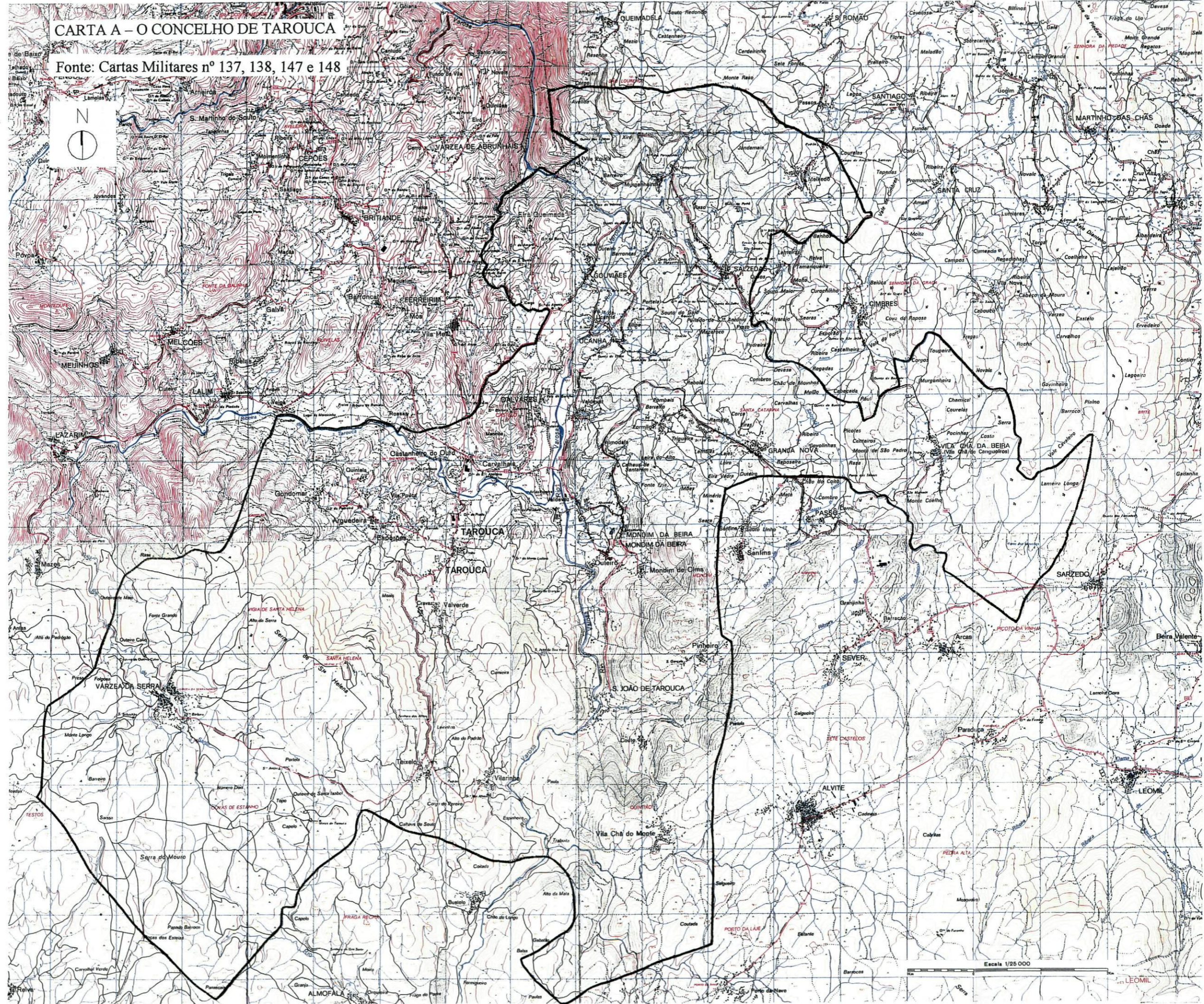
Fonte: Listas telefónicas de Trás-os-Montes e Alto Douro (N3), Edição, Páginas Amarelas S. A., 1981, 1991 e 1997.

ANEXO 4



CARTA A – O CONCELHO DE TAROUCA

Fonte: Cartas Militares nº 137, 138, 147 e 148



Escala 1/25 000

LEGENDA: NA FOLHA SEGUINTE.

LEGENDA DA CARTA A

Impresso no Inst. Hidrogr.
LEVANTADA, DESENHADA E PUBLICADA PELO SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO - COBERTURA AEROFOTOGRAFICA DA F. A. P.

<p>Areal. Dunas</p> <p>Areiro. Escarpado</p> <p>Aterro. Desaterro</p> <p>Terreno pedregoso. Pedreira</p> <p>Terreno rochoso. Rochedos</p> <p>Caminhos</p> <ul style="list-style-type: none"> Dando acesso a automóveis Carreteiro De pé-posto <p>Caminhos de ferro</p> <ul style="list-style-type: none"> Via larga <ul style="list-style-type: none"> Dupla Única Vias: estreita; reduzida; em construção 		<p>Casas. Ruínas. Alfândega. Torre isolada</p> <p>Castelo ou forte. Cemitério. Estátua</p> <p>Chaminé de fábrica. Pombal. Atalaia. Silo</p> <p>Dep.º de combustível. Fornos: de cal; de telha</p> <p>Grande construção. Farol. Praça de touros</p> <p>Igreja matriz. Igreja. Capela. Cruzeiro</p> <p>Limites</p> <ul style="list-style-type: none"> Do País De distrito. De concelho <p>Mina: entrada de galeria; poço. Gruta</p> <p>Moinho de alvenaria; em ruínas</p> <p>Muros: de alvenaria; de pedra solta</p> <p>Transporte telefónico</p>		<p>Auto-estrada</p> <p>Estradas</p> <ul style="list-style-type: none"> Com 5.5. ou mais. de faixa de rodagem Com menos de 5.5 de faixa de rodagem Passagens: de nível; inferior; superior <p>Hospital. Posto de abastecimento de combustível.</p> <p>Pontes</p> <ul style="list-style-type: none"> De ferro; de betão ou alvenaria; de madeira Da largura da estrada Mais estreitas que a estrada <p>Muros de suporte: em aterro; em desaterro</p> <p>Cotas: do terreno; do vértice</p> <p>Curvas de nível</p>	
---	--	--	--	---	--

PROJEÇÃO DE GAUSS-ELIPSÓIDE INTERNACIONAL-DATUM DE LISBOA
ALTITUDES EM METROS-EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS: 10 METROS - DATUM VERTICAL: MARÉGRAFO DE CASCAIS

A GRADUAÇÃO MARGINAL, IMPRESSA A CASCAIS, REFEREM-SE À QUADRÍCULA QUILOMÉTRICA GAUSS-ELIPSÓIDE INTERNACIONAL-DATUM DE LISBOA

AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS IMPRESSAS A AZUL, REFEREM-SE À REDE GEODÉSICA EUROPEIA UNIFICADA-DATUM EUROPEU; AS IMPRESSAS A PRETO, À REDE GEODÉSICA NACIONAL-ELIPSÓIDE INTERNACIONAL-DATUM DE LISBOA

AS LINHAS DA QUADRÍCULA QUILOMÉTRICA U. T. M., IMPRESSAS A AZUL, REFEREM-SE À REDE GEODÉSICA NACIONAL-ELIPSÓIDE INTERNACIONAL-DATUM DE LISBOA

ESTEREOFOTOGRAMETRIA AÉREA-TRABALHOS DE CAMPO DE 1981

INSTRUÇÕES SOBRE O EMPREGO DAS QUADRÍCULAS GAUSS E U. T. M.	
DESIGNAÇÃO DA ZONA DA QUADRÍCULA	REGRA PARA OBTEN AS COORDENADAS HECTOMÉTRICAS DUM PONTO
291	Exemplo: SANTA BÁRBARA 3°
IDENTIFICAÇÃO DOS QUADRADOS DE 100 000 M GAUSS U. T. M.	Escrever as letras que definem o quadrado de 100 000 m onde o ponto se situa
	Escrever os algarismos grandes de numeração de linha vertical da quadrícula situada imediatamente à esquerda do ponto
	Estimar em décimas partes do intervalo da quadrícula a distância deste ponto
	Escrever os algarismos grandes da linha horizontal da quadrícula situada imediatamente abaixo do ponto
	Estimar em décimas partes do intervalo da quadrícula a distância deste ponto
	COORDENADAS PROCURADAS
Não tomar em consideração os algarismos pequenos da quadrícula, que são apenas utilizados para dar as coordenadas completas. Utilizar somente os algarismos grandes da numeração da quadrícula	Se estas coordenadas forem referidas a um ponto situado a mais de 18" de diferença em latitude proceder-se-á da designação da zona da quadrícula U. T. M.

DE LISBOA
MAREGRAFO DE CASCAIS

AS LINHAS DA QUADRÍCULA IMPRESSAS A AZUL, REFEREM-SE À QUADRÍCULA QUILOMÉTRICA U. T. M., FUSO 29-ELIPSÓIDE INTERNACIONAL-DATUM EUROPEU

U. T. M.	
COORDENADAS HECTOMÉTRICAS DUM PONTO DESTA FOLHA	
GAUSS	U. T. M.
291	96328
96	32
291	96328

Marco de fronteira

Saibreira. Socialcos

Vértices geodésicos

- De 1.ª ordem
- De outra ordem: auxiliar

Construções servindo de vértices geodésicos ou auxiliares

- Igreja. Capela. Cruzeiro. Torre isolada
- Depósitos de água. Estátua. Silo
- Farol. Radiofarol. Antena. Aeromotor
- Casa. Castelo. Chaminé de fábrica. Moinho

Arbustos ou mato densos

Arvoredo denso

Arvoredo pouco denso

Meta. Jardim ou horta

DIGITALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E DESENHO POR MEIOS AUTOMÁTICOS COM ACABAMENTO MANUAL

Sebe ou valado. Vinha

Antenas de rádio: em cortina, isolada

Estação de T. S. F. Radiofarol

Central eléctrica. Posto de transformação

Linhas de alta tensão: aérea; subterrânea

Aeromotor. Azenha. Estação elevatória

Aquedutos: elevado; subterrâneo

Aqueduto em vias de comunicação

Arrozal. Terreno que cobre e descobre

Chalariz ou fonte. Nascente. Tanque

Depósitos de água: elevado; térreo. Cisterna

Poço. Poço com engenho. Furo artesiano

Lagoa ou albufeira. Atoleiro ou pântano

Linhas de água. Barragem importante

Marinhas

Rio

- Cais fluvial importante
- Cais fluvial
- Barca de passagem
- Limite de navegabilidade

Valas

- Estreita, larga
- Navegável

Vaus

- A pé
- Para carros
- Para automóvel